UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DE RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

JERONYMO MARCONDES PINTO

**CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESIGUALDADE DE RENDA NO ESTADO DE
SÃO PAULO: UMA ANÁLISE DAS DISPARIDADES REGIONAIS**

ORIENTADOR: ELIEZER MARTINS DINIZ

RIBEIRÃO PRETO

2007

- Reitor da Universidade de São Paulo: Profa. Dra Suely Vilela
- Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto: Prof. Dr. Rudinei Toneto Júnior
- Chefe do Departamento de Economia da FEA-RP: Profa. Maria Christina Siqueira De Souza Campos

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

JERONYMO MARCONDES PINTO

CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESIGUALDADE DE RENDA NO ESTADO DE SÃO
PAULO: UMA ANÁLISE DAS DISPARIDADES REGIONAIS

Dissertação apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de
Ribeirão Preto para obtenção do título de Mestre em Economia Aplicada.

Área: Economia Aplicada

Orientador: Eliezer Martins Diniz

v.1

RIBEIRÃO PRETO

2007

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA
FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação

Serviço de Documentação

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto

Pinto, Jeronymo Marcondes

Desigualdade de renda no Estado de São Paulo: uma análise das disparidades regionais. Ribeirão Preto, 2007.

101 p. :il. ; 30 cm

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Área de Concentração: Economia Aplicada.

Orientador: Eliezer Martins Diniz.

1. Desigualdade de Renda. 2. índices de Theil. 3. Coeficiente de Gini.

FOLHA DE APROVAÇÃO

JERONYMO MARCONDES PINTO

CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESIGUALDADE DE RENDA NO ESTADO DE SÃO
PAULO: UMA ANÁLISE DAS DISPARIDADES REGIONAIS

Dissertação apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de
Ribeirão Preto para obtenção do título de Mestre em Economia Aplicada.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Doutor _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof. Doutor _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof. Doutor _____

Instituição _____ Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

Vou iniciar meus agradecendo a meus pais, sem cujo apoio e confiança não teria realizado este trabalho.

Gostaria de agradecer ao professor Eliezer por sua orientação, apoio e, principalmente, amizade. Também gostaria de agradecer aos professores Luis Guilherme e Elaine por estarem sempre dispostos a me ajudar.

Por último, agradeço à Martha, pelo seu companheirismo, apoio e por estar sempre ao meu lado.

RESUMO

Esta pesquisa visa realizar uma radiografia da desigualdade de renda no estado de São Paulo a partir da base de dados disponibilizada pelos Censos de 1991 e 2000. Nesse sentido, avaliar-se-á qual o valor dos indicadores de desigualdade de renda para os diferentes níveis de agregação existentes no Estado disponibilizados pelo Censo. No caso, a metodologia aplicada é a mesma utilizada por Bourguignon e Morrisson em seu trabalho seminal "*Inequality among world citizens: 1820 - 1992*" (2002), que ressalta o fato de que os estudos sobre a desigualdade mundial são, em sua maioria, simplistas demais ao só considerarem a desigualdade de renda entre países, mas não levar em conta desigualdade dentro dos mesmos. Assim, baseados nos indicadores tratados em Bourguignon (1979), os autores estimam a desigualdade entre países e dentro dos países, dado que a soma de ambas seria igual à desigualdade de renda total. A presente pesquisa faz a mesma análise, mas tendo como foco o estado de São Paulo ao invés do mundo e utilizando-se da variável **rendimento mensal domiciliar** – dada pelo Censo - dividida pelo número de moradores por domicílio. A radiografia da desigualdade de renda no Estado é feita nos seguintes níveis de agregação: Mesorregiões, Microrregiões, Municípios. Além disso, a presente pesquisa visa descrever a desigualdade de renda existente entre diferentes tipos de áreas existentes em um território – sendo essas delimitadas pelo IBGE - tentando avaliar como a dicotomia Urbano\Rural se refletiria no que diz respeito à evolução da desigualdade de renda nesses setores. Por último, a presente pesquisa visa avaliar a desigualdade de renda domiciliar total existente entre domicílios com um mesmo número de moradores, visando mensurar a variação de bem-estar entre os anos de 1991 e 2000, a partir da pressuposição que a renda é uma boa *proxy* de bem-estar.

PALAVRAS CHAVES: DESIGUALDADE DE RENDA, INDICES DE THEIL, COEFICIENTE DE GINI

ABSTRACT

This research aims to hold a radiography of the income inequality in the state of Sao Paulo from the database provided by the Censo of 1991 and 2000. Accordingly, it would assess what are the values of the wealth inequality indicators for the different levels of aggregation existing in the State - provided by Censo. In the case, the methodology is the same as used by Bourguignon and Morrisson in his seminal work "Inequality among world citizens: 1820-1992" (2002), which underscores the fact that the studies on global inequality are, in their majority, too simplistic to only consider the inequality of income between countries, but does not take into account inequality within the same. Thus, based on indicators treated in Bourguignon (1979), the authors estimate the inequality between countries and within countries, since the sum of both would be equal to the total inequality of income. This research makes the same analysis but focusing on the state of Sao Paulo instead of the world and using the variable **household monthly income** - given by Censo - divided by the number of residents per home. A radiograph of the wealth inequality in the state is made in the following levels of aggregation: Mesorregiões, Microrregiões, and Municipalities. Moreover, this research aims to describe the inequality of income between different types of areas existing in a same territory – these were defined by IBGE - trying to assess how the dichotomy Urban \ Rural is reflected with regard to the evolution of income inequality in these sectors. Finally, this research aims to assess the home income inequality between households with the same number of residents, to measure the variation of well-being between the years of 1991 and 2000, from the assumption that the income is good proxy of welfare.

KEY WORDS: INCOME INEQUALITY, THEIL INDEXES, GINI'S COEFFICIENT.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1.....	15
FIGURA 2.....	41

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1.....	8
GRÁFICO 2.....	9

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.....	30
TABELA 2.....	31
TABELA 3.....	34
TABELA 4.....	34
TABELA 5.....	37
TABELA 6.....	38
TABELA 7.....	39
TABELA 8.....	40
TABELA 9.....	42
TABELA 10.....	43
TABELA 11.....	44
TABELA 12.....	46
TABELA 13.....	47
TABELA 14.....	48
TABELA 15.....	51
TABELA 16.....	53
TABELA 17.....	54
TABELA 18.....	55
TABELA 19.....	57
TABELA 20.....	58

SUMÁRIO

1.	A DESIGUALDADE DE RENDA NO MUNDO E SEU CONTEXTO NO BRASIL.....	1
2.	ÍNDICES DE DESIGUALDADE.....	14
3.	DESIGUALDADE DE RENDA EM SÃO PAULO - ANÁLISE REGIONAL.....	27
	ANÁLISE DE MESORREGIÕES.....	29
	ÍNDICES DE DECOMPOSIÇÃO PARA AS MESORREGIÕES.....	33
3.2.1	ANÁLISE DAS MICRORREGIÕES.....	35
3.2.2	ÍNDICES DE DECOMPOSIÇÃO PARA AS MICRORREGIÕES.....	39
3.3.1	ANÁLISE A NÍVEL MUNICIPAL.....	40
3.3.2	ÍNDICES DE DECOMPOSIÇÃO PARA OS MUNICÍPIOS.....	46
3.4.1	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	49
4.	ANÁLISE SETORIAL.....	50
5.	ANÁLISE DOMICILIAR.....	56
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63
	APÊNDICES.....	65

1. A Desigualdade de Renda no Mundo e seu contexto no Brasil.

O desenvolvimento, em seu sentido mais amplo, vai muito além de simples crescimento econômico, sendo definido também por variáveis ligadas ao tipo de Estado que impera na região e pelas condições para o exercício da cidadania. A experiência histórica mostra que a existência de direitos iguais entre as pessoas, para que possam decidir conjuntamente o destino de sua comunidade, estaria no cerne da busca por uma sociedade mais justa e próspera para todos, afinal – seguindo o raciocínio de Aristóteles – a concentração do poder nas mãos de poucos tende a deturpar as prioridades do Estado na direção de grupos privilegiados.

Porém, há de se ressaltar que a igualdade por si só não deveria ser elevada diretamente à posição de justiça em seu sentido mais amplo, sendo consideradas simplesmente sinônimas.

Como ressaltado por Sen (1996 p. 399):

The really engaging questions about the “status of equality” concern (a) the choice of the space and the form in which equality is to be sought (“equality of what?”), and (b) addressing conflicts between the claims of any particular type of equality and other considerations, including other types of equality (“what relative significance to attach?”). The status of equality is a substantive rather than a formal issue.

A despeito disso pode-se afirmar que a forma pela qual se daria a “melhoria” de índices econômico-sociais tenderia a auxiliar, no longo prazo, o desenvolvimento de variáveis ligadas ao regime de participação social. Como destacado por Glaeser (2005, p.2):

The insight that economic impacts politics as much as politics impacts economics lies at the heart of political economy. This circle of causation is at the center of research on the political economy of inequality. Democracy, political stability, and executive constraints all appear to be more feasible in more equal societies. Public policies towards redistribution and human capital can make societies more equal.

Essa assertiva vai de encontro com a visão de que a diminuição das desigualdades de renda facilita o funcionamento das instituições democráticas, permitindo o desenvolvimento de sociedades mais igualitárias. Esse argumento torna-se mais plausível se analisarmos o modo pelo qual a diminuição da desigualdade de renda facilita o acesso de muitas pessoas à educação, isso permitiria que as pessoas tivessem melhor percepção da relação de sua participação política com a melhora de sua qualidade de vida. A melhora da distribuição de renda seria, portanto, variável essencial na aritmética da evolução de indicadores políticos e de liberdade.

Porém, como destacado por Debraj Ray (1998), a preocupação com a desigualdade de renda iria muito além de uma questão filosófica de igualdade entre os homens, sendo de importância central na definição de muitas variáveis centrais ao capitalismo, dentre essas cabem destacar o crescimento econômico, qualificações individuais e liberdades políticas.

Assim, ressalta-se a questão sobre o que é e como surge a desigualdade de renda. Em uma sociedade na qual a riqueza advém da interação entre os fatores de produção de uma sociedade, um ponto fundamental na determinação da remuneração recebida pelos agentes econômicos estaria na formas pelas quais esses contribuem para a geração de produto. No caso, o agente receberia remuneração proporcional à sua contribuição para o processo produtivo, sendo esta relacionada à quantidade e à produtividade do fator empregado pelo agente em questão. Isso nos permite concluir que, dentre muitos outros fatores, um dos aspectos primordiais na determinação da desigualdade de renda em uma sociedade estaria ligada à posse de fatores de produção.

Devido à lei dos retornos marginais decrescentes, o agente teria um retorno marginal maior para o fator de produção que possuísse quanto mais escasso ou mais produtivo esse fosse. Assim, como o capital - físico e humano - tende a ser mais escasso do que a mão de obra desqualificada na maior parte do mundo, a renda relativa tende a ser maior para a parcela

da população que possui relativamente mais capital em detrimento da população sem dotações iniciais, gerando desigualdade de renda.

Se a desigualdade de renda tem como um de seus principais determinantes o mercado de fatores, percebe-se que diferentes tipos de desigualdade gerarão diferentes comportamentos de variáveis agregadas, em especial a poupança. Como a desigualdade tem um papel de influência sobre a poupança, pode-se afirmar que existe uma relação entre desigualdade e crescimento (RAY, 1998). Na mesma linha, Glaeser (2005) afirma que existiria um “causalidade circular” entre economia e política, levando à conclusão que se as variáveis ligadas à distribuição de renda afetassem aspectos relacionados à política, deveria haver uma relação de causalidade entre variáveis econômicas e de desigualdade de renda – seja essa direta ou indireta.

Um dos primeiros autores a analisar essa relação foi Kuznets (1955). O autor criou a famosa relação da curva em “U” invertido, que tratar-se-ia do fato de que a desigualdade de renda guardaria uma relação positiva com a renda nos primeiros estágios do desenvolvimento das sociedades industriais, sendo seguido por uma inversão da relação - passando de positiva para negativa. Essa visão estaria associada ao período histórico vivido pelo autor, no qual muitas sociedades que já estavam industrializadas há algum tempo começavam a distribuir os frutos de suas conquistas, enquanto outros países em desenvolvimento mostravam uma tendência à concentração da renda.

Após a decepção advinda da “década perdida”, os anos 90 se caracterizaram pelo crescente interesse em estudos empíricos na vertente da Economia do Crescimento, o que trouxe a reboque novas teorias da forma pela qual o crescimento econômico interagiria com a distribuição de renda. Um exemplo dessas modernas teorias está em Aghion e Howitt (1998).

Segundo Aghion e Howitt (1998, p. 279-280), a sabedoria popular aponta para o fato de que a desigualdade de renda é essencial para o crescimento econômico, visto que a mesma

cria incentivos para investir devido à indivisibilidade de investimentos com grandes custos fixos e à ineficiência de salários muito sensíveis a um produto incerto produzido por trabalhadores com aversão ao risco. Assim, haveria um dilema entre eficiência produtiva e justiça social. Porém, os autores ressaltam o ponto de que estes resultados são atingidos devido ao uso de pressupostos muito fortes, como, por exemplo, a hipótese de que não há imperfeições no mercado de crédito, na medida em que a inserção de imperfeições de mercado de crédito no modelo leva à conclusão de que desigualdade é uma barreira ao crescimento.

A relação entre crescimento econômico e desigualdade é explicada por outras variáveis além da poupança e mercado de crédito, como por exemplo:

- Pauta de Consumo: na qual se pode atribuir uma condição de causalidade como expressa por Furtado, que levaria à conclusão que uma grande desigualdade de renda em países subdesenvolvidos tenderia a gerar importações de bens de luxo, que - devido ao estado de desenvolvimento atual do país - não são produzidos internamente, gerando um vazamento da renda nacional para o exterior.
- Direção da transferência de renda: que demonstra a necessidade de cautela ao se afirmar que transferências regressivas ou progressivas da renda tendem a aumentar ou diminuir a poupança total. Por exemplo, uma transferência progressiva do extrato de renda mais rico da população para o mais pobre, provavelmente não aumentará poupança agregada – devido a necessidades imediatas de consumo desse último -, entretanto se a mesma transferência progressiva fosse feita em direção a um extrato de renda médio haverá uma grande probabilidade de aumento na poupança agregada.

Indo na direção contrária de Aghion e Howitt – que buscam entender a relação de causalidade da distribuição de renda para o crescimento econômico – existem diversos trabalhos que analisam como variáveis econômicas afetariam a distribuição de renda, podendo

ser citado o trabalho de Goldberg (2007). Nesse artigo, o autor analisaria a forma pela qual a globalização estaria afetando a desigualdade de renda mundial, chegando a uma conclusão que vai na contramão da teoria convencional – que prega o livre comércio como a melhor forma de se diminuir as diferenças de renda entre os países: devido a imperfeições no mercado internacional, principalmente no de trabalho, a globalização tem contribuído para o aumento das disparidades de renda mundiais. Nas palavras do autor (2007, p. 52-3):

The substantial amount of evidence we reviewed in this article suggests a contemporaneous increase in globalization and inequality in most developing countries. However, establishing a causal link between these two trends has proven more challenging. Despite the ambiguities involved in identifying the relationship between openness and distributional changes, it seems fair to say that the evidence has provided little support for the conventional wisdom that trade openness in developing countries would favor the less fortunate (at least in relative terms). Our survey has identified several channels which may explain why the recent experience of developing countries did not conform to the naïve thinking about globalization. Our understanding of the consequences of globalization for inequality has improved as the conceptual framework used in empirical work expanded to include trade in intermediate products, international flows of capital, trade-induced skilled biased technological change, short-run factor immobility, and firm heterogeneity.

Nessa mesma linha podemos ainda citar os trabalhos de Dalgin, Mitra e Trindade (2004) - que tratou de como a desigualdade de renda impacta sobre a pauta importadora de um país - e de Matlack e Vigdor (2006) - que argumenta sobre como a desigualdade de renda afeta o poder de compra de diferentes grupos sociais.

Estudos empíricos modernos procuram testar a hipótese de Kuznets – que diz respeito à sua teoria sobre a relação existente entre desenvolvimento e distribuição de renda -, sendo que muitos encontraram um aumento na desigualdade de renda entre os países da OECD, contradizendo a teoria de Kuznets. Segundo Aghion e Howitt (1998, p. 298-9), esse aumento da desigualdade estaria associado ao diferencial dos salários, ou seja, a existência de uma tecnologia viesada para o uso de mão de obra intensamente qualificada leva a um grande diferencial de renda entre os trabalhadores. Nas palavras do autor (1998 p. 299):

Now, if technological change can induce episodic increases in wage differentials between skilled and unskilled workers has already been hinted at in the previous chapter when we analyzed the effects of major technological change (i.e. of the arrival of new general purpose technologies) on wage dispersion and unemployment. In a nutshell, although technological change can exert an upward pressure on the demand for skilled workers and thereby increase their wage premium over unskilled workers, education should eventually lead to an expanded supply of skilled labor and thereby to a fall of the wage differential.

Um estudo sobre a magnitude da desigualdade de rendimentos do trabalho no Brasil é feito por Ulyssea (2007). O autor, se utilizando da metodologia de Juhn, Murphy e Pierce (1993), analisa os determinantes da queda do diferencial de renda entre os trabalhadores no Brasil, mostrando que as questões relativas aos diferenciais existentes entre setor urbano e rural perdem importância diante do crescente diferencial existente entre setor formal e informal.

Pode-se perceber pela análise supracitada que o indicador distribuição de renda é fruto de muitas discussões, nas quais não há consenso quanto à forma pela qual ele afeta ou é afetado por outras variáveis, sejam políticas, sejam econômico-sociais. Porém, é indubitável a importância da mesma no entendimento do desenvolvimento em seu sentido mais amplo, ou seja, entender como é a distribuição de renda em uma sociedade seria vital para analisar seus problemas e propor políticas públicas para resolvê-los – visto que esta variável estaria ligada a quase todos os aspectos importantes de uma sociedade. Assim, este tipo de estudo seria essencial para o caso brasileiro, um país em desenvolvimento que visa a alcançar os patamares atingidos pelo primeiro mundo.

O início do debate sobre Desigualdade de Renda no Brasil tem em suas raízes o estudo de Furtado (1968) que buscou relações entre o crescimento econômico e a distribuição de renda no Brasil. Entretanto, os debates mais modernos tendem a se prender nas questões relativas às causas da desigualdade, nos quais o fator explicativo comum a quase todas as análises é o nível educacional.

A utilização de microdados com esse propósito foi iniciada em Langoni (1973), que utilizou o Censo de 1960, a fim de comparar as taxas de retorno entre investimentos em capital físico e humano, concluindo que a taxa de retorno do segundo era significativamente maior. Estudos posteriores foram realizados para o Censo de 1971 por Hoffman (1971) e Duarte (1971), sendo que esses utilizaram diversas medidas de concentração de renda como a curva de Lorenz e os índices de Theil.

A partir do desenvolvimento da microeconometria no Brasil, acirra-se o debate acerca dos determinantes da desigualdade de renda no Brasil, tendo como foco os estudos de Langoni (1973) e Fishlow (1972), que ressaltam a importância de aspectos educacionais para explicar a distribuição de renda, porém com discordância na questão de se a desigualdade é um fruto natural do crescimento econômico – sendo essa idéia aportada pelo primeiro e rejeitada pelo segundo. Apesar dessas posições, certos autores minimizam a importância da desigualdade educacional como fator explicativo para a desigualdade de renda, afirmando que parte da variância de renda entre os indivíduos permanece inexplicada (SERRA, 1978).

A despeito das divergências sobre os aspectos relativos à dinâmica da evolução da desigualdade de renda, já é ponto pacífico que o Brasil possui uma das piores distribuições de renda do mundo, de acordo com Ulyssea (2007, p.7): “De fato, segundo dados do *Human Development Report* de 2005, apresentado em Menezes-Filho *et al.* (2007), o Brasil possui a oitava pior distribuição de renda do mundo”. Esse fato pode ser depreendido do gráfico abaixo:

GRÁFICO 1. Distribuição dos países no mundo segundo renda per capita e renda dos 20% mais pobres

FONTE: IPEA (2006)

Segundo Paes de Barros (2004), três seriam os determinantes fundamentais da renda familiar *per capita* e, portanto, do crescimento da pobreza e da desigualdade: 1) transformações demográficas; 2) funcionamento e evolução de redes de proteção social; mas principalmente 3) os rendimentos do trabalho; sendo este último determinado essencialmente pela qualidade dos postos de trabalho e qualificação dos trabalhadores. A relação entre os pobres e não pobres demonstra que os últimos encontram-se sistematicamente em desvantagem qualquer que seja o fator analisado, como explicado por Paes de Barros (2004):

Dentre essas disparidades, a mais importante, sem dúvida, refere-se à qualidade dos postos de trabalho. De fato, o acesso dos pobres a postos de trabalho de pior qualidade tem um impacto sobre a sua renda pelo menos duas vezes maior que o de qualquer outro dos fatores considerados. Enquanto quase 45% do diferencial de renda entre pobres e não pobres devem-se a diferenças na qualidade do posto de trabalho, diferenças em nenhum outro fator chega a explicar 25% do diferencial em renda *per capita* entre os grupos.

Porém, o cenário econômico-social do Brasil passa por uma transformação desde a década de 90. Como demonstrado por um relatório realizado por Ferreira (2006), a desigualdade de renda no Brasil foi muito volátil nos últimos anos, tendo diminuído após o Plano Real:

After rising between 1960 and 1976, and declining between 1976 and 1981, Brazilian income inequality resumed its upward trend in 1981. Between 1981 and its peak in 1989, Brazil Gini's coefficient rose by five points (or 9%) from 0,574 to 0,625. After oscillating between 1989 and 1993, the Gini then fell to 0,564 in 2004. The accumulated decline from 1989 to 2004 was of six GINI points or 10%. [...] These changes remind us that, while still very high by international standards, Brazil's inequality is not immutable.

Nesse mesmo contexto se insere a nota técnica do IPEA (2006) “Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil”, que trata da acentuação crescente da tendência de queda na desigualdade de renda no Brasil - tendo esta atingido seu menor nível nos últimos 30 anos. Ambos os estudos anteriormente mencionados têm a década de 90 como um divisor de águas na evolução da distribuição de renda no Brasil, característica esta que surgiu em decorrência de diversos fatores - como o aumento da escolaridade e da ampliação do uso de políticas sociais pelo governo -, mas tendo como fator primordial a estabilização monetária. Isto pode ser depreendido do gráfico abaixo, que demonstra queda acentuada a partir de 1990:

GRÁFICO 2. Evolução Temporal da Desigualdade de Renda

FONTE: IPEA (2006)

O papel da inflação no desenvolvimento da desigualdade de renda a partir da década de 90 é discutido por muitos autores, como Néri (1999, p. 391), que registra como a desigualdade “eleva-se em 1992, 1993 e 1994 como fruto da aceleração inflacionária observada. Com o advento da estabilização, a desigualdade volta a declinar em 1995.” Na mesma linha dos argumentos de Néri, temos o artigo de Hoffman (1998) “Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979/97 e a influência da inflação e do salário mínimo”, no qual uma das conclusões é que a desigualdade de renda é claramente afetada pela inflação, um imposto regressivo.

Cabe, contudo, ressaltar também a visão contrária de Paes de Barros (2000) à idéia de que o processo inflacionário teria **sempre** um papel fundamental no processo de geração de desigualdades. Em seu texto *Inequality and Macroeconomic Instability*, o autor defende que a variável inflação sofreria um declínio de importância sobre a pobreza e a desigualdade conforme o processo inflacionário se acelera, já que a sociedade acabaria por criar instituições que barrariam os efeitos deletérios da mesma.

Assim, parece não existir um consenso concernente à questão de qual foi a variável central na evolução dos índices de desigualdade após a década de 90, porém pode-se dizer que há um consenso com respeito à queda da desigualdade a partir deste período. Essa visão é reforçada por Paes de Barros (2007) que investiga se houve uma superestimação da tão falada queda da desigualdade de renda no Brasil nos últimos anos. Segundo o autor, os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) tendem a subestimar o valor da renda das classes mais ricas, que apresentam peculiaridades – como não querer responder pesquisas ou não declarar sua renda total para fins do fisco – que poderiam levar a uma avaliação errônea do valor da desigualdade de renda no Brasil. Porém, a partir de um estudo comparativo, usando as bases de dados da PNAD contra as bases POF (Pesquisa de

Orçamentos Familiares) e SCN (Sistemas de Contas Nacionais), o autor conclui que o grau de subestimação da desigualdade de renda no Brasil é mínimo.

Porém, como destacado por Rocha (1998), a desigualdade envolveria, na verdade, duas temáticas, sendo a primeira relativa à desigualdade interpessoal, ligada, principalmente, à elevada variância dos indicadores relacionados à qualidade de vida das pessoas - que, em muitos casos, tem como *proxy* a própria renda. Esta temática teria um aspecto muito relevante no Brasil, onde 50% dos mais pobres e 1% dos mais ricos possuíam a mesma participação na renda, fazendo da elevada incidência de pobreza absoluta o aspecto mais crítico de influência deletéria sobre os indicadores de desigualdade. A segunda temática seria relativa à desigualdade regional, tendo essa, segundo o autor, papel crucial na forma pela qual se dá a desigualdade de renda no Brasil. Isso ocorre porque apesar de a desigualdade regional ter sido alvo de muitas políticas públicas na história do Brasil, não houve uma redução significativa nos seus indicadores até a década de 90.

Assim, o problema da desigualdade de renda teria, na verdade, duas facetas: a desigualdade interpessoal e inter-regional. Portanto, em termos de definição de estratégia de atuação via políticas públicas, a análise de qual das duas temáticas, relativas ao problema da desigualdade de renda, predomina em um território seria essencial.

Para Diniz (1995, p.6-7), a partir das décadas de 40/50 começou a haver um processo de desconcentração regional da produção, com os processos produtivos (sejam agrícolas ou industriais) migrando de regiões mais populosas e urbanizadas para regiões vazias e estagnadas tendo por efeito “introduzir um elemento novo na análise das perspectivas regionais, uma vez que o problema da pobreza está deixando de ser uma questão regional e passando cada vez mais a ser uma questão de distribuição interpessoal”. Assim, o estudo da distribuição de renda deveria ter um caráter não somente inter-regional, mas intra-regional.

Diferentemente de Rocha (1998), que dá maior peso às desigualdades inter-regionais em detrimento das desigualdades de renda entre as pessoas.

Independentemente das visões dos diferentes autores, uma análise que leve em conta as duas facetas do problema da desigualdade de renda – levantado por Rocha (1998) – deve ser realizada a partir de índices de decomposição.¹ Isso ocorre pelo fato de que somente através de índices de decomposição podemos decompor, de maneira adequada, a distribuição de renda total como uma soma ponderada da distribuição de renda intergrupos e intragrupos. Uma análise diferenciada do processo de geração de desigualdades a partir de índices de decomposição é feita no artigo de Bourguignon e Morrisson (2002), no qual os autores verificam a distribuição de renda mundial com base nas desigualdades **entre** países e **dentro** dos países, sendo a soma de ambas as estimativas iguais à desigualdade de renda mundial total. O método utilizado pelos autores é fruto do artigo seminal de Bouguignon (1979), no qual o autor demonstra que os únicos índices decomponíveis, que possuem certas características desejáveis de um indicador do gênero, são os índices T de Theil e L de Theil.

Com base nessa metodologia, muitos autores - como Néri (1999), Rocha (1998) e Ulyssea (2007) – verificaram a evolução da desigualdade de renda no Brasil e analisaram seus principais determinantes, chegando a um relativo consenso que a desigualdade de renda iniciou uma trajetória descendente a partir da década de 90, caracterizada, como já mencionada, por um divisor de águas na história econômico-social do Brasil.

A partir deste ponto pode-se questionar como se deu o processo de redução da desigualdade de renda no interior do Estado economicamente mais importante da nação, o Estado de São Paulo. Ou seja, a pergunta é: como se deu a evolução econômico-social no Estado de São Paulo durante a passagem dos anos 80 para os anos 90, “o divisor de águas”.

¹ Vide capítulo 2.

Para o estudo dessa questão, será utilizada a variável **rendimento mensal domiciliar**.

Os dados a serem utilizados estão nos Censos de 1991 e 2000, que permitirão ter uma idéia da evolução da desigualdade na década de 90 que, segundo a maioria dos trabalhos já realizados a respeito, foi uma década importante na diminuição da desigualdade no Brasil, devido à estabilização monetária e ao início de políticas sociais de distribuição de renda. Desde 1960 o Censo se utiliza da técnica de amostragem de maior abrangência do território nacional, realizando pesquisas que permitem mapear a estrutura da sociedade brasileira a partir de instrumentais explicados na documentação do Censo (2000, p.11):

O desenho amostral adotado compreende a seleção sistemática e com equiprobabilidade, dentro de cada setor censitário, de uma amostra dos domicílios particulares e das famílias ou componentes de grupos conviventes recenseados em domicílios coletivos, com fração amostral constante para setores de um mesmo município. Para a realização do Censo Demográfico de 2000, da mesma forma que no Censo de 1991, foram definidas duas frações amostrais distintas: 10% para os municípios com população estimada superior a 15.000 habitantes e 20% para os demais municípios, conforme pode ser visto em Silva e Bianchini (1990). [...] Em todo o território nacional foram selecionados 5 304 711 domicílios para responder ao questionário da amostra, o que significou uma fração amostral da ordem de 11,7%. Nesses domicílios foram levantadas as informações para todos os seus moradores, totalizando 20 274 412 pessoas.

Assim, a questão natural advinda deste problema é: qual o indicador mais adequado para se avaliar essa base de dados e quais suas peculiaridades?

2. Índices de Desigualdade

Todo indicador de desigualdade visa agregar diferenças de renda da população em um indicador escalar, por isso não é surpresa o fato de existirem tantos instrumentos destinados para este fim. Um dos instrumentos mais utilizados para esse tipo de pesquisa é o índice de Gini. O coeficiente de Gini foi proposto por Corrado Gini em 1914 e trata-se prioritariamente de um índice derivado da curva de Lorenz. Supondo a existência de uma determinada população com indivíduos dotados de determinada renda, pode-se dividir a mesma em estratos populacionais, sendo que cada estrato seria possuidor de uma dada porção da renda total. A partir das proporções acumuladas de renda (Φ) e população (ρ) definem-se pontos num sistema de eixos cartesianos ortogonais, dando origem à curva de Lorenz – como visto na Figura (1). Uma explicação para a curva de Lorenz pode ser encontrada, *inter alia*, em IPEA (2006, p.14-5):

Sua construção é baseada numa curva, a “Curva de Lorenz”, a qual é obtida através da ordenação das pessoas segundo seu nível de renda. As pessoas são dispostas de forma crescente com suas rendas. O gráfico abaixo ilustra uma curva de Lorenz, relacionando a fração acumulada de renda (Φ) com a fração acumulada de população (ρ). O coeficiente de Gini equivale ao dobro da área (α) entre a curva de Lorenz (a que forma um arco no gráfico) e a diagonal (que representa a distribuição onde todos têm a mesma renda e, por isso, é chamada de linha de perfeita igualdade). Ou seja, quanto mais “distante”, medida por essa área, da linha de perfeita igualdade estiver a curva de Lorenz de uma distribuição, mais desigual ela é e maior o Gini (não é difícil mostrar que ele varia entre 0 e 1). Toda transferência progressiva, isto é de ricos para pobres, reduz a desigualdade. De forma mais geral, diz-se que a distribuição A é menos desigual que a B sempre que A puder ser obtida a partir da B por uma série de transferências progressivas. É possível mostrar que neste caso a curva de Lorenz associada a A estará inteiramente acima da associada a B e, portanto, mais próxima da linha de perfeita igualdade. Daí decorre, em particular, que o coeficiente de Gini de A será inferior ao de B, indicando um menor grau de desigualdade.

Figura 1. Curva de Lorenz

Mais formalmente, com base na figura (1), percebe-se que se todas as pessoas tivessem a mesma renda as proporções acumuladas de renda e população seriam sempre iguais, ou seja:

$$\Phi = \rho.$$

Nesse caso a curva de Lorenz seria a linha reta de perfeita igualdade ligando os dois extremos da figura. Entretanto, se toda a renda fosse apropriada por um único indivíduo, teríamos o caso de perfeita desigualdade, no qual a curva coincidiria com o triângulo retângulo formado abaixo e à direita da linha de perfeita igualdade, com base $\rho = \frac{n-1}{n}$ e altura igual a 1. Sabendo que casos como perfeita igualdade e desigualdade não encontram paralelo no mundo real, temos que o valor de concentração de renda pode ser estimado a partir da curva Lorenz e pela sua proximidade de cada um dos casos extremos.

Hoffman (1998, p. 37-8) deriva o coeficiente de Gini a partir da curva de Lorenz e de sua área (α). Mais formalmente, a partir de

$$0 \leq \alpha \leq \frac{1}{2} \left(\frac{n-1}{n} \right), \quad (17)$$

e sabendo que

$$\lim_{n \rightarrow \infty} \alpha_{\max} = 0,5,$$

define-se o coeficiente de Gini, dado como o quociente entre a área encontrada e seu limite, sendo

$$G = \frac{\alpha}{0,5} = 2\alpha. \quad (18)$$

De acordo com (18) obtém-se que

$$0 \leq G \leq \frac{n-1}{n}.$$

A equação (18) seria a base através da qual seria calculado o coeficiente de Gini para as rendas individuais, como derivado em Hoffman (1998).

Porém, essa não é a única forma de se medir a desigualdade, existindo também os chamados índices de decomposição. Esses últimos são caracterizados pelo fato de, se a população total puder ser dividida em certo número de subgrupos, a desigualdade total será igual a uma soma ponderada da desigualdade existente dentro dos subgrupos e entre eles. Entretanto, existem diversos índices possíveis de decomposição, por isso há de se procurar por índices que satisfaçam um certo número de requisitos. Segundo Bourguignon (1979, p.902-3), esses índices devem:

- Ser contínuos
- Ser diferenciáveis
- Ser simétricos
- Ser homogêneos de grau zero na renda
- Satisfazer a condição de Pigou-Dalton
- Ser passíveis de decomposição

A continuidade é esperada na medida que o indicador deva ser capaz de captar mudanças muito pequenas em relação ao universo populacional, ou seja, mesmo mudanças infinitesimais na posse da renda devem ser percebidas.

Já a diferenciabilidade é uma propriedade bem mais restritiva, visto que a mesma vem a excluir uma grande quantidade de indicadores que não a satisfaz. Apesar de não ser uma característica essencial para um indicador de desigualdade, há como se provar que os índices não diferenciáveis em no mínimo segunda ordem em toda sua vizinhança normalmente não são passíveis de decomposição.

A condição de simetria está relacionada com o fato de que a pessoa do auferidor de renda é irrelevante para a análise, isto é, para fins de análise, não importa se o indivíduo X tem uma renda x e o indivíduo Y uma renda y ou se o indivíduo X tem uma renda y e o indivíduo Y uma renda x .

A condição de homogeneidade de grau zero está ligada ao fato de que a desigualdade não varia quando a renda de todos os indivíduos é multiplicada por um escalar, ou seja, o importante é a magnitude proporcional da variação de renda de um indivíduo para outro.

Uma condição mínima a se esperar de qualquer indicador de desigualdade de renda é a satisfação da condição de Pigou-Dalton, que se baseia no fato de o nível de desigualdade medido pelo indicador diminuir quando acontece uma transferência de renda de uma camada mais rica da população para outra mais pobre.

Por último, a condição de “decomponibilidade”, tão útil para se expressar os índices de desigualdade, tem de atender a alguns requisitos mais complexos. Como expresso por Bourguignon (1979 p. 902):

Finally, we are led to consider two definitions of the decomposability property. First, the inequality of population of individual incomes can be expressed as a function of the inequality within its subgroups and of their aggregate characteristics. This definition corresponds to some kind of “aggregativity” property and permits some decomposition of the total inequality. As it has been presented above and as it is used in empirical works, however, decomposability

requires a little more than this general aggregativity property. Namely, it requires some additivity in the decomposition of inequality and we shall focus on this “additive decomposability” property in this paper. It will appear that additive decomposability is equivalent to expressing the total inequality of a population as the sum of a weighted average of the inequality within subgroups of the population and of the inequality existing between them, although weighting coefficients do not necessarily sum to one. It is clear, then, that additively decomposable inequality measures will differ only by the weight given to the inequalities within the various subgroups of the population.

Assim, em uma população de n auferidores de renda divididos em m grupos, configura-se como n_i o número de indivíduos no grupo i e y_{ij} a renda do indivíduo j no grupo i . Dado que $I^n(y_1, y_2, \dots, y_m)$ é o indicador de desigualdade de renda para uma população de n indivíduos com rendas $y_1, y_2, \dots, y_m$, é natural requerer que o valor dado pelo indicador diante de uma distribuição igualitária seja uma constante, ou seja, para qualquer y valeria a seguinte relação:

$$I^n(y, y, \dots, y) = 0. \quad (1)$$

Assim, supomos a constante igual à zero sem perda de generalidade. Isto posto, podemos classificar um indicador de desigualdade como “agregativo” se o mesmo puder ser expresso da seguinte forma:

$$\begin{aligned} & I^n(y_{11}, y_{12}, \dots, y_{m m_m}) \\ &= F^m \left[I^{n_1}(y_{11}, \dots, y_{1 n_1}), \dots, I^{n_m}(y_{m1}, \dots, y_{m m_m}); Y_1, \dots, Y_m; n_1, \dots, n_m \right], \end{aligned} \quad (2)$$

sendo $Y_i = \sum_{j=1}^{n_i} y_{ij}$.

Portanto, a propriedade de agregação – estando intrinsecamente ligada à propriedade de decomponibilidade - está ligada ao fato de que o cálculo do indicador de desigualdade passível de decomposição só necessita dos dados da desigualdade dentro de cada subgrupo e das características populacionais agregadas de renda e população.

Segundo Bourguignon (1979, p. 904), qualquer indicador de desigualdade que satisfaça a propriedade de decomponibilidade poderá ser expresso de acordo com a seguinte forma funcional:

$$I^n = \left\{ F^m(I^{n_1}, \dots, I^{n_m}; Y_1, \dots, Y_m; n_1, \dots, n_m) - F^m(0, \dots, 0; Y_1, \dots, Y_m; n_1, \dots, n_m) \right\} + F^m(0, \dots, 0; Y_1, \dots, Y_m; n_1, \dots, n_m)$$

O primeiro termo da forma funcional acima especificada refere-se à contribuição da desigualdade dentro de todos os subgrupos para a desigualdade total (I_w^m) , enquanto que o segundo termo representa uma distribuição igualitária associada aos m subgrupos (I_b^m) .

Assim:

$$I^n = I_w^m + I_b^m. \quad (3)$$

Para uma melhor definição da decomposição da expressão anterior, o autor vem a estudar a contribuição de cada subgrupo i para a desigualdade total, isto é, $(I_{w_i}^m)$. Para achar a magnitude dessa contribuição deve-se avaliar o valor da diferença entre a desigualdade total existente na população e a desigualdade existente caso toda a população do subgrupo i tivesse a mesma renda, sendo esta dada por:

$$I_{w_i}^m = F^m(I^{n_1}, \dots, I^{n_i}, \dots, I^{n_m}; Y; n) - F^m(I^{n_1}, \dots, 0, \dots, I^{n_m}; Y; n) \quad (4)$$

Porém, há de se ressaltar que nem sempre a somatória do índice demonstrado em (4) para todos os subgrupos será igual a (I_w^m) , nos levando a uma possível ambigüidade que pode existir nos índices de decomposição. Assim, uma propriedade desejável para os índices de decomposição é que os mesmos sejam aditivos, isto é:

$$\sum_{i=1}^m I_{w_i}^m = I_w^m \quad (5)$$

Bourguignon (1979) demonstra em seu artigo que os únicos índices de decomposição que satisfazem a todas as propriedades anteriormente citadas são os índices de decomposição L e T de Theil.

Os índices de decomposição L e T são resultados da pesquisa de Henri Theil baseada em conceitos advindos da teoria da informação, sendo essa publicada em seu livro *Economics and Information Theory* (1967). Basicamente, sendo p a probabilidade de ocorrência de um evento Y, a Teoria da Informação viria a estudar qual o conteúdo informativo da mensagem “O evento Y ocorreu”, com base na probabilidade supracitada. Ou seja, tentar-se-ia mensurar o quanto seríamos surpreendidos pelo acontecimento de Y, dada a probabilidade *a priori* de ocorrência do evento. Assim, - segundo a Teoria da Informação - o conteúdo informativo de uma mensagem sobre a ocorrência de determinado evento, ao qual é associado a probabilidade x , é:²

$$h(x) = \log \frac{1}{x}.$$

Considerando agora um universo de n possíveis eventos A_i ($i = 1, 2, \dots, n$) exaustivos e mutuamente exclusivos, aos quais se associam probabilidades x_i , de modo que:

$$\sum_{i=1}^n x_i = 1,$$

temos que a esperança matemática do conteúdo informativo da mensagem “ocorreu A_i ” – também chamada de entropia da distribuição - é:

$$H(x) = E[h(x_i)] = \sum_{i=1}^n x_i \log \frac{1}{x_i}. \quad (6)$$

Por meio de um lagrangeano é possível se determinar que:

² Esta explicação sobre a teoria da informação pode ser encontrada em Hoffman (1998).

$$0 \leq H(x) \leq \log n,$$

no qual $\log n$ corresponde ao valor máximo de (6) - atingido quando todos os eventos são igualmente prováveis - e 0 - valor dado quando um evento tem probabilidade 1 de acontecer.

A partir da definição de conteúdo informativo de uma mensagem, podemos definir o conteúdo informativo de uma previsão. A título de ilustração, suponhamos que um determinado evento tenha uma probabilidade x associada a sua ocorrência. Porém, uma dada previsão acaba por alterar a probabilidade associada ao mesmo, mudando a estrutura de possibilidades. Sendo que há uma probabilidade *a priori* - como no caso anteriormente explicado, dada por x - e uma probabilidade *a posteriori* - decorrente da previsão, e dada por y - temos um novo conteúdo informativo para a mensagem “o evento em questão ocorreu”, dada por:

$$h(x, y) = \log \frac{y}{x}.$$

Pode-se perceber, pela expressão anterior, que o conteúdo informativo de uma mensagem que afirma que o evento A vai ocorrer é dado pelo conteúdo informativo *a priori* menos o conteúdo informativo da previsão, que permitiria uma redução no grau de “surpresa” da mensagem em questão, ou seja, dada a previsão ficaríamos menos surpresos com a ocorrência do evento.

Se considerarmos uma mensagem duvidosa ou uma previsão que possa vir a transformar as probabilidades *a priori* x_i em probabilidades *a posteriori* y_i verificaremos que a esperança matemática do novo conteúdo informativo será:

$$E[h(y; x)] = \sum_{i=1}^n y_i \log \frac{y_i}{x_i}, \quad (7)$$

dado que (6) é apenas um caso particular de (7), no qual $y_i = 1$.

2.1 Os índices de desigualdade de Theil

Assim é possível – a partir da teoria da informação – desenvolver indicadores de mensuração de desigualdade de renda, com base nos mesmos princípios supracitados. Então, considerando uma população de n pessoas em que cada uma recebe uma fração não-negativa da renda, tem-se:³

$$\sum_{i=1}^n y_i = 1.$$

A partir de (6) pode-se definir a entropia da distribuição de renda como:

$$H(y) = \sum_{i=1}^n y_i \log \frac{1}{y_i}, \quad (8)$$

sendo que, por analogia, assume-se:

$$0 \leq H(y) \leq \log n.$$

A partir daí pode-se perceber a significância do uso dos indicadores existentes na teoria da informação para derivar medidas de desigualdade de renda visto que o indicador oscilaria entre um valor de entropia máxima, dado por $\log n$, - que representaria o caso de perfeita igualdade na distribuição de renda - e 0 – sendo representativo da acumulação de toda a renda nas mãos de um único “indivíduo” com $y_j = 1; y_i = 1 \forall i \neq j$. Portanto, o valor de entropia, que na teoria da informação corresponde ao valor da incerteza sobre o acontecimento de um determinado evento, tem em sua correspondente nas análises de distribuição de renda uma medida do grau de igualdade de uma distribuição. Intuitivamente, estaria se tentando avaliar “o quanto seríamos surpreendidos por determinado valor de renda dentro de uma distribuição”, tendo como referência a Teoria da Informação.

³ Para mais informações sobre as medidas de desigualdade de Theil ver Hoffman (1998).

De acordo com Hoffman (1998, p. 105), a partir da definição de entropia da distribuição de renda, Theil (1967) coloca que seria mais útil um indicador definido a partir da subtração da entropia de seu valor máximo, o que no caso produz

$$T = \log n - H(y) = \sum_{i=1}^n y_i \log ny_i = \sum_{i=1}^n y_i \log \frac{y_i}{\frac{1}{n}}, \quad (9)$$

dado:

$$0 \leq T \leq \log n.$$

Com base em (7), Hoffman (1998, p. 106) coloca que o indicador T seria tão somente “a esperança do valor informativo de uma mensagem incerta que transforma frações da população em frações da renda”. Ou seja, o indicador T analisaria a “informação” mais recente relativa à renda tendo como base a informação *a priori* da população a fim de se achar a entropia da distribuição. Assim, seria avaliado quanto a informação concernente à distribuição da variável renda dos indivíduos surpreende quando comparada com a informação relativa à distribuição da variável população.

Com base nos mesmos critérios define-se o L de Theil dado por:

$$L = \sum_{i=1}^n \frac{1}{n} \log \frac{\frac{1}{n}}{y_i} = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \log \frac{1}{ny_i}. \quad (10)$$

O L de Theil segue os mesmo princípios do T, porém levando-se em conta “que o índice L corresponde à esperança do valor informativo de uma mensagem incerta que transforma frações da renda em frações da população” (HOFFMAN, 1998, p. 106). Pode-se perceber por (10) que o valor mínimo de L é zero - o que ocorre quando não há desigualdade de renda – e que L tende a infinito quando y_i tende a zero.

No caso da pesquisa em questão, estaremos nos utilizando de dados do Censo, onde os valores são majoritariamente baseados nas rendas individuais e não em frações das mesmas.

Portanto, para se avaliar essas mesmas medidas de desigualdade, porém em termos das rendas individuais, é necessário fazer uma transformação nos índices L e T. Sendo x_i a renda da i-ésima pessoa e μ a média das rendas na população, tem-se:

$$y_i = \frac{x_i}{n\mu}. \quad (11)$$

Aplicando (11) em (10) e (9) chega-se às novas funções de T e L dadas por:

$$\begin{aligned} T &= \frac{1}{n\mu} \sum_i x_i (\log x_i - \log \mu) \\ L &= \log \mu - \frac{1}{n} \sum_i \log x_i \end{aligned} \quad (12)$$

2.2 A decomposição dos índices de Theil

Segundo Hoffman (1998, p. 110), uma importante característica dos índices de Theil é que, quando as rendas são agrupadas de acordo com um determinado critério, podem ser decompostas em uma medida de desigualdade entre grupos e outra intra grupos.

Supondo a existência de k grupos, n_h seria o número de elementos do h-ésimo grupo e

x_{hi} a renda do i-ésimo elemento do h-ésimo grupo. O total de elementos na população é:

$$N = \sum_{h=1}^k n_h.$$

Já, a proporção a que equivale a quantidade de membros do grupo h com relação à população total é:

$$\pi_h = \frac{n_h}{N}.$$

A fração da renda total da população apropriada pelo h-ésimo grupo é:

$$Y_h = \sum_{i=1}^{n_h} y_{hi}$$

Com base nessas três últimas equações é possível reescrever o índice T de Theil da seguinte forma:

$$T = \sum_{h=1}^k \sum_{i=1}^{n_h} y_{hi} \log Ny_{hi} . \quad (13)$$

Somando e subtraindo $\sum_{h=1}^k Y_h \log \frac{NY_h}{n_h}$ de (13) obtém-se:

$$\begin{aligned} T &= \sum_{h=1}^k Y_h \log \frac{NY_h}{n_h} + \sum_{h=1}^k Y_h \sum_{i=1}^{n_h} \frac{y_{hi}}{Y_h} \left(\log Ny_{hi} - \log \frac{NY_h}{n_h} \right) \\ &= \sum_{h=1}^k Y_h \log \frac{Y_h}{\pi_h} + \sum_{h=1}^k Y_h \sum_{i=1}^{n_h} \frac{y_{hi}}{Y_h} \log n_h \frac{y_{hi}}{Y_h} \\ &= T_e + \sum_{h=1}^k Y_h T_h \end{aligned} \quad (14)$$

Esse é o índice T de Theil decomposto onde é possível perceber, com base nos índices de entropia T anteriormente derivados, que T_e é a desigualdade entre os grupos e T_h a desigualdade dentro dos grupos.

Do mesmo modo é possível decompor o L de Theil, deixando-o na mesma forma da equação (13) temos:

$$L = \frac{1}{N} \sum_{h=1}^k \sum_{i=1}^{n_h} \log \frac{1}{Ny_{hi}} . \quad (15)$$

A partir da soma e subtração simultânea de $\sum_{h=1}^k \pi_h \log \frac{\pi_h}{Y_h}$, obtém-se:

$$\begin{aligned}
L &= \sum_{h=1}^k \pi_h \log \frac{\pi_h}{Y_h} + \frac{1}{N} \sum_{h=1}^k \sum_{i=1}^{n_h} \log \frac{Y_h}{n_h y_{hi}} \\
&= \sum_{h=1}^k \pi_h \log \frac{\pi_h}{Y_h} + \sum_{h=1}^k \pi_h \frac{1}{n_h} \sum_{i=1}^{n_h} \log \frac{Y_h}{n_h y_{hi}}, \\
&= L_e + \sum_{h=1}^k \pi_h L_h
\end{aligned} \tag{16}$$

onde pode-se avaliar que L_e é a desigualdade entre grupos e L_h a desigualdade intra grupos, tendo como base a análise de (14).

A decomposição desses índices se mostra muito útil para a análise proposta nesta pesquisa pelo fato de os índices T e L de Theil permitirem uma avaliação mais profunda da distribuição de renda no Estado de São Paulo, considerando a desigualdade em todo o Estado como uma soma ponderada das desigualdades entre cidades e dentro das cidades. Esse tipo de avaliação da distribuição de renda é mais completa na medida em que esses índices de decomposição viabilizam uma visão mais ampla da forma pela qual a desigualdade de renda se dá e está disposta dentro do território estadual, permitindo, assim, uma maior eficiência das políticas públicas a serem propostas para diminuir esses desníveis.

3. Desigualdade de Renda em São Paulo – análise regional

Os diferentes recortes regionais possíveis para um Estado vão desde Mesorregiões, que é o maior nível de agregação possível para um Estado, até Municípios, o menor nível de agregação comparável de 1991 para 2000. Contudo, vários estudos modernos demonstram a importância crescente da descentralização de atribuições governamentais como a forma mais eficiente de alocação de recursos, baseados, principalmente, na ideologia Federalista. Assim, a importância da análise de políticas públicas e variáveis econômicas em nível regional é cada vez mais enfatizada, como detalhado no estudo de Mata (2005).

Nesse sentido a presente pesquisa se utilizará de dados dos Censos de 1991 e 2000 concernentes à variável **rendimento mensal domiciliar** alterada de modo a levar em conta o nível de bem-estar em cada domicílio. Assim, como feito em Néri (1999), dividiremos a variável relativa a rendimentos domiciliares pelo número de moradores no mesmo.

A partir de uma análise preliminar dos coeficientes de Gini de todas as mesorregiões do Estado de São Paulo podemos ter uma percepção mais profunda da distribuição de renda nessas cidades nos anos de 1991 e 2000. Ou seja, tendo como base os coeficientes de Gini a serem estimados a partir dos Censos de 1991 e 2000, obteremos resultados que nos permitirão fazer uma análise mais robusta da desigualdade de renda no Estado a partir dos índices de decomposição de Theil.

O estudo do coeficiente de Gini no Brasil é muito difundido e um dos mais utilizados para se avaliar a desigualdade de renda, como no caso do estudo do IPEA (2006, p.14), que avalia que o valor de coeficiente de Gini para o Brasil variou entre 0,592 e 0,593 de 1999 a 2002. Apesar de todas as demonstrações que a desigualdade de renda vem diminuindo desde a década de 90, esse índice de Gini ainda se mostra como um dos maiores do mundo, sendo necessárias mais duas décadas de redução constante das disparidades de renda para que o país

alcance as condições dos países desenvolvidos (IPEA, 2006, p. 20). Segundo Paes de Barros (2007, p.104), em termos da pirâmide de renda, o limite influenciador estaria no valor de R\$ 1536, isto é, “isso significa que tanto o aumento no rendimento de uma pessoa que ganha mais do que R\$ 1536 como a redução no rendimento de alguém que ganha menos que isso causam aumento no índice de Gini dessa distribuição”.

A partir dessa pequena avaliação do caso brasileiro como um todo, podemos iniciar o estudo da problemática em questão de nossa pesquisa: o Estado de São Paulo. A importância desse Estado para o país é central, ou seja, não há como se fazer qualquer tipo de análise para o caso nacional sem dar importância basilar para São Paulo. Essa importância se torna visível a partir de alguns dados a respeito do Estado, como os divulgado através do portal <http://www.saopaulo.sp.gov.br>:

É o Estado com a maior população do Brasil, mais de 40 milhões de habitantes distribuídos em 645 municípios, e a terceira unidade administrativa mais populosa da América do Sul. Abriga o maior parque industrial e a maior produção econômica - mais de 31% do PIB do país. Detém o maior registro de imigrantes, quase 3 milhões de 70 diferentes nacionalidades e, como também não poderia deixar de ser, evidenciando toda a complexidade do Estado mais cosmopolita da América do Sul.

Assim, podemos analisar a distribuição de renda no Estado de São Paulo a partir dos dados dos Censos 1991-2000 utilizando o software Stata 9.0 para a análise estatística e econométrica de dados. Os resultados obtidos a partir do programa permitem-nos chegar a resultados referentes aos coeficientes de Gini de cada região.

Para fins de análise da desigualdade de renda no Estado de São Paulo devemos nos ater aos diversos níveis de agregação, delimitados pelo IBGE, nos quais o Estado se divide, além da análise a nível municipal. Assim, começaremos a analisar o maior nível de agregação no interior do Estado: as mesorregiões.

3.1.1 Análise de Mesorregiões

O IBGE define mesorregião da seguinte forma: “Conjunto de microrregiões, contíguas e contidas na mesma Unidade da Federação, agrupadas com base no quadro natural, no processo social e na rede de comunicações e de lugares”. No caso do Estado de São Paulo, as mesorregiões são dadas pelo quadro abaixo.

Mesorregiões
São José do Rio Preto
Ribeirão Preto
Araçatuba
Bauru
Araraquara
Piracicaba
Campinas
Presidente Prudente
Marília
Assis
Itapetininga
Macro Metropolitana Paulista
Vale do Paraíba Paulista
Litoral Sul Paulista
Metropolitana de São Paulo

Há de se ressaltar que, diferentemente dos outros níveis de agregação delimitados pelo IBGE, não houve mudanças na definição das mesorregiões dos anos 90 para o ano 2000, período a ser utilizado para fins de análise da desigualdade de renda no Estado.

Para o ano de 1991, os coeficientes de Gini para essas regiões mostram uma média de 0,54988 e um desvio padrão de 0,02499. Assim, pode-se perceber que o Estado apresenta uma média de coeficientes de Gini superior à média dos municípios, porém com um desvio padrão menor; mostrando que as diferenças existentes entre as mesorregiões não são tão grandes, apesar de possuírem um elevado índice médio de desigualdade. Um resumo desses resultados pode ser percebido pela Tabela 1, que apresenta os coeficientes de Gini do Estado para as mesorregiões, seguidos de seus respectivos índices de Theil.

Tabela 1. Desigualdade das Mesorregiões para 1991

Mesorregiões	GINI	Theil T	Theil L
São José do Rio Preto	0,54488	0,63456	0,52442
Ribeirão Preto	0,53766	0,62956	0,50622
Araçatuba	0,55217	0,66117	0,53431
Bauru	0,53888	0,61991	0,51498
Araraquara	0,5153	0,54967	0,46337
Piracicaba	0,50622	0,53376	0,44515
Campinas	0,53867	0,59938	0,51307
Presidente Prudente	0,58191	0,76959	0,60344
Marília	0,59023	0,79188	0,62458
Assis	0,54492	0,62828	0,51994
Itapetininga	0,5765	0,74211	0,60304
Macro Metropolitana Paulista	0,52167	0,564	0,48367
Vale do Paraíba Paulista	0,5737	0,7392	0,60165
Litoral Sul Paulista	0,5709	0,68751	0,59081
Metropolitana de São Paulo	0,55465	0,63095	0,55226

A partir da tabela anterior pode-se depreender os extremos da distribuição, que tem as regiões de Marília e Presidente Prudente em seu extremo superior e Piracicaba e Araraquara em seu inferior, respectivamente.

Cabe ressaltar a posição de regiões mais desenvolvidas economicamente, como a Metropolitana de São Paulo e São José do Rio Preto, que se encontram muito próximas da média do índice de desigualdade para o Estado. Além disso, deve-se atentar para o índice de desigualdade do Vale do Paraíba – região tradicionalmente conhecida como agregadora de pobreza e desigualdade, como destacado por Silveira (2007) – que se mostra relativamente elevado em relação a muitas das regiões do Estado, porém não é o mais elevado.

Portanto, destaca-se a importância de mesorregiões com menor nível de desenvolvimento econômico, situadas principalmente no interior do Estado, como os maiores desvios com relação à média - destacando-se em especial regiões situadas no Oeste do Estado

-, sendo que as regiões mais próximas à região metropolitana de São Paulo possuiriam índices de desigualdade mais próximos do índice médio.

Já, para o ano de 2000, temos uma média dos coeficientes de Gini de 0,56406 com um desvio padrão de 0,01757. Ou seja, podemos inferir que houve uma elevação da média do índice de desigualdade para o Estado em detrimento de uma diminuição de seu desvio padrão relativamente ao ano de 1991. Em termos específicos, os índices de desigualdade para cada mesorregião são dados pela Tabela 2.

Tabela 2. Desigualdade das Mesorregiões para 2000

Mesorregiões	GINI	Theil T	Theil L
São José do Rio Preto	0,55663	0,71054	0,54753
Ribeirão Preto	0,5612	0,71306	0,55881
Araçatuba	0,57681	0,89061	0,59202
Bauru	0,55374	0,67785	0,54612
Araraquara	0,53866	0,60722	0,514
Piracicaba	0,53515	0,59289	0,5071
Campinas	0,56082	0,65696	0,56192
Presidente Prudente	0,59294	0,86749	0,63516
Marília	0,56316	0,6904	0,56245
Assis	0,55055	0,66861	0,53457
Itapetininga	0,57461	0,70703	0,60262
Macro Metropolitana Paulista	0,55399	0,66282	0,54814
Vale do Paraíba Paulista	0,57047	0,70722	0,59424
Litoral Sul Paulista	0,57472	0,67474	0,60939
Metropolitana de São Paulo	0,59748	0,76707	0,65934

Pela tabela anterior pode-se perceber que houve um aumento no coeficiente de Gini para quase todas as mesorregiões do Estado, com exceção de Marília que apresentou uma

queda vigorosa e as mesorregiões Vale do Paraíba e Itapetininga, que apresentaram uma redução muito pequena em seu índice de desigualdade. Apesar dessas três regiões, torna-se visível a forma pela qual houve um aumento acelerado da desigualdade de renda do ano de 1991 para 2000 na maior parte do Estado. Na contramão dessas últimas temos as regiões de Piracicaba, a Macro Metropolitana Paulista e a Metropolitana de São Paulo como as mesorregiões caracterizadas pelo maior aumento em seus índices de desigualdade no período em questão.

A percepção desse processo vai se tornando mais clara à medida que percebemos a evolução desses índices de desigualdade. Uma análise mais apurada dos resultados acima nos permite conjecturar que existe uma tendência de convergência (“catching up”) das regiões economicamente menos desenvolvidas para as regiões mais dinâmicas, em especial a região Metropolitana de São Paulo e de Campinas - o que pode ser depreendido da diminuição do desvio padrão existente entre os coeficientes de Gini dos municípios.

Essa hipótese tende a ser corroborada pela análise do comportamento das mesorregiões que se encontravam nos extremos da distribuição em 1991. No caso de Marília e Presidente Prudente - que se encontravam consideravelmente acima da média no ano de 1991 -, pode-se perceber que Presidente Prudente manteve seu índice de Gini praticamente estável em 2000, enquanto que Marília se caracterizou por ser a única mesorregião a apresentar uma queda significativa em seu índice. No mesmo sentido, Araraquara e Presidente Prudente, que se caracterizavam por ser as mesorregiões de menor índice de desigualdade em 1991, apresentaram um comportamento de crescimento acelerado nos seus índices de desigualdade ao longo da década de 90, ambas destacando-se entre os maiores aumentos do coeficiente de Gini entre 1991 e 2000.

A tendência anteriormente apontada é de difícil generalização, visto que a mesorregião economicamente mais importante do Estado - a Metropolitana de São Paulo - apresentou a

maior taxa de aumento do coeficiente de Gini dentre todas as outras regiões. Assim, a região Metropolitana de São Paulo, provável sentido da convergência, não apresentou um comportamento estável no período, dificultando a análise, ainda mais quando feita a partir da avaliação do desvio padrão das médias dos índices de desigualdade para o Estado. Uma análise apurada das diferenças existentes entre as mesorregiões só pode ser realizada a partir do instrumental índice de decomposição.

3.1.2 Índices de Decomposição para as Mesorregiões

Como explicado no capítulo 2, os índices de decomposição Theil T e Theil L permitem decompor a desigualdade total dentro de um grupo como uma soma ponderada das desigualdades dentro dos grupos mais as desigualdades entre os grupos. Para o caso em questão nosso grupo seria o Estado de São Paulo e os subgrupos suas mesorregiões. Esse instrumental nos permitirá ter uma visão mais ampla da forma pela qual está se dando a dinâmica do processo no Estado, mais especificamente, responder a questão que ficou em aberto na seção anterior: será que está havendo um processo de diminuição das diferenças existentes entre as mesorregiões no que concerne a seus índices de desigualdade, ou seja, pode-se caracterizar um processo de convergência dos índices de desigualdade regionais?

A análise dos índices de decomposição para o ano de 1991 está resumida na Tabela 3.

Tabela 3. Índices de Desigualdade decompostos das Mesorregiões

<i>Desigualdade</i>	<i>Theil T</i>	<i>% do Total</i>	<i>Theil L</i>	<i>% do Total</i>
Entre Mesorregiões	0,02728	4%	0,02922	5%
Dentro das Mesorregiões	0,63105	96%	0,53993	95%
Total	0,65833	100%	0,56915	100%

A partir da Tabela 3, torna-se perceptível a forma pela qual a distribuição de renda dentro das mesorregiões é preponderante no que diz respeito à desigualdade total, mostrando que não há grandes diferenças no que concerne à concentração da desigualdade de renda no interior das mesorregiões.

Para uma análise dinâmica do processo, cabe avaliar a forma pela qual a variável distribuição de renda é dada no ano de 2000, resultados resumidos na Tabela 4.

Tabela 4. Índices de Desigualdade decompostos das Mesorregiões

<i>Desigualdade</i>	<i>Theil T</i>	<i>% do Total</i>	<i>Theil L</i>	<i>% do Total</i>
Entre Mesorregiões	0,01785	2%	0,01888	3%
Dentro das Mesorregiões	0,73533	98%	0,61188	97%
Total	0,75318	100%	0,63076	100%

Os resultados apresentados na tabela anterior quando comparados com os da Tabela 3 mostram a tendência crescente de concentração da desigualdade de renda no interior das mesorregiões. Esse tipo de resultado sugere uma dinâmica de diminuição das diferenças

existentes entre as regiões no que concerne à desigualdade de renda, ou seja, a distribuição dos índices de Theil para o Estado mostra um comportamento de aproximação da média e diminuição da variância.

A partir desses dados cabe perguntar se está havendo uma **convergência** dos índices de desigualdade, ou melhor, dada uma estabilidade dos índices para as mesorregiões mais desenvolvidas, cabe perguntar se estaria ocorrendo um movimento de convergência dos índices das regiões menos urbanas para uma espécie de “**taxa natural de desigualdade**”, dada por fatores estruturais de longo prazo – que estariam mais evoluídos quanto mais desenvolvida economicamente uma região está.

3.2.1 Análise das Microrregiões

Microrregião é o segundo maior nível de agregação delimitado pelo IBGE, devendo, portanto, ser a próxima área a ser analisada com respeito à sua distribuição de renda. O IBGE define microrregião da seguinte forma: conjunto de municípios, contíguos e contidos na mesma Unidade da Federação, agrupados com base em características do quadro natural, da organização da produção e de sua integração.

Há sessenta e três microrregiões no Estado de São Paulo no ano de 1991, sendo que a relação das mesmas está sumarizada no quadro abaixo.

Jales	Fernandópolis	Votuporanga	São José do Rio Preto	Catanduva
Auriflama	Nhandeara	Novo Horizonte	Barretos	São Joaquim da Barra
Ituverava	Franca	Jaboticabal	Ribeirão Preto	Batatais
Andradina	Araçatuba	Birigui	Lins	Bauru
Jaú	Avaré	Botucatu	Araraquara	São Carlos
Rio Claro	Limeira	Piracicaba	Pirassununga	São João da Boa Vista
Moji Mirim	Campinas	Amparo	Dracena	Adamantina
Presidente Prudente	Tupã	Marília	Assis	Ourinhos
Itapeva	Itapetininga	Tatuí	Capão Bonito	Piedade
Sorocaba	Jundiaí	Bragança Paulista	Campos do Jordão	São José dos Campos
Guaratinguetá	Bananal	Paraibuna	Caraguatatuba	Registro
Itanhaém	Osasco	Franco da Rocha	Guarulhos	Itapeccerica da Serra
São Paulo	Moji das Cruzes	Santos		

A partir da relação de microrregiões para o Estado, podemos averiguar como seus índices de desigualdade – o coeficiente de Gini e os índices de Theil - se comportaram ao longo da década de 90.

Para o ano de 1991 temos um coeficiente de Gini médio para as microrregiões de 0,54109 e um desvio padrão de 0,03065. Esses resultados mostram que a média para as microrregiões é menor do que para as mesorregiões, porém com um desvio padrão maior. Um sumário desses resultados é dado pela Tabela 5, que define os três maiores e menores coeficientes de Gini para o Estado, respectivamente.

A partir desse ponto do texto ter-se-ão tabelas que demonstrarão somente os três maiores seguidos dos três menores coeficientes de Gini para o Estado, devido à impossibilidade de se listar todas as regiões em uma única tabela ao longo do texto; nesse sentido, pode-se encontrar os dados referentes a toda a região em questão no Apêndice desse

estudo. O fato de a listagem estar baseada no coeficiente de Gini é fruto de uma preferência do autor, não havendo nenhuma implicação inerente.

Tabela 5. Três maiores e menores Índices de Desigualdade das microrregiões em 1991

Microrregião	GINI	Theil T	Theil L
1º Itapeva	0,61469	0,97147	0,68727
2º Bananal	0,61371	0,85475	0,67909
3º Tupã	0,61268	0,88403	0,67445
61º Limeira	0,49057	0,52569	0,41645
62º Franco da Rocha	0,48796	0,55503	0,41830
63º Jaú	0,48737	0,51771	0,41378

Cabe ressaltar a não equivalência entre máximos e mínimos do Gini com relação aos outros índices de Theil, sendo esse resultado natural ao se levar em conta as ponderações para cada um dos índices de Theil – que no caso do T daria maior peso para regiões mais ricas enquanto que o L para maior população.

Os resultados mostram-se em consonância com a análise feita para as mesorregiões em 1991. Por exemplo, visto que as mesorregiões de Marília e Piracicaba encontrar-se-iam nos extremos superior e inferior de sua distribuição respectivamente, pode-se depreender a coerência desses resultados com os aqui delineados, visto que as microrregiões de Tupã e Limeira encontram-se nessas duas mesorregiões respectivamente. Além disso, cabe destacar a presença de Bananal, microrregião do Vale do Paraíba reconhecidamente concentradora de pobreza e desigualdade (SILVEIRA, 2007).

A partir desses resultados podemos inferir conclusões semelhantes às retiradas a partir da análise das mesorregiões, visto que, a despeito de Limeira, as microrregiões da Tabela 5 são áreas que não apresentam um Produto Interno Bruto muito elevado – quando comparado à média da distribuição.

A mesma análise pode ser feita para o ano 2000, para fins de comparação. Os resultados inferidos estão resumidos na Tabela 6.

Tabela 6. Três maiores e menores Índices de Desigualdade das microrregiões em 2000

Microrregião	GINI	Theil T	Theil L
1º Bananal	0,6225	0,91576	0,70226
2º Araçatuba	0,60908	1,07694	0,66955
3º Presidente Prudente	0,60513	0,90951	0,66897
61º Jaú	0,50245	0,51999	0,43580
62º Nhandeara	0,50137	0,49129	0,43387
63º Novo Horizonte	0,49513	0,48723	0,42237

Esse ano apresentou uma média dos coeficientes de Gini para as microrregiões da ordem de 0,55315 e um desvio padrão de 0,02641. Isto é, ocorreu um aumento da média e uma diminuição do desvio padrão. Podemos perceber a permanência das microrregiões de Bananal e Jaú entre os três maiores e menores índices de desigualdade para o Estado, sendo que ambas tiveram um aumento nos mesmos. Porém, cabe analisar a diminuição nos valores dos índices de desigualdade para quase todas as mesorregiões do extremo superior da distribuição, ao mesmo tempo em que houve aumento da mesma variável para quase todas do extremo inferior, a despeito do aumento do índice de Bananal.

Resumidamente, pode-se afirmar que as situações extremas, no que se referem à variável distribuição de renda, encontram-se quase em sua totalidade no Oeste Paulista, com destaque para as regiões de Presidente Prudente e Araçatuba; apesar da importante presença das regiões de Itapetininga e Vale do Paraíba Paulista.

Entretanto, a dinâmica de aumento da média dos índices de desigualdade e redução do seu desvio padrão nos leva à mesma questão levantada na seção 3.2, tendo como

consequência direta a necessidade de uso do mesmo instrumental utilizado nessa última: os índices de decomposição de Theil.

3.2.2 Índices de Decomposição para as microrregiões

Os resultados obtidos a partir do uso dos índices de decomposição para o ano de 1991 são dados pela Tabela 7.

Tabela 7. Índices de Desigualdade microrregionais decompostos para 1991

<i>Desigualdade</i>	<i>Theil T</i>	<i>% do Total</i>	<i>Theil L</i>	<i>% do Total</i>
Entre Microrregiões	0,04517	7%	0,04769	8%
Dentro das Microrregiões	0,61316	93%	0,52147	92%
Total	0,65833	100%	0,56916	100%

Como nos casos anteriores, a desigualdade intragrupo é parte preponderante da desigualdade total, representando, nos dois índices, mais de 90% do total.

Em termos comparativos, é visível o fato de a desigualdade entre grupos ser proporcionalmente maior para o caso das microrregiões em relação às mesorregiões, sendo que na primeira a mesma se dá entre sete e oito por cento do total, enquanto que na segunda só se aproxima de cinco. A caracterização desse cenário remete a questões concernentes à generalização desse resultado, em outras palavras, pergunta-se se existe alguma espécie de regra que relacionaria nível de agregação com índice de desigualdade entre regiões.

Já para o ano de 2000 temos uma estrutura dada pela Tabela 8.

Tabela 8. Índices de Desigualdade microrregionais decompostos para 2000

<i>Desigualdade</i>	<i>Theil T</i>	<i>% do Total</i>	<i>Theil L</i>	<i>% do Total</i>
Entre Microrregiões	0,03884	6%	0,04043	7%
Dentro das Microrregiões	0,71434	94%	0,59033	93%
Total	0,75318	100%	0,63076	100%

Assim, o processo de diminuição da desigualdade intergrupos em detrimento do aumento da desigualdade intragrupos, caracterizado nas mesorregiões durante a década de 90, é também percebido nas microrregiões, apesar de ter acontecido em uma intensidade proporcionalmente menor. Nesse sentido caberia uma pergunta condicional semelhante à feita anteriormente: se há um processo de convergência, será que níveis de agregação menores convergem mais lentamente?

3.3.1 Análise a nível municipal

Com base nos resultados da análise municipal, podemos depreender que o Coeficiente de Gini para o Estado como um todo é de 0,56178. Já a média dos coeficientes de Gini calculados para todos os municípios do Estado no ano de 1991 é de 0,51741, que apesar de estar abaixo da média nacional ainda é extremamente elevado quando comparado a padrões do Primeiro Mundo. O valor médio desse coeficiente apresenta um desvio padrão de 0,06220, que não se mostra muito elevado quando se consideram as disparidades de renda vistas no Brasil. Isso pode ser percebido pela figura abaixo:

Figura 2. Coeficiente de Gini em São Paulo em 2000

Apesar dessa análise comparativa com outras regiões do Brasil, não há como se negar que o Estado de São Paulo mostra grandes disparidades ao apresentar cidades com índices de Gini comparáveis a países europeus - como Queiroz - e outras com Gini semelhantes a alguns países que vivem sob ditaduras – como Parapuã.

Os índices de desigualdade calculados para todo o Estado podem ser encontrados no Apêndice, do qual podemos depreender os limites superior e inferior da distribuição dos municípios com relação à distribuição de renda. Estes são dados pelo Tabela 9 que define os três maiores e três menores coeficientes de Gini do Estado, seguidos de seus respectivos Theil T e L.

Tabela 9. Três maiores e menores índices de Desigualdade municipais em 1991

Município	Coef. De Gini	Theil T	Theil L
Mira Estrela	0,82679	2,23994	1,49762
Lavrinhas	0,72261	1,41056	1,01541
Santana de Parnaíba	0,72079	1,13390	1,03807
Américo Brasiliense	0,3541	0,46289	0,40040
Igaratu do Tietê	0,35388	0,24494	0,21489
Areiópolis	0,33271	0,19214	0,18737
Estado de São Paulo	0,56178	0,65834	0,56915

Esses resultados mostram-se surpreendentes visto que nos extremos da distribuição encontram-se, em sua maioria, municípios com menos de 100 000 habitantes, número considerado como municípios “pequenos” segundo o IBGE, que devem ter uma baixa desigualdade porque a renda dos habitantes é nivelada por baixo. Os municípios situados em um nível mais avançado de desenvolvimento capitalista, como Campinas e Ribeirão Preto, tendem a se concentrar ao redor da média da distribuição.

Outra característica importante obtida a partir da análise dos dados é a existência de “bolsões de desigualdade”, isto é a concentração de municípios com alto valor de desigualdade na mesma região do Estado. Como exemplo pode-se citar as regiões de Barueri – com as cidades de Barueri e Santana do Parnaíba que têm um alto valor nos seus índices de desigualdade devido a Alphaville e Tamboré, que abrigam condomínios de alto padrão – e de Adamantina.

Além disso, cabe ressaltar a importância de regiões tradicionalmente conhecidas como foco de pobreza e desigualdade no Estado, como o Vale do Ribeira e o Pontal do

Paranapanema, que apresentam municípios com altos valores de desigualdade, como destacado em Silveira (2007).

Porém, uma análise estática - realizada unicamente a partir do Censo de 1991 - mostra-se incapaz de permitir qualquer conclusão significativa a partir dos dados. Assim, para uma visão generalizada do processo de desigualdade no Estado de São Paulo é necessária uma análise dos índices de desigualdade, retirados a partir do Censo de 2000 – analisados conjuntamente com os resultados já obtidos -, a fim de se encontrar uma relação dinâmica com respeito à distribuição de renda no Estado.

Da mesma forma como realizado para o ano de 1991, pode-se listar os três municípios encontrados nos extremos da distribuição a partir da Tabela 10.

Tabela 10. Três maiores e menores índices de Desigualdade municipais em 2000

Município	Coef. De Gini	Theil T	Theil L
Emilianópolis	0,86997	2,75496	1,81658
Teodoro Sampaio	0,77422	2,48056	1,22456
Ribeirão Grande	0,72203	2,00342	1,01113
Pracinha	0,36616	0,23053	0,23490
Queiroz	0,34546	0,21566	0,20161
Parisi	0,34497	0,19868	0,19765
Estado de São Paulo	0,58822	0,75318	0,63076

Esse ano apresenta um Coeficiente de Gini para o Estado como um todo de 0,58822. Apesar das mudanças com relação ao posicionamento de alguns municípios na distribuição, algumas características são muito semelhantes ao ano de 1991, como a média e o desvio

padrão - que no caso são 0,51631 e 0,06052 respectivamente – e a tendência de os municípios mais desenvolvidos encontrarem-se no centro da distribuição, a despeito do fato de esta tendência ser mais fraca em 1991 do que em 2000.

No entanto, cabe ressaltar uma alteração no número de municípios do ano de 1991 para 2000, havendo um aumento de 572 municípios em 1991 para 645 em 2000. Assim, seria impossível fazer uma análise comparativa entre os dois anos, necessitando, portanto, um trabalho de agregação dos dados de modo a manter uma estrutura municipal constante. Essa avaliação se torna possível a partir das AMCs (áreas mínimas comparáveis) divulgadas pelo IPEA, dado que as mesmas mostram qual a origem de cada um dos novos municípios em 2000, permitindo uma agregação de dados.⁴

A partir de uma análise realizada a partir de uma quantidade de municípios constantes pode-se depreender os índices de desigualdades mostrados na tabela abaixo.

Tabela 11. Três maiores e menores índices de Desigualdade para os municípios constantes de 1991 em 2000.

Município	Coef. De Gini	Theil T	Theil L
Santana da Ponte Pensa	0,7004	1,009	1,024
Paranapuã	0,69481	1,947	0,91641
São José da Bela Vista	0,6937	1,344	0,91594
Bento de Abreu	0,37236	0,25353	0,23672
Nova Granada	0,3716	0,23873	0,24116
Quatá	0,34546	0,21566	0,20161
Estado de São Paulo	0,58822	0,75318	0,63076

⁴ Essas informações podem ser conseguidas no site www.ipeadata.gov.br.

Para o caso em questão, tem-se uma média dos Coeficientes de Gini dada por 0,51919 e um desvio padrão de 0,0545, assim percebe-se que houve um aumento do valor desse Coeficiente de Gini médio em relação ao valor calculado para o ano de 2000 com mais municípios do que em 1991. Da mesma forma pode-se avaliar que houve uma redução do desvio padrão em relação ao caso avaliado anteriormente. Ou seja, a partir de uma análise municipal realizada a partir do Censo 2000, mas com municípios constantes de 1991, tem-se uma menor disparidade de índices de desigualdade municipais do que quando se levam em conta os municípios criados. Assim, pode-se conjecturar que a desagregação de municípios ocorrida entre os anos de 1991 e 2000 poderia ter resultado em uma maior desigualdade de indicadores de desigualdade municipais.

No caso brasileiro como um todo, a literatura econômica mostra que a desigualdade apresentou uma queda a partir da década de 90, o que evidencia uma tendência de redução das diferenças regionais e entre os setores rural e urbano. Segundo Paes de Barros (2004), três seriam os determinantes fundamentais da renda familiar *per capita* e, portanto, do crescimento da pobreza e da desigualdade: 1) transformações demográficas; 2) funcionamento e evolução de redes de proteção social; mas principalmente 3) os rendimentos do trabalho. Em conformidade com esse conceito, como explicitado por Ferreira (2006), essa redução seria explicada pelos seguintes fatores:

- redução da desigualdade educacional entre subgrupos
- declínio nas desigualdades raciais
- aumentos nas transferências governamentais e políticas públicas voltadas para a redução da pobreza

Entretanto há de se ressaltar que a desigualdade brasileira apresentou um aumento durante o período 1991 – 2000, encontrando-se esse fato em consonância com o aumento do Coeficiente para o Estado como um todo (NERI, 1999).

Nesse sentido, o Estado de São Paulo estaria – ao menos no período analisado a partir do Censo – “caminhando” juntamente com o Brasil, no que concerne à direção de variação dos índices de desigualdade – não a seus níveis. Como a queda de desigualdade no Brasil se caracterizou, em grande parte, pela diminuição das diferenças entre as diversas regiões no Brasil, por analogia cabe perguntar se a diminuição da desigualdade entre municípios dentro do Estado de São Paulo teve papel significativo na redução das disparidades de renda.

3.2 Índices de decomposição para os municípios

A avaliação da desigualdade no Estado de São Paulo a partir dos índices de decomposição de Theil será realizada de forma a nos permitir analisar como a queda na desigualdade brasileira durante a década de 90, destacada na literatura, se deu no Estado de São Paulo com respeito à desigualdade intermunicipais, visto que a desigualdade dentro dos municípios se mostra **aparentemente** constante. Por meio dos índices de decomposição podemos perceber a dinâmica precisa da evolução da desigualdade no Estado, com respeito a suas parcelas intra e intermunicipal. Para o ano de 1991 o valor dos índices T e L de Theil são dados pela Tabela 12.

Tabela 12. Índices de Decomposição para o ano de 1991

<i>Desigualdade</i>	<i>Theil T</i>	<i>% do Total</i>	<i>Theil L</i>	<i>% do Total</i>
Entre Municípios	0,06308	10%	0,06865	12%
Dentro dos Municípios	0,59526	90%	0,50051	88%
Total	0,65834	100%	0,56916	100%

Pode-se perceber uma prevalência significativa da desigualdade dentro dos municípios em relação à desigualdade total, sendo de 90% e 88% para os índices T e L de Theil respectivamente. Esse resultado se mostra em consonância com a visão de que políticas públicas devem ser descentralizadas de modo a atender de modo mais eficiente o foco concentrador do problema.

Já para o ano de 2000, os índices de Theil são dados pela Tabela 13 abaixo.

Tabela 13. Índices de Decomposição para o ano de 2000

<i>Desigualdade</i>	<i>Theil T</i>	<i>% do Total</i>	<i>Theil L</i>	<i>% do Total</i>
Entre Municípios	0,06157	8%	0,06612	10%
Dentro dos Municípios	0,69162	92%	0,56464	90%
Total	0,75318	100%	0,63076	100%

A partir da Tabela 4 podemos depreender conclusões semelhantes às retiradas do ano de 1991, com respeito à prevalência da desigualdade dentro dos municípios como regra para esses anos.

Porém, como explicado na seção anterior, o fato de ter havido desagregações municipais impede uma análise comparativa entre os dois períodos, necessitando, portanto, de uma análise dos índices de decomposição a municípios constantes de 1991. Os resultados estão sumarizados na Tabela abaixo.

Tabela 14. Índices de Decomposição para o ano de 2000 a municípios constantes de 1991

<i>Desigualdade</i>	<i>Theil T</i>	<i>% do Total</i>	<i>Theil L</i>	<i>% do Total</i>
Entre Municípios	0,06103	8%	0,06529	10%
Dentro dos Municípios	0,69215	92%	0,56547	90%
Total	0,75318	100%	0,63076	100%

A partir dessa última Tabela podemos perceber que as conclusões são muito semelhantes às retiradas da avaliação realizada a partir do Censo 2000 sem agregação de municípios, apesar do fato de que se pode visualizar que a desigualdade intramunicipal é um componente mais significativo da desigualdade total na análise realizada a municípios constantes de 1991.

Assim, de acordo com o esperado, realmente a década de 90 apresentou uma queda na desigualdade de renda entre municípios, aumentando de maneira crescente a importância da desigualdade dentro dos municípios como porcentagem do total. Ou seja, a década de 90 se mostrou como um período no qual a desigualdade de renda no Brasil diminuiu significativamente e significou, para o Estado de São Paulo, um período de diminuição de **diferenças** entre os diversos municípios do Estado.

Portanto, pode-se conjecturar que a diminuição na desigualdade entre os municípios - em detrimento de uma maior participação da desigualdade dentro dos municípios como parcela da desigualdade total -, poderia caracterizar um processo de convergência dos níveis de distribuição de renda dos municípios do Estado. Ou seja, a desigualdade de renda tenderia

a se tornar um fenômeno inerente aos municípios (FERREIRA, 2006). Logo, embora a literatura econômica sobre convergência argumente que os níveis de renda não precisem necessariamente convergir para o mesmo ponto, mesmo que seja detectado um tipo de convergência, temos que aparentemente a distribuição de renda tende a convergir para o mesmo nível.

3.4.1 Análise dos resultados

Os resultados descritos anteriormente nos permitem obter as seguintes conclusões para o Estado de São Paulo durante a década de 90:

1. a desigualdade inter-regiões é percentualmente tanto maior quanto menor o nível de agregação em que se está trabalhando. Esse resultado não se mostra surpreendente, visto que, quanto maior o nível de agregação, maior o número de observações para cada região e, portanto, menor a heterogeneidade entre as mesmas.
2. é indubitável que houve um aumento na desigualdade de renda para o Estado como um todo durante a década de 90, representado pela tabela abaixo.

Ano	GINI	Theil T	Theil L
1991	0,56178	0,65834	0,56915
2000	0,58822	0,75318	0,63076

3. a diminuição do percentual que a desigualdade inter-regiões representa da desigualdade total, para todos os níveis de agregação analisados, parece apontar um sentido de convergência dos índices de desigualdade, visto que estaria havendo uma diminuição das “diferenças entre as regiões” no que se refere à distribuição de renda.

4. Análise Setorial

A análise regional feita para o Estado de São Paulo mostra a importância de avaliarmos outra faceta do problema: as diferenças entre os diversos tipos de áreas existentes em um território. O IBGE define oito tipos de setores existentes, cada um com características distintivas, estando essas representadas no quadro abaixo.

Setor	Característica
1. Área urbanizada de vila ou cidade	Setor urbano situado em áreas legalmente definidas como urbanas, caracterizadas por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano e aquelas reservadas à expansão urbana.
2. Área não urbanizada de vila ou cidade	Setor urbano situado em áreas localizadas dentro do perímetro urbano de cidades e vilas reservadas à expansão urbana ou em processo de urbanização; áreas legalmente definidas como urbanas, mas caracterizadas por ocupação predominantemente de caráter rural.
3. Área urbanizada isolada	Setor urbano situado em áreas definidas por lei municipal e separadas da sede municipal ou distrital por área rural ou limite legal.
4. Rural - extensão urbana	Setor rural situado em assentamentos situados em área externa ao perímetro urbano legal, mas desenvolvidos a partir de uma cidade ou vila, ou por elas englobados em sua extensão.
5. Rural - povoado	Setor rural situado em aglomerado rural isolado sem caráter privado ou empresarial, ou seja, não vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústria, usina etc.), cujos moradores exercem atividades econômicas no próprio aglomerado ou fora dele. Caracteriza-se pela existência de um número mínimo de serviços ou equipamentos para atendimento aos moradores do próprio aglomerado ou de áreas rurais próximas.
6. Rural - núcleo	Setor rural situado em aglomerado rural isolado, vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústria, usina etc.), privado ou empresarial, dispondo ou não dos serviços ou equipamentos definidores dos povoados.
7. Rural - outros aglomerados	Setor rural situado em outros tipos de aglomerados rurais, que não dispõem, no todo ou em parte, dos serviços ou equipamentos definidores dos povoados, e que não estão vinculados a um único proprietário (empresa agrícola, indústria, usina etc.).
8. Rural - exclusive os aglomerados rurais	Setor rural situado em área externa ao perímetro urbano, exclusive as áreas de aglomerado rural.

Com a importância das questões relativas à dicotomia Rural-Urbano, decorrente de um conjunto de mudanças que ocorrem no meio rural nos últimos anos, discussões acerca do

desenvolvimento de políticas públicas a nível setorial ganham importância. Segundo Marques (2002), a despeito das crises existentes no setor urbano no Brasil - como desemprego e violência – o setor rural ainda é concentrador de desigualdade:

Apesar de o Brasil ser um país de população predominantemente urbana, com apenas cerca de 20% de sua população residindo em áreas rurais, segundo dados do Censo do IBGE de 2000, grande parte de nosso vasto território permanece rural e apresenta forte potencial agrícola. A pobreza é proporcionalmente muito maior no campo do que na cidade, atingindo 39% da população rural em 1990 (IPEA, 1996). É também neste espaço onde são identificados os menores índices de escolaridade e as maiores taxas de analfabetismo do país. A agricultura concentra hoje os mais baixos níveis de renda média.

A importância das diferenças existentes entre os diversos setores no Brasil justificaria a análise da desigualdade de renda a nível setorial para São Paulo a fim de se compreender melhor a dinâmica social existente no Estado.

A análise será realizada a partir da variável rendimento mensal domiciliar dividida pelo número de moradores por domicílio.

A análise dos índices de desigualdade para cada um dos setores é dada pela Tabela 15.

Tabela 15. Distribuição de renda nos setores em 1991

Setor	GINI	Theil T	Theil L
1	0,55462	0,63927	0,54999
2	0,61112	0,9722	0,67328
3	0,53322	0,623	0,50465
4	0,41684	0,32875	0,30279
5	0,5126	0,58123	0,46313
6	0,42112	0,37108	0,30706
7	0,55807	0,82626	0,56368
8	0,56379	0,79721	0,56335

Em termos gerais, pode-se afirmar que o setor (1) – área urbanizada de vila ou cidade – compõe a imensa maioria dos dados extraídos pelo IBGE, sendo isso apenas uma consideração que vai de encontro com o consenso de que o Brasil é um país preponderantemente urbano.

A partir da análise da Tabela 15, pode-se perceber o fato de as **áreas não urbanizadas de vilas e cidades** serem claramente as maiores concentradoras de desigualdade entre os setores. Nesse caso, ressalta-se a importância da existência de condomínios residenciais fechados de alto padrão, que muitas vezes se encontram na periferia dos municípios, contrastando com povoações mais pobres. Focos desse setor podem ser encontrados na mesorregião de Piracicaba.

Ainda cabe destacar a presença dos setores **rural – outros aglomerados e rural – exclusive os aglomerados rurais** como grandes concentradores de desigualdade de renda no campo. Esses setores se apresentam, principalmente, na região de Itapetininga e na microrregião de Moji das Cruzes.

No extremo inferior, destacamos os setores (3) e (5) como os menos desiguais, dado que o segundo se caracteriza por cidades de porte pequeno e sem grandes fortunas ou pobreza; enquanto que o primeiro se refere a regiões limítrofes de grandes capitais, caracterizadas por uma igualdade de renda “nivelada por baixo” – sendo essa última muito presente na mesorregião metropolitana de São Paulo.

Já, para o ano de 2000, os resultados estão descritos na Tabela 16.

Tabela 16. Distribuição de renda nos setores em 2000

Setor	GINI	Theil T	Theil L
1	0,58454	0,7396	0,62191
2	0,56814	0,7121	0,57554
3	0,55782	0,79074	0,5529
4	0,45503	0,42903	0,36693
5	0,5335	0,68034	0,50965
6	0,52488	0,82737	0,49117
7	0,54663	0,65165	0,52635
8	0,57397	0,90608	0,58671

Os resultados demonstram uma elevação significativa da desigualdade nos setores **áreas urbanizadas** e **rural-núcleo**, mostrando uma tendência de elevação da desigualdade nas áreas economicamente mais dinâmicas dos setores urbano e rural respectivamente. Entretanto, não há como se afirmar que houve perda de bem estar, pois, de acordo com Bonelli (2001), o ICV (índice de Condição de Vida) dos municípios rurais brasileiros melhorou consideravelmente em todo o período de 1970 a 2000.

Pela análise dos dados podemos perceber uma variação no valor médio dos Coeficientes de Gini durante a década de 90 de 0,52142 para 0,54306 e do desvio padrão de 0,06917 para 0,04089. Essa dinâmica é muito semelhante à encontrada para o caso da análise regional, assim, da mesma forma, cabe a utilização dos índices de decomposição.

A partir da evolução dos indicadores de distribuição de renda, pode-se conjecturar que os diferentes setores do Estado de São Paulo teriam uma dinâmica semelhante à apresentada

pelas regiões, ou seja, uma tendência de redução do percentual que a desigualdade entre setores representa da desigualdade total. Para uma análise robusta desse resultado precisamos recorrer à metodologia de decomposição dos índices de Theil, representados na Tabela 17.

Tabela 17. Decomposição da desigualdade setorial em 1991

<i>Desigualdade</i>	<i>Theil T</i>	<i>% do Total</i>	<i>Theil L</i>	<i>% do Total</i>
Entre Setores	0,01535	2%	0,01987	3%
Dentro dos Setores	0,64299	98%	0,54928	97%
Total	0,65834	100%	0,56915	100%

Pode-se perceber, assim como nos casos apontados nas seções anteriores, um valor relativamente mais alto para a desigualdade intra-setorial quando comparada à desigualdade inter-setorial. Ou seja, não há grande diferencial entre os setores como agregadores de desigualdade. Para o ano de 2000 os índices seriam dados pelos valores representados na Tabela 18.

Tabela 18. Decomposição da desigualdade setorial em 2000

<i>Desigualdade</i>	<i>Theil T</i>	<i>% do Total</i>	<i>Theil L</i>	<i>% do Total</i>
Entre Setores	0,01220	1%	0,01523	2%
Dentro dos Setores	0,74099	99%	0,61557	98%
Total	0,75319	100%	0,63080	100%

Assim, mostra-se um processo de convergência entre os setores rural e urbano em uma tendência de redução crescente da desigualdade inter-setorial ao longo da década de 90. Esse resultado não se mostra isolado visto que os estudos de Ferreira (2006) e Magalhães (2006) apontam, da mesma forma, uma dinâmica de diminuição dos diferenciais de distribuição de renda existentes entre os setores rural e urbano.

5. Análise Domiciliar

A análise da distribuição de renda para o Estado de São Paulo, realizada nas seções anteriores, permite uma avaliação geográfica da forma pela qual a desigualdade de renda se distribui ao longo do território. Porém, há de se ressaltar a importância dos fatores determinantes da distribuição de renda, no caso destaca-se um em especial: o planejamento familiar. Segundo IPEA (2006), ocorreram transformações demográficas no país nas últimas décadas, caracterizadas por um aumento na proporção adulto-criança. Porém, o mesmo estudo avalia que esse tipo de transformação só tem efeitos no longo prazo, sendo que a modificação ocorrida nos últimos anos foi muito pequena e, portanto, não teve grandes efeitos sobre a desigualdade. Isto é

Na ausência dessas transformações, a queda da desigualdade de renda teria sido apenas 2% inferior à verificada. Em outras palavras, as transformações demográficas contribuíram para explicar a queda da desigualdade de renda ocorrida entre 2001 e 2004, mas o seu impacto foi pequeno, bem inferior inclusive à sua contribuição para o nível da desigualdade no país (IPEA, 2006, p.34).

A idéia intuitiva relacionada com planejamento familiar envolveria um comportamento racional dos agentes das famílias no que se refere à constituição de domicílios condizentes com sua renda. Nesse sentido é possível utilizar os índices de Theil para decompor a desigualdade de renda domiciliar total, definindo como subgrupos os domicílios com o mesmo número de moradores. Com efeito, a análise seria realizada a partir da variável **rendimento mensal domiciliar** originalmente posta pelo IBGE, sendo que a comparação com respeito à desigualdade de renda seria feita de modo a analisar os diferenciais de renda total domiciliar entre domicílios com diferentes números de moradores. O objetivo em questão seria tão somente refinar a análise dos índices de Theil para o Estado como um todo quando é utilizada a variável **rendimento domiciliar per capita**.

Em uma situação utópica de planejamento familiar perfeito dever-se-ia esperar que a desigualdade entre os diferentes subgrupos fosse 100% da desigualdade total – a renda per

capita é constante para cada morador em um dado subgrupo. Uma situação oposta, com preponderância da desigualdade dentro dos subgrupos sobre a desigualdade total, identifica a carência de planejamento familiar, visto que essa situação estaria relacionada ao fato de que mesmos valores de renda domiciliar estariam associados a diferentes números moradores. Para o ano de 1991 os índices de decomposição são dados pela Tabela 19.

Tabela 19. Decomposição da desigualdade domiciliar em 1991

<i>Desigualdade</i>	<i>Theil T</i>	<i>% do Total</i>	<i>Theil L</i>	<i>% do Total</i>
Entre domicílios com número diferente de moradores	0,01685	3%	0,01899	4%
Dentro dos subgrupos de domicílios com o mesmo número de moradores	0,56271	97%	0,51149	96%
Total	0,57956	100%	0,53048	100%

A tabela anterior permite concluir que a desigualdade dentro dos subgrupos representa uma parcela significativa da desigualdade total, mostrando que há um grande diferencial entre domicílios com o mesmo número de moradores. Poder-se-ia afirmar, por exemplo, que domicílios com dois moradores apresentariam renda semelhante a domicílios com dez a quinze moradores. Se tomarmos a renda per capita como *proxy* de bem estar para os indivíduos, como realizado em Néri (1999), tem-se um cenário de alta “desigualdade de bem-estar”.

Esse resultado pode ser explicado de duas formas:

1. um planejamento familiar deficiente, caracterizando um cenário de famílias muito numerosas, mas com a mesma renda de domicílios com poucos moradores.
2. resultado direto da má distribuição de renda no Estado, no qual é necessário um grande número de auferidores de rendimentos em um único domicílio para que a

renda desse último seja igual à renda de um domicílio mais rico e com poucas pessoas.

Estudos recentes sobre distribuição de renda permitem inferir que a explicação do fenômeno encontrado seria resultado das duas explicações anteriores. Esses estudos destacam o elevado grau de desigualdade de renda no Brasil mas sempre levam em conta características inerentes ao planejamento familiar, como por exemplo IPEA (2006) e Lee (2005).

Para o ano de 2000 os resultados são dados pela Tabela 20.

Tabela 20. Decomposição da desigualdade domiciliar em 2000

<i>Desigualdade</i>	<i>Theil T</i>	<i>% do Total</i>	<i>Theil L</i>	<i>% do Total</i>
Entre domicílios com número diferente de moradores	0,01071	2%	0,01161	2%
Dentro dos domicílios com o mesmo número de moradores	0,65474	98%	0,55765	98%
Total	0,66545	100%	0,56926	100%

Esses resultados se mostram coerentes com os obtidos nas seções anteriores, dado que a desigualdade de renda, em seu sentido mais amplo, se elevou no Estado de São Paulo ao longo da década de 90, ampliando o papel da segunda hipótese colocada acima.

A análise realizada se mostra insuficiente visto que não há como caracterizar os determinantes dessa dinâmica, mas apenas como essa se deu e quais seus possíveis causadores, deixando a avaliação desses últimos para pesquisas futuras. Porém, o objetivo central deste capítulo se dá no sentido de caracterizar a forma pela qual a desigualdade ocorre no Estado de São Paulo e buscar, ainda que de forma preliminar, os determinantes da mesma. Os resultados mostram que a quantidade de pessoas por domicílio explicaria muito pouco o diferencial de renda no Estado, situando-nos em um problema de “Resíduo de Desigualdade”

– em alusão ao resíduo de Solow . Em outras palavras, se a quantidade de pessoas por domicílio não explica a renda, o que explica?

Estudos modernos, como Romer (2006), demonstram o papel de variáveis relacionadas ao capital humano como explicativas da renda, ou seja, deve-se atentar para os diferenciais relacionados à educação para se tentar explicar esse fenômeno. Mas, se o capital humano tem um papel tão importante nessa dinâmica, pode-se conjecturar que o mesmo teria um papel fundamental na determinação do valor “médio” para o qual as regiões do Estado estariam supostamente convergindo, visto que, generalizando o resultado atingido nessa seção, a população teria pouca influência sobre os diferenciais de desigualdade. O papel do capital humano, no entanto, não se resume apenas a explicar o nível da renda por trabalhador em uma análise com dados de corte, dado que estudos mostram que o capital humano é a única forma de investimento que reduz a desigualdade da renda.

Considerações Finais

A presente pesquisa realizou uma radiografia da desigualdade de renda no estado de São Paulo a partir da base de dados disponibilizada pelos Censos de 1991 e 2000, avaliando qual o valor dos indicadores de desigualdade de renda para os diferentes níveis de agregação existentes no Estado disponibilizados pelo Censo. A metodologia utilizada foi a mesma usada por Bourguignon e Morrisson em seu trabalho seminal "*Inequality among world citizens: 1820 - 1992*" (2002), que ressalta o fato de que a maioria dos estudos sobre desigualdade são simplistas demais ao só considerarem a desigualdade de renda entre regiões, mas não levar em conta desigualdade dentro das mesmas. Assim, foram utilizados os índices de Theil, - que por serem decomponíveis, permitiram uma avaliação da forma pela qual a desigualdade total no Estado de São Paulo estava dividida em desigualdade entre regiões e desigualdade intra regiões nos anos de 1991 e 2000 - e o Coeficiente de Gini. A delimitação da região com a qual está se tratando é dada pelo IBGE, que permite a avaliação do Estado em três níveis de agregação: Mesorregiões, Microrregiões e municípios. A variável utilizada para esse estudo foi o rendimento mensal domiciliar – dado pelo Censo -, dividido pelo número de moradores por domicílio, de modo a captar um rendimento per capita.

Uma outra análise realizada pela presente pesquisa foi feita sobre os chamados “setores” - segundo o IBGE - que, na verdade, se tratam de diferentes tipos de aglomerações, passando desde regiões extremamente rurais até grandes metrópoles, como definido no início do Capítulo 4. Essa análise permitiu avaliar como as desigualdades de renda existentes entre a relação Campo\Cidade se deram nos anos de 1991 e 2000.

E, por último, foi realizada uma análise com foco nos domicílios, que averiguou a magnitude das disparidades de renda domiciliares se dá entre domicílios com diferentes ou mesmo número de moradores. Esse estudo teve por objetivo tentar dar um panorama da forma

pela qual as disparidades de renda ocorrem no menor nível de agregação possível de se trabalhar no Censo, completando uma análise que vai de Mesorregiões, passa por setores e chega até o domicílio dos agentes econômicos, buscando uma melhor percepção do nível de bem-estar individual. Portanto, o objetivo em questão seria tão somente refinar a análise dos índices de Theil para o Estado como um todo quando é utilizada a variável **rendimento domiciliar per capita**.

Com relação à análise domiciliar, pode-se observar que há uma grande desigualdade de “bem-estar” entre os diversos domicílios no Estado, podendo isso ser fruto de um planejamento familiar deficitário ou de um grande diferencial de rendimentos entre os auferidores de renda dos diversos domicílios. Sem dúvida, essa é uma questão que está longe de se esgotar com a análise realizada no último capítulo, devendo se ressaltar a importância dos resultados em questão como dados a serem utilizados para se tentar explicar o fenômeno encontrado em pesquisas futuras. Ou seja, a explicação do que estaria ocasionando o fenômeno em questão está além do escopo dessa pesquisa, sendo que, no caso, só se pode afirmar o que foi encontrado a partir do objetivo primeiro dessa análise (traçar uma radiografia das desigualdades de renda domiciliares): há um grande diferencial de rendimento per capita entre os diversos agentes econômicos. Esse capítulo nos permite ter uma visão mais profunda de como está se dando a desigualdade de renda no Estado do que a simples análise de um índice de desigualdade para o Estado como um todo.

Já, os resultados do estudo realizado para os diferentes níveis de agregação regionais e para os setores mostram-se em parte como gerais, prevalecendo em quase todos os âmbitos de análise, sendo esses:

- 1) a desigualdade inter-regiões é percentualmente tanto maior quanto menor o nível de agregação em que se está trabalhando, já que quanto maior o número de observações para cada região menor a heterogeneidade entre as mesmas;

2) a diminuição do percentual que a desigualdade inter-regiões representa da desigualdade total, para todos os níveis de agregação analisados, permite conjecturar que pode haver um sentido de convergência dos índices de desigualdade, visto que as “diferenças entre as regiões”, no que se refere à distribuição de renda, estariam diminuindo.

Apesar do primeiro resultado parecer intuitivo, não se pode afirmar o mesmo com relação ao segundo, visto que não há informações concretas para se deter uma resposta conclusiva sobre esse problema. Isso decorre do fato de que seria necessário um estudo estatístico\econométrico e uma avaliação mais profunda sobre os desdobramentos histórico-regionais ocorridos no Estado de São Paulo na década de 90 para embasar uma conclusão tão forte – visto que não há consenso na literatura sobre convergência de índices de desigualdade.⁵

Assim, pode-se concluir que a pesquisa em questão obteve sucesso ao conseguir radiografar a desigualdade de renda no Estado de São Paulo nos anos de 1991 e 2000, trazendo resultados interessantes e rumos futuros para uma possível pesquisa que dê continuidade ao trabalho aqui realizado, já que alguns resultados não podem ser comprovados somente com o instrumental aqui utilizado. Portanto, fica em aberto para futuras pesquisas a possibilidade de se utilizar dos resultados parciais aqui atingidos a fim de corroborá-los ou não.

⁵ Para mais informações sobre essa discussão vide Ferreira (2004).

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGHION, P; HOWITT, P. *Endogenous growth theory*. Massachusetts: The MIT Press, 1999.
- BONELLI, R. *Impactos Econômicos e Sociais de Longo Prazo da Expansão Agropecuária no Brasil: Revolução Invisível e Inclusão Social*. Rio de Janeiro, IPEA, p. 1-40, 2001 (Texto para discussão, 838).
- BOURGUIGNON, F. Decomposable income inequality measures. *Econometrica*, v.47, p.901-920, 1979.
- BOURGUIGNON, F; MORRISSON, C. Inequality among world citizens: 1820-1992. Nashville, *American Economic Review*, v.92, p. 727-744, 2002.
- CENSO DEMOGRÁFICO. Documentação e Base de Dados, 1991.
- CENSO DEMOGRÁFICO. Documentação e Base de Dados, 2000.
- DALGIN, M; MITRA, D; TRINDADE, V. *Inequality, nonhomothetic preferences, and trade: a gravity approach*. National bureau of economic research, 2004 (working paper n. 10800).
- DINIZ, C. *A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*. Rio de Janeiro, IPEA, p.1-46, 1995 (Texto para discussão, 375).
- DUARTE, J. *Aspectos da distribuição de renda no Brasil em 1970*. Tese de mestrado. ESALQ-USP, 1971.
- FERREIRA, F; LEITE, P; LITCHFIELD, J. *The rise and fall of Brazilian inequality: 1991-2004*. Washington D.C., Banco Mundial, 2006 (Policy research working paper n. 3867).
- FISHLOW, A. Brazilian size distribution of income. *American Economic Review*, vol. 62, 1972, p. 391-402.
- FURTADO, C. *Um Projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: SAGA, 1968.
- GLAESER, E. Inequality. *National bureau of economic research*, 2005 (working paper n. 11511).
- GOLDBERG, P; PAVCNIK, N. *Distributional Effects of Globalization in Developing Countries*. National bureau of economic research, 2007 (working paper n. 12885).
- HOFFMANN, R. *Contribuição á análise da distribuição de renda e da posse de terra no Brasil*. Tese de Livre Docência. ESALQ-USP, 1971.
- HOFFMANN, R. Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979-90. Rio de Janeiro, *Revista Brasileira de Economia* v. 49, n. 2, p. 277-294, 1995.
- HOFFMANN, R. Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979/97 e a influência da inflação e do salário mínimo. Campinas, *Economia e Sociedade*, n. 11, p. 199-221, 1998.
- HOFFMANN, R. *Distribuição de Renda: Medidas de Desigualdade e Pobreza*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- IPEA. *Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil*. Nota técnica. Brasília, 2006.
- KUZNETS, S. Economic Growth and Income Inequality. *The American Economic Review*, v. 45, n. 1, p. 1-28, 1955.
- LANGONI, C. *Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

- LEE, C. *Rising Family Income Inequality in the United States, 1968-2000: Impacts of Changing Labor Supply, Wages and Family Structure*. National bureau of economic research, 2005 (working paper n. 11836).
- MAGALHÃES, J; RABELO, R. Diferenças de Renda, Emprego e Desigualdade entre os Municípios Brasileiros no período de 1991 a 2000.
- MARQUES, M. O Conceito de Espaço Rural em Questão. *Terra Livre*, n.19, p. 95-112, 2002.
- MATA, D; DEICHMANN, U; HENDERSON, J; LALL, S; WANG, H. *Determinants of city growth in Brazil*. Washington D.C., Banco Mundial, 2005. (Policy research working paper n. 3723)
- MENEZES-FILHO, N; *et alii*. *Microeconomia e Sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2001.
- MATLACK, J; VIGDOR, J. *Do rising tides lift all prices? Income inequality and housing affordability*. National bureau of economic research, 2006 (working paper n. 12331).
- NERI, M; CONSIDERA, C; PINTO, A. A evolução da pobreza e da desigualdade brasileiras ao longo da década de 90. São Paulo, *Economia Aplicada*, v. 3, n. 3, p. 383-406, 1999.
- PAES DE BARROS, R; *et alii*. *Poverty, Inequality and Macroeconomic Instability*. Rio de Janeiro, IPEA, p.1-20, 2000 (Texto para discussão, 750).
- PAES DE BARROS, R; *et alii*. *Acesso ao Trabalho e Produtividade no Brasil: implicações para crescimento, pobreza e desigualdade*. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.
- PAES DE BARROS, R; *et alii*. *A desigualdade renda no Brasil encontra-se subestimada? Uma análise comparativa com base na PNAD, na POF e nas Contas Nacionais..* Rio de Janeiro, IPEA, p.1-36, 2007 (Texto para discussão, 1263).
- RAY, D. *Development Economics*. New Jersey: Princeton University Press, 1998.
- ROCHA, S. *Desigualdade regional e pobreza no Brasil: a evolução - 1981/95*. Rio de Janeiro, IPEA, p.1-21, 1998 (Texto para discussão, 567).
- ROMER, D. *Advanced Macroeconomics*. New York: McGraw-Hill, 2001
- SEN, A. On the Status of Equality. *Political Theory*, v. 24, n. 3, p. 394-400, 1996.
- SERRA, J. A reconcentração de renda: justificações, explicações e dúvidas. Em: TOLIPAN, R. & TINELLI, A. *A Controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- SILVEIRA, F; *et alii*. *Dimensão, Magnitude e Localização das populações pobres no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA, p.1-63, 2007 (Texto para discussão, 1278).
- ULYSSEA, G. *Segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de rendimentos no Brasil: uma análise empírica*. Rio de Janeiro, IPEA, p.1-32, 2007 (Texto para discussão, 1261).

Apêndices

APÊNDICE A – DEFINIÇÃO DAS MESORREGIÕES

Mesorregião	Microrregiões interiores à mesma
Araçatuba	Andradina Araçatuba Birigui
Araraquara	Araraquara São Carlos
Assis	Assis Ourinhos
Bauru	Avaré Bauru Botucatu Jaú Lins
Campinas	Amparo Campinas Moji - Mirim Pirassununga São João da Boa Vista
Itapetininga	Capão Bonito Itapetininga Itapeva Tatuí
Litoral Sul Paulista	Itanhaém Registro
Macrometropolitana Paulista	Bragança Paulista Jundiaí Piedade Sorocaba
Marília	Marília Tupã
Metropolitana de São Paulo	Franco da Rocha Guarulhos Itapeceira da Serra Moji das Cruzes Osasco Santos São Paulo
Piracicaba	Limeira Piracicaba Rio Claro

Presidente Prudente	Adamantina
	Dracena
	Presidente Prudente
Ribeirão Preto	Barretos
	Batatais
	Franca
	Ituverava
	Jaboticabal
	Ribeirão Preto
	São Joaquim da Barra
São José do Rio Preto	Auriflama
	Catanduva
	Fernandópolis
	Jales
	Nhandeara
	Novo Horizonte
	São José do Rio Preto
	Votuporanga
Vale do Paraíba Paulista	Bananal
	Campos do Jordão
	Caraguatatuba
	Guaratinguetá
	Paraibuna/Paraitinga
	São José dos Campos

APÊNDICE B – DEFINIÇÃO DAS MICRORREGIÕES

Microrregião	Municípios interiores à mesma
Andradina	Andradina Castilho Guaraçai Ilha solteira Itapura Mirandópolis Murutinga do Sul Nova Independência Pereira Barreto Sud Mennucci Suzanópolis
Araçatuba	Araçatuba Bento de Abreu Guararapes Lavínia Rubiácea Santo Antônio do Aracanguá Valparaíso
Birigui	Alto Alegre Avanhandava Barbosa Bilac Birigui Braúna Brejo Alegre Buritama Clementina Coroados Gabriel Monteiro Glicério Lourdes Luizânia Penápolis Piacatu Santópolis do Aguapeí Turiúba
Araraquara	Américo Brasiliense Araraquara Boa Esperança do Sul Borborema Dobrada Gavião Peixoto Ibitinga Itápolis Matão Motuca Nova Europa Rincão Santa Lúcia Tabatinga Trabiju
São Carlos	Analândia Descalvado

	Dourado
	Ibaté
	Ribeirão Bonito
	Assis
	Borá
	Campos Novos Paulista
	Cândido Mota
	Cruzália
	Florínia
	Ibirarema
Assis	Iepê
	Lutécia
	Maracaí
	Nantes
	Palmital
	Paraguaçu Paulista
	Pedrinhas Paulista
	Platina
	Quatá
	Taruma
	Bernardino de Campos
	Canitar
	Chavantes
	Espírito Santo do Turvo
	Fartura
	Ipausse
	Manduri
	Óleo
Ourinhos	Ourinhos
	Ribeirão do Sul
	Piraju
	Salto Grande
	Santa Cruz do Rio Pardo
	São Pedro do Turvo
	Sarutaiá
	Taguaí
	Tejupá
	Timburi
	Águas de Santa Bárbara
	Arandu
	Avaré
Avaré	Cerqueira César
	Iaras
	Itaí
	Itatinga
	Pranapanema
	Agudos
	Arealva
	Areiópolis
	Avaí
	Balbinos
	Bauru
Bauru	Borebi
	Cabrália Paulista
	Duartina
	Guarantã
	Iacanga
	Lençóis Paulista
	Lucianópolis
	Paulistânia

	Pirajuí Piratininga Pongaí Presidente Alves Reginópolis Ubirajara Uru
Botucatu	Anhembi Bofete Botucatu Conchas Pardinho Pratânia São Manuel
Jaú	Bariri Barra Bonita Bocaína Boracéia Dois Córregos Igarapu do Tietê Itaju Itapuí Jaú Macatuba Mineiros do Tietê Pederneiras
Lins	Cafelândia Getulina Guaíçara Guaimbé Júlio Mesquita Lins Promissão Sabino
Amparo	Águas de Lindóia Amparo Lindóia Monte Alegre do Sul Pedra Bela Pinhalzinho Serra Negra Socorro
Campinas	Americana Campinas Cosmópolis Elias Fausto Holambra Hortolândia Indaiatuba Jaguariúna Monte Mor Nova Odessa Paulínia Pedreira Santa Bárbara d'Oeste Sumaré Valinhos Vinhedo
Moji - Mirim	Artur Nogueira

	Engenheiro Coelho Estiva Gerbi Itapira Moji-Guaçu Moji - Mirim Santo Antônio de Posse
Pirassununga	Aguaiá Pirassununga Porto Ferreira Santa Cruz das Palmeiras
São João da Boa Vista	Águas da Prata Caconde Casa Branca Divinolândia Espírito Santo do Pinhal Itobi Mococa Santo Antônio do Jardim São João da Boa Vista São José do Rio Pardo São Sebastião da Gramma Tambaú Tapiratiba Vargem Grande do Sul
Capão Bonito	Apiaí Barra do Chapéu Capão Bonito Guapiara Iporanga Itaóca Itapirapuã Paulista Ribeira Ribeirão Branco Ribeirão Grande
Itapetininga	Alambari Angatuba Campina do Monte Alegre Guareí Itapetininga
Itapeva	Barão de Antonina Bom Sucesso de Itararé Buri Coronel Macedo Itaberá Itapeva Itaporanga Itararé Nova Campina Riversul Taquarituba Taquarivaí
Tatuí	Boituva Cerquilha Cesário Lange Laranjal Paulista Pereiras Porangaba Quadra Tatuí

	Torre de Pedra
Itanhaém	Itanhaém Itariri Mongaguá Pedro de Toledo Peruíbe
Registro	Barra do Turvo Cajati Cananéia Eldorado Iguape Ilha Comprida Jacupiranga Juquiá Miracatu Pariquera-Açu Registro Sete Barras
Bragança Paulista	Atibaia Bom Jesus dos Perdões Bragança Paulista Itatiba Jarinu Joanópolis Morungaba Nazaré Paulista Piracaia Tuiuti Vargem
Jundiaí	Campo Limpo Paulista Itupeva Jundiaí Louveira Várzea Paulista
Piedade	Ibiúna Piedade Pilar do Sul São Miguel Arcanjo Tapiraí
Sorocaba	Alumínio Araçariguama Araçoiaba da Serra Cabreúva Capela do Alto Iperó Itu Mairinque Porto Feliz Salto Salto de Pirapora São Roque Sarapuí Sorocaba Votorantim
Marília	Álvaro de Carvalho Alvinlândia Echaporã Fernão Gália

	Garça Lupércio Marília Ocaçu Oriente Oscar Bressane Pompéia Vera Cruz
Tupã	Arco-Íris Bastos Herculândia Iacri Queiroz Quintana Tupã
Franco da Rocha	Caieiras Francisco Morato Franco da Rocha Mairiporã
Guarulhos	Arujá Guarulhos Santa Isabel
Itapecerica da Serra	Cotia Embu Embu-Guaçu Itapecerica da Serra Juquitiba São Lourenço da Serra Taboão da Serra Vargem Grande Paulista
Moji das Cruzes	Biritiba-Mirim Ferraz de Vasconcelos Guararema Itaquaquecetuba Moji das Cruzes Poá Salesópolis Suzano
Osasco	Barueri Cajamar Carapicuíba Itapevi Jandira Osasco Pirapora do Bom Jesus Santana de Parnaíba
Santos	Bertioga Cubatão Guarujá Praia Grande Santos São Vicente
São Paulo	Diadema Mauá Ribeirão Pires Rio Grande da Serra Santo André São Bernardo do Campo São Caetano do Sul

	São Paulo
Limeira	Araras Conchal Cordeirópolis Iracemópolis Leme Limeira Santa Cruz da Conceição Santa Gertrudes
Piracicaba	Águas de São Pedro Capivari Charqueada Jumirim Mombuca Piracicaba Rafard Rio das Pedras Saltinho Santa Maria da Serra São Pedro Tietê
Rio Claro	Brotas Corumbataí Ipeúna Itirapina Rio Claro Torrinha
Adamantina	Adamantina Flora Rica Flórida Paulista Inúbia Paulista Irapuru Lucélia Mariápolis Osvaldo Cruz Pacaembu Parapuã Pracinha Rinópolis Sagres Salmourão
Dracena	Dracena Junqueirópolis Monte Castelo Nova Guataporanga Ouro Verde Panorama Paulicéia Santa Mercedes São João do Pau d'Alho Tupi Paulista
Presidente Prudente	Alfredo Marcondes Álvares Machado Anhumas Caiabu Caiuá Emilianópolis Estrela do Norte Euclides da Cunha Paulista

	Indiana João Ramalho Marabá Paulista Martinópolis Mirante do Paranapanema Narandiba Piquerobi Pirapozinho Presidente Bernardes Presidente Epitácio Presidente Prudente Presidente Venceslau Rancharia Regente Feijó Ribeirão dos Índios Rosana Sandovalina Santo Anastácio Santo Expedito Taciba Tarabai Teodoro Sampaio
Barretos	Barretos Colina Colômbia
Batatais	Altinópolis Batatais Cajuru Cássia dos Coqueiros Santa Cruz da Esperança Santo Antônio da Alegria
Franca	Cristais Paulista Franca Itirapuã Jariquara Patrocínio Paulista Pedregulho Restinga Ribeirão Corrente Rifaina São José da Bela Vista
Ituverava	Aramina Buritizal Guará Igarapava Ituverava
Jaboticabal	Bebedouro Cândido Rodrigues Fernando Prestes Guariba Jaboticabal Monte Alto Monte Azul Paulista Pirangi Pitangueiras Santa Ernestina Taiaçu Taiúva Taquaral

	Taquaritinga Terra Roxa Viradouro Vista Alegre do Alto
Ribeirão Preto	Barrinha Brodósqui Cravinhos Dumont Guataparã Jardinópolis Luís Antônio Pontal Pradópolis Ribeirão Preto Santa Rita do Passa Quatro Santa Rosa de Viterbo São Simão Serra Azul Serrana Sertãozinho
São Joaquim da Barra	Guaíra Ipuã Jaborandi Miguelópolis Morro Agudo Nuporanga Orlândia Sales Oliveira São Joaquim da Barra
Auriflama	Auriflama Floreal Gastão Vidigal General Salgado Guzolândia Magda Nova Castilho Nova Luzitânia São João de Iracema
Catanduva	Ariranha Cajobi Catanduva Catiguá Elisiário Embaúba Novais Palmares Paulista Paraíso Pindorama Santa Adélia Severínia Tabapuã
Fernandópolis	Estrela d'Oeste Fernandópolis Guarani d'Oeste Indiaporã Macedônia Meridiano Mira Estrela Ouroeste

	Pedranópolis
	São João das Duas Pontes
	Turmalina
	Aparecida d'Oeste
	Aspásia
	Dirce Reis
	Dolcinópolis
	Jales
	Marinópolis
	Mesópolis
	Nova Canaã Paulista
	Palmeira d'Oeste
	Paranapuã
	Pontalinda
Jales	Populina
	Rubinéia
	Santa Albertina
	Santa Clara d'Oeste
	Santa Fé do Sul
	Santa Rita d'Oeste
	Santa Salete
	Santana da Ponte Pensa
	São Francisco
	Três Fronteiras
	Urânia
	Vitória Brasil
	Macaubal
	Monções
	Monte Aprazível
	Neves Paulista
Nhandeara	Nhandeara
	Nipoã
	Poloni
	Sebastianópolis do Sul
	União Paulista
	Irapuã
	Itajobi
	Marapoama
Novo Horizonte	Novo Horizonte
	Sales
	Urupês
	Adolfo
	Altair
	Bady Bassitt
	Bálsamo
	Cedral
	Guapiaçu
	Guaraci
	Ibirá
	Icém
São José do Rio Preto	Ipiguá
	Jaci
	José Bonifácio
	Mendonça
	Mirassol
	Mirassolândia
	Nova Aliança
	Nova Granada
	Olímpia
	Onda Verde

	Orindiúva Palestina Paulo de Faria Planalto Potirendaba São José do Rio Preto Tanabi Ubarana Uchoa Zacarias
Votuporanga	Álvares Florence Américo de Campos Cardoso Cosmorama Parisi Pontes Gestal Riolândia Valentim Gentil Votuporanga
Bananal	Arapeí Areias Bananal São José do Barreiro Silveiras
Campos do Jordão	Campos do Jordão Monteiro Lobato Santo Antônio do Pinhal São Bento do Sapucaí
Caraguatatuba	Caraguatatuba Ilhabela São Sebastião Ubatuba
Guaratinguetá	Aparecida Cachoeira Paulista Canas Cruzeiro Guaratinguetá Lavrinhas Lorena Piquete Potim Queluz Roseira
Paraibuna/Paraitinga	Cunha Jambeiro Lagoinha Natividade da Serra Paraibuna Redenção da Serra São Luís do Paraitinga
São José dos Campos	Caçapava Igaratá Jacareí Pindamonhangaba Santa Branca São José dos Campos Taubaté Tremembé

APÊNDICE C – ÍNDICES DE DESIGUALDADE MUNICIPAIS 1991 – 2000* (Municípios Constantes de 1991)

Município	Gini	1991 Theil T	Theil L	Gini	2000* Theil T	Theil L
ADAMANTINA	0.57549	0.70647	0.58605	0.54228	0.60324	0.51644
ADOLFO	0.46387	0.50724	0.3692	0.37872	0.27878	0.23958
AGUAI	0.49826	0.49246	0.42455	0.55523	0.70039	0.5356
AGUAS DA PRATA	0.56871	0.6532	0.58336	0.56501	0.65276	0.56714
AGUAS DE LINDOIA	0.6113	0.91625	0.68798	0.53502	0.56749	0.50908
AGUAS DE SANTA BARBARA	0.53528	0.57599	0.50015	0.4999	0.46348	0.43985
AGUAS DE SAO PEDRO	0.55966	0.54696	0.58295	0.56659	0.57691	0.62384
AGUDOS	0.48357	0.46289	0.4004	0.53074	0.57909	0.5012
ALFREDO MARCONDES	0.60695	0.75101	0.67428	0.50973	0.47999	0.45966
ALTAIR	0.43616	0.34318	0.32183	0.48291	0.55744	0.4032
ALTINOPOLIS	0.56819	0.72064	0.57132	0.68215	1.919	0.87222
ALTO ALEGRE	0.49139	0.43619	0.41278	0.45933	0.42907	0.36737
ALVARES FLORENCE	0.47668	0.45895	0.38568	0.56815	0.77587	0.56502
ALVARES MACHADO	0.47736	0.42479	0.38832	0.53088	0.70733	0.49461
ALVARO DE CARVALHO	0.41919	0.32293	0.29883	0.41837	0.33114	0.29478
ALVINLANDIA	0.49286	0.51426	0.41094	0.49981	0.47921	0.42499
AMERICANA	0.47471	0.45388	0.38814	0.50382	0.52027	0.43961
AMERICO BRASILIENSE	0.3541	0.23148	0.21905	0.4497	0.4137	0.35767
AMERICO DE CAMPOS	0.52058	0.51723	0.46978	0.48681	0.48	0.39396
AMPARO	0.48363	0.44331	0.40425	0.53675	0.62066	0.5058
ANALANDIA	0.4624	0.39825	0.38027	0.51592	0.51166	0.45996
ANDRADINA	0.53114	0.56077	0.48876	0.59493	0.86012	0.63899
ANGATUBA	0.53103	0.57164	0.48666	0.55982	0.78063	0.55333
ANHEMBI	0.4871	0.45097	0.41408	0.57253	0.70615	0.5779
ANHUMAS	0.4634	0.39416	0.36948	0.47644	0.45094	0.40019
APARECIDA	0.55277	0.62205	0.56091	0.54559	0.62534	0.52628
APARECIDA D'OESTE	0.54733	0.80237	0.52816	0.53032	0.68883	0.49229
APIAI	0.55903	0.58765	0.56189	0.5797	0.65505	0.63305
ARACATUBA	0.55625	0.6789	0.54436	0.61735	1.122	0.69246
ARACOIABA DA SERRA	0.51087	0.50491	0.45478	0.54195	0.61316	0.51096
ARAMINA	0.55134	0.9247	0.54576	0.49004	0.49359	0.41694
ARANDU	0.53001	0.63262	0.48835	0.44898	0.36671	0.34462
ARARAQUARA	0.50779	0.51994	0.45969	0.52973	0.5562	0.50513
ARARAS	0.48341	0.48525	0.40497	0.49737	0.49232	0.43529
AREALVA	0.49192	0.47795	0.41912	0.49447	0.52156	0.42868
AREIAS	0.67018	121.618	0.81632	0.61885	0.93264	0.69239
AREIOPOLIS	0.33271	0.19214	0.18737	0.46722	0.50683	0.37527
ARIRANHA	0.49758	0.61989	0.42944	0.40593	0.32864	0.28132
ARTUR NOGUEIRA	0.50591	0.51176	0.44101	0.4775	0.41345	0.39748
ARUJA	0.55644	0.73012	0.54689	0.58169	0.74027	0.61001
ASSIS	0.53264	0.60271	0.49855	0.54828	0.6505	0.53028
ATIBAIA	0.56118	0.67177	0.56437	0.58172	0.68161	0.6078
AURIFLAMA	0.56457	0.64954	0.5594	0.59881	1.170	0.64348
AVAI	0.46533	0.39437	0.37519	0.51103	0.53082	0.45415
AVANHANDAVA	0.54143	0.70498	0.51329	0.52191	0.61527	0.47756
AVARE	0.55233	0.67805	0.54023	0.54477	0.61053	0.53565

BADY BASSITT	0.51911	0.55557	0.46935	0.44629	0.39991	0.34217
BALBINOS	0.4263	0.34373	0.29906	0.44424	0.38141	0.33143
BALSAMO	0.497	0.46279	0.42481	0.54355	0.7828	0.52129
BANANAL	0.60658	0.85576	0.6664	0.59923	0.77768	0.64147
BARAO DE ANTONINA	0.57945	0.68991	0.59283	0.53549	0.61505	0.49201
BARBOSA	0.47493	0.46648	0.37998	0.53055	0.73171	0.49657
BARIRI	0.49948	0.45928	0.429	0.50075	0.50997	0.4274
BARRA BONITA	0.52798	0.6301	0.4814	0.49409	0.47657	0.41856
BARRA DO TURVO	0.57139	0.79125	0.58049	0.52981	0.52371	0.52729
BARRETOS	0.54954	0.63614	0.52507	0.56982	0.77799	0.57542
BARRINHA	0.46836	0.49247	0.37905	0.48003	0.53804	0.40584
BARUERI	0.61837	0.90852	0.68729	0.67249	1.361	0.84198
BASTOS	0.67025	114.769	0.82457	0.50682	0.52809	0.44172
BATATAIS	0.53013	0.56222	0.49292	0.53637	0.64788	0.50273
BAURU	0.53315	0.58313	0.50338	0.57027	0.72521	0.59174
BEBEDOURO	0.51164	0.50994	0.45442	0.57661	0.74195	0.59427
BENTO DE ABREU	0.58707	0.87074	0.60877	0.37236	0.25353	0.23672
BERNARDINO DE CAMPOS	0.53138	0.55201	0.491	0.52146	0.547	0.47008
BILAC	0.51272	0.53914	0.45313	0.48348	0.43656	0.40109
BIRIGUI	0.48627	0.4985	0.40121	0.5383	0.81036	0.50611
BIRITIBA-MIRIM	0.50712	0.48414	0.44538	0.51221	0.50566	0.46115
BOA ESPERANCA DO SUL	0.47384	0.4955	0.37896	0.59667	1.060	0.63687
BOCAINA	0.49366	0.73502	0.43085	0.46204	0.44158	0.35984
BOFETE	0.53241	0.6858	0.49892	0.59732	0.95338	0.63419
BOITUVA	0.50928	0.53136	0.44741	0.5216	0.53828	0.47749
BOM JESUS DOS PERDOES	0.51438	0.54468	0.46448	0.50679	0.58487	0.45767
BORA	0.47602	0.50062	0.39901	0.51345	0.55062	0.43872
BORACEIA	0.44255	0.41686	0.33122	0.49507	0.57156	0.41794
BORBOREMA	0.6006	107.298	0.63845	0.5422	0.77834	0.51387
BOTUCATU	0.52179	0.53439	0.48507	0.54178	0.5689	0.53283
BRAGANCA PAULISTA	0.53654	0.58368	0.50905	0.53923	0.58613	0.51317
BRAUNA	0.51022	0.47466	0.45966	0.45207	0.37733	0.33656
BRODOWSKI	0.46107	0.42531	0.36577	0.41315	0.29414	0.29812
BROTAS	0.52107	0.62461	0.47675	0.56088	0.7405	0.55357
BURI	0.54745	0.67487	0.5267	0.51249	0.51749	0.45983
BURITAMA	0.49472	0.52105	0.41741	0.5363	0.73635	0.51099
BURITIZAL	0.42684	0.31678	0.3128	0.46167	0.45668	0.36861
CABRALIA PAULISTA	0.68229	154.430	0.86973	0.42345	0.32647	0.30411
CABREUVA	0.54145	0.7145	0.52231	0.49269	0.50673	0.42048
CACAPAVA	0.52605	0.52758	0.50334	0.52689	0.53314	0.50381
CACHOEIRA PAULISTA	0.5708	0.62611	0.59935	0.53523	0.53058	0.51884
CACONDE	0.53031	0.56293	0.48333	0.57363	0.83032	0.58105
CAFELANDIA	0.5466	0.56536	0.51565	0.54402	0.61492	0.51196
CAIABU	0.41933	0.32046	0.29183	0.42852	0.34332	0.30771
CAIEIRAS	0.4383	0.39896	0.33334	0.49003	0.45499	0.42741
CAIUA	0.43493	0.3306	0.31705	0.46003	0.40499	0.40198
CAJAMAR	0.48575	0.62701	0.42142	0.54014	0.67508	0.52211
CAJOBI	0.47805	0.47349	0.39873	0.51334	0.56113	0.4658
CAJURU	0.5537	0.68462	0.54184	0.52278	0.51265	0.46749
CAMPINAS	0.5393	0.56736	0.52368	0.57718	0.65706	0.62105
CAMPO LIMPO PAULISTA	0.46218	0.41133	0.3748	0.4976	0.49267	0.44498
CAMPOS DO JORDAO	0.51989	0.54787	0.4718	0.59561	0.90296	0.63017
CAMPOS NOVOS PAULISTA	0.48065	0.42178	0.39514	0.58739	0.98955	0.63546
CANANEIA	0.55782	0.58307	0.57159	0.57382	0.65516	0.59612
CANDIDO MOTA	0.56635	0.77245	0.55979	0.52996	0.56805	0.49483
CANDIDO RODRIGUES	0.39	0.27461	0.2587	0.42602	0.35743	0.30129
CAPAO BONITO	0.56159	0.69553	0.55482	0.59798	0.88879	0.6495
CAPELA DO ALTO	0.50686	0.59371	0.4415	0.49164	0.56558	0.41859

CAPIVARI	0.50291	0.51894	0.43503	0.49795	0.46366	0.42923
CARAGUATATUBA	0.55736	0.69095	0.55784	0.54631	0.57004	0.53847
CARAPICUIBA	0.42856	0.37708	0.32043	0.45537	0.40495	0.36512
CARDOSO	0.59442	0.91274	0.6294	0.53637	0.5709	0.51282
CASA BRANCA	0.55458	0.62726	0.55329	0.55648	0.63383	0.55133
CASSIA DOS COQUEIROS	0.51253	0.57383	0.45518	0.58569	0.72392	0.61015
CASTILHO	0.59555	0.75599	0.63405	0.52586	0.59096	0.48114
CATANDUVA	0.53181	0.64022	0.48852	0.53481	0.57638	0.50247
CATIGUA	0.37382	0.25946	0.24053	0.44464	0.4476	0.33951
CEDRAL	0.51399	0.56972	0.45926	0.48454	0.49492	0.40562
CERQUEIRA CESAR	0.58834	0.77988	0.61497	0.52169	0.56076	0.47472
CERQUILHO	0.51692	0.58712	0.46901	0.51188	0.50752	0.4513
CESARIO LANGE	0.49331	0.54476	0.41244	0.47477	0.4731	0.38852
CHARQUEADA	0.44861	0.42466	0.34937	0.4772	0.52016	0.39362
CHAVANTES	0.55243	0.69492	0.53017	0.42974	0.36893	0.31208
CLEMENTINA	0.54928	0.72963	0.52789	0.55877	0.65386	0.54862
COLINA	0.52413	0.57374	0.47378	0.57746	0.79627	0.5882
COLOMBIA	0.47959	0.4668	0.40014	0.52522	0.56077	0.47588
CONCHAL	0.52302	0.56941	0.48555	0.56033	0.64664	0.5526
CONCHAS	0.46033	0.44952	0.36219	0.48009	0.44758	0.40486
CORDEIROPOLIS	0.54225	0.80335	0.52354	0.49435	0.48134	0.42997
COROADOS	0.53774	0.61469	0.50348	0.51893	0.61434	0.47422
CORONEL MACEDO	0.50889	0.55046	0.46299	0.51143	0.55167	0.45848
CORUMBATAI	0.44159	0.36391	0.33513	0.47229	0.42049	0.40098
COSMOPOLIS	0.595	0.85925	0.64129	0.48708	0.47492	0.41977
COSMORAMA	0.57094	0.66852	0.58133	0.6038	0.89196	0.66134
COTIA	0.53091	0.56785	0.48507	0.49923	0.48814	0.43164
CRAVINHOS	0.48882	0.44432	0.40744	0.54328	0.61105	0.50917
CRISTAIS PAULISTA	0.67314	0.97002	0.86353	0.58699	0.82919	0.61026
CRUZALIA	0.52951	0.53277	0.49592	0.56309	0.71363	0.56929
CRUZEIRO	0.4452	0.39862	0.34831	0.47385	0.42517	0.39544
CUBATAO	0.58707	0.82831	0.60876	0.52172	0.53274	0.48258
CUNHA	0.52838	0.59406	0.48463	0.53814	0.58207	0.50825
DESCALVADO	0.42055	0.32678	0.30782	0.46612	0.41839	0.38323
DIADEMA	0.55328	0.66108	0.53871	0.49185	0.46301	0.40955
DIVINOLANDIA	0.3781	0.26909	0.24908	0.45887	0.41674	0.37016
DOBRADA	0.51419	0.65404	0.46586	0.5059	0.50488	0.44353
DOIS CORREGOS	0.36481	0.23533	0.23371	0.4909	0.46646	0.40144
DOLCINOPOLIS	0.5191	0.69732	0.46899	0.48034	0.51612	0.39915
DOURADO	0.55186	0.64675	0.53433	0.56812	0.79954	0.56881
DRACENA	0.54839	0.63837	0.52839	0.50292	0.4725	0.43391
DUARTINA	0.51719	0.70246	0.46608	0.50984	0.51186	0.45228
DUMONT	0.7095	181.419	0.95609	0.52629	0.58599	0.48681
ECHAPORA	0.59909	0.96211	0.65031	0.58315	0.71014	0.62583
ELDORADO	0.55368	0.70672	0.54067	0.52404	0.68703	0.4793
ELIAS FAUSTO	0.54717	0.96238	0.5428	0.46395	0.42861	0.37649
EMBU	0.47551	0.39602	0.39766	0.53292	0.65735	0.50823
EMBU-GUACU	0.52714	0.55738	0.4894	0.48172	0.43406	0.40249
ESPIRITO SANTO DO PINHAL	0.56641	0.64754	0.56032	0.47552	0.42746	0.38626
ESTRELA D'OESTE	0.40956	0.3085	0.28447	0.52033	0.5408	0.48657
ESTRELA DO NORTE	0.55973	0.64663	0.54287	0.54621	0.66672	0.52163
FARTURA	0.55356	0.66405	0.53837	0.55847	0.7202	0.5522
FERNANDOPOLIS	0.44724	0.39901	0.34362	0.49816	0.48857	0.44352
FERNANDO PRESTES	0.46838	0.52434	0.38953	0.45692	0.41117	0.37525
FERNAO	0.57917	0.6945	0.60941	0.4555	0.39154	0.37304
FERRAZ DE VASCONCELOS	0.47857	0.41202	0.39402	0.48358	0.41734	0.40854
FLORA RICA	0.49605	0.44982	0.42121	0.52196	0.56909	0.47375
FLORIDA PAULISTA	0.50086	0.49697	0.41928	0.40259	0.2744	0.28479

FLORINIA	0.48822	0.54233	0.41469	0.51903	0.57091	0.46383
FRANCA	0.42692	0.42692	0.3221	0.45009	0.38476	0.35802
FRANCISCO MORATO	0.43798	0.37067	0.33246	0.45972	0.4065	0.37208
FRANCO DA ROCHA	0.59374	0.74451	0.65044	0.39351	0.28404	0.27847
GABRIEL MONTEIRO	0.56651	0.70114	0.55982	0.56937	0.74878	0.58373
GALIA	0.60985	0.94773	0.66749	0.53319	0.55816	0.49168
GARCA	0.55593	0.62164	0.53188	0.53984	0.63729	0.51314
GASTAO VIDIGAL	0.49192	0.43758	0.43381	0.57568	0.79092	0.58695
GENERAL SALGADO	0.54973	0.61518	0.53076	0.5391	0.54244	0.52082
GETULINA	0.41647	0.36438	0.30012	0.52787	0.54837	0.47926
GLICERIO	0.52099	0.55838	0.46952	0.48134	0.53616	0.40914
GUAICARA	0.57762	0.74149	0.58361	0.5497	0.67906	0.52503
GUAIMBE	0.50887	0.55733	0.44339	0.50746	0.5402	0.44875
GUAIRA	0.42953	0.35646	0.3197	0.54613	0.78951	0.51948
GUAPIACU	0.55876	0.64659	0.54349	0.66619	1.163	0.8455
GUAPIARA	0.49887	0.48449	0.42431	0.51859	0.55453	0.46339
GUARA	0.60414	0.84412	0.64538	0.51142	0.49765	0.44645
GUARACAI	0.54506	0.6523	0.51439	0.49338	0.4734	0.42235
GUARACI	0.57479	0.9296	0.59239	0.54716	0.65836	0.5345
GUARANI D'OESTE	0.60016	100.611	0.64336	0.57971	0.75218	0.59734
GUARANTA	0.56661	0.72406	0.55808	0.51079	0.54455	0.45235
GUARARAPES	0.54567	0.53852	0.55406	0.6015	0.77232	0.65649
GUARAREMA	0.66756	134.838	0.83191	0.57949	0.72146	0.6061
GUARATINGUETA	0.61189	115.319	0.67552	0.50424	0.51789	0.44127
GUAREI	0.46021	0.47287	0.36663	0.50506	0.58025	0.44697
GUARIBA	0.49228	0.50481	0.42675	0.53198	0.58703	0.50673
GUARUJA	0.48655	0.47585	0.4159	0.52772	0.59901	0.49826
GUARULHOS	0.54131	0.73843	0.50653	0.40383	0.34862	0.29302
GUZOLANDIA	0.6382	113.912	0.74768	0.50079	0.49387	0.44565
HERCULANDIA	0.61687	103.271	0.68005	0.4511	0.37707	0.34926
IACANGA	0.60883	0.87969	0.6609	0.4803	0.48892	0.40179
IACRI	0.39674	0.29852	0.2715	0.42516	0.34667	0.30983
IBATE	0.51274	0.53761	0.44712	0.55422	0.81485	0.53915
IBIRA	0.508	0.56098	0.44802	0.59141	0.78727	0.6184
IBIRAREMA	0.54514	0.75069	0.5192	0.5097	0.53645	0.44892
IBITINGA	0.60041	0.95044	0.64844	0.52964	0.62108	0.49394
IBIUNA	0.51873	0.52544	0.47026	0.52456	0.55169	0.48533
ICEM	0.45322	0.41016	0.34794	0.54277	0.57804	0.51325
IEPE	0.35388	0.24494	0.21489	0.4321	0.37596	0.33081
IGARACU DO TIETE	0.5252	0.63512	0.4781	0.50983	0.55851	0.4533
IGARAPAVA	0.50023	0.49554	0.44843	0.54069	0.61433	0.50827
IGARATA	0.52688	0.54373	0.49299	0.5895	0.68236	0.63709
IGUAPE	0.59898	0.84006	0.65937	0.58657	0.81652	0.62168
ILHABELA	0.47931	0.44034	0.39838	0.56147	0.71371	0.56328
INDAIATUBA	0.42885	0.34972	0.30296	0.52537	0.53487	0.47872
INDIANA	0.52398	0.5938	0.47579	0.57381	0.84365	0.58693
INDIAPORA	0.40118	0.31519	0.2678	0.46375	0.43686	0.37913
INUBIA PAULISTA	0.45018	0.3876	0.34304	0.48124	0.45129	0.40027
IPAUCU	0.44286	0.34553	0.34344	0.48369	0.46111	0.41476
IPERO	0.46013	0.35369	0.38199	0.52819	0.53281	0.4888
IPEUNA	0.5587	0.66736	0.54925	0.60174	0.87312	0.67663
IPORANGA	0.48591	0.48589	0.40309	0.55374	0.77233	0.53276
IPUA	0.48699	0.52199	0.41582	0.49075	0.53911	0.41976
IRACEMAPOLIS	0.45053	0.3803	0.35346	0.48828	0.50884	0.41726
IRAPUA	0.64604	121.696	0.76282	0.54056	0.5971	0.51811
IRAPURU	0.69837	130.026	0.92027	0.65684	1.306	0.81643
ITABERA	0.56037	0.83086	0.55296	0.50222	0.53496	0.44748
ITAI	0.48993	0.53073	0.42322	0.45986	0.38648	0.35872

ITAJOBÍ	0.43119	0.32787	0.31249	0.41481	0.31749	0.29184
ITAJU	0.52625	0.56031	0.49247	0.53518	0.56387	0.52673
ITANHAÉM	0.52574	0.65762	0.4868	0.53064	0.63808	0.5012
ITAPECERICA DA SERRA	0.54264	0.64007	0.52118	0.55401	0.612	0.54906
ITAPETININGA	0.58731	0.74506	0.62555	0.60867	0.88839	0.67689
ITAPEVA	0.42762	0.33153	0.32167	0.48492	0.46944	0.41372
ITAPEVÍ	0.49896	0.49978	0.42647	0.52325	0.56529	0.47685
ITAPIRA	0.50341	0.51302	0.43281	0.5413	0.63109	0.51832
ITAPOLIS	0.5609	0.60827	0.56967	0.58252	0.71088	0.62387
ITAPORANGA	0.53743	0.78963	0.51091	0.43302	0.34568	0.31909
ITAPUI	0.5108	0.5925	0.46042	0.44193	0.34743	0.35641
ITAPURA	0.43173	0.38761	0.3283	0.46137	0.41723	0.37733
ITAQUAQUECETUBA	0.58709	0.7307	0.61974	0.59951	0.7936	0.65864
ITARARE	0.59917	0.74717	0.64739	0.59225	0.72401	0.64732
ITARIRI	0.49575	0.48624	0.42636	0.5286	0.57543	0.49067
ITATIBA	0.53063	0.6106	0.51132	0.48055	0.4399	0.39242
ITATINGA	0.48886	0.46269	0.4127	0.53133	0.55801	0.49937
ITIRAPINA	0.41849	0.31953	0.29835	0.49897	0.5547	0.42608
ITIRAPUA	0.53809	0.65031	0.50275	0.52048	0.54117	0.4723
ITOBÍ	0.51097	0.53165	0.45761	0.56265	0.66306	0.56693
ITU	0.5182	0.52208	0.4821	0.52354	0.55521	0.4744
ITUPEVA	0.53824	0.64334	0.50125	0.6144	0.97951	0.68017
ITUVERAVA	0.56989	0.90067	0.56882	0.44602	0.36352	0.34209
JABORANDI	0.54292	0.66108	0.512	0.52393	0.54219	0.48321
JABOTICABAL	0.57858	0.92362	0.60929	0.52424	0.566	0.4929
JACAREÍ	0.42733	0.33879	0.31398	0.47731	0.44535	0.3955
JACÍ	0.5212	0.54887	0.47391	0.55797	0.59534	0.55845
JACUPIRANGA	0.57993	0.9289	0.60404	0.56655	0.86798	0.56935
JAGUARIUNA	0.55655	0.70589	0.54629	0.51258	0.52558	0.45481
JALÉS	0.55969	0.62852	0.56605	0.53054	0.52716	0.49741
JAMBEIRO	0.40912	0.31872	0.28715	0.49989	0.50817	0.44006
JANDIRA	0.57303	100.054	0.58127	0.5444	0.69232	0.51593
JARDINOPOLIS	0.55461	0.58067	0.5627	0.55579	0.60318	0.55255
JARINU	0.45076	0.41089	0.34992	0.50187	0.52838	0.43365
JAU	0.50031	0.64956	0.43883	0.53784	0.76197	0.50579
JERIQUARA	0.47204	0.39425	0.38329	0.50073	0.47112	0.4303
JOANOPOLIS	0.47475	0.52363	0.38222	0.49291	0.49293	0.4097
JOÃO RAMALHO	0.49156	0.4826	0.41425	0.57847	0.89689	0.58574
JOSE BONIFÁCIO	0.45532	0.41003	0.34495	0.55464	0.6436	0.54283
JULIO MESQUITA	0.50014	0.50518	0.44369	0.54284	0.63306	0.53047
JUNDIAÍ	0.55186	0.61415	0.53523	0.53747	0.6355	0.51494
JUNQUEIROPOLIS	0.49891	0.50141	0.43823	0.57395	0.78742	0.59399
JUQUÍ	0.50621	0.4654	0.45617	0.50881	0.49859	0.44969
JUQUITIBA	0.51314	0.50074	0.45087	0.49795	0.46654	0.43325
LAGOINHA	0.49477	0.50021	0.42523	0.52901	0.67458	0.49536
LARANJAL PAULISTA	0.57831	0.8228	0.58177	0.57319	1.048	0.5854
LAVÍNIA	0.72261	141.056	101.541	0.52401	0.57859	0.47452
LAVRINHAS	0.45998	0.45444	0.36036	0.53026	0.58646	0.49292
LEMÉ	0.50766	0.53864	0.44485	0.54901	0.89188	0.53577
LENÇOIS PAULISTA	0.49706	0.53291	0.42828	0.52417	0.56948	0.48632
LIMEIRA	0.5068	0.48618	0.44412	0.47301	0.42792	0.3786
LINDOIA	0.55672	0.65986	0.55376	0.5741	0.83667	0.59345
LINS	0.58758	0.76134	0.63511	0.55109	0.5764	0.55584
LORENA	0.46422	0.45593	0.37825	0.47613	0.45782	0.39063
LOUVEIRA	0.5221	0.51728	0.46615	0.53296	0.56303	0.49288
LUCÉLIA	0.42549	0.33117	0.30031	0.39849	0.31022	0.27721
LUCIANOPOLIS	0.36591	0.25127	0.26045	0.53158	0.69618	0.5082
LUIS ANTONIO	0.52146	0.57579	0.46362	0.46152	0.4138	0.36248

LUIZIANIA	0.50946	0.69254	0.44453	0.46223	0.40855	0.35579
LUPERCIO	0.54022	0.55815	0.51078	0.50801	0.50251	0.44842
LUTECIA	0.43143	0.39287	0.33097	0.47231	0.42632	0.38072
MACATUBA	0.55262	0.77992	0.53316	0.50732	0.53038	0.43766
MACAUBAL	0.50662	0.5117	0.43716	0.4552	0.40537	0.3552
MACEDONIA	0.47909	0.42175	0.39603	0.50538	0.49057	0.4376
MAGDA	0.469	0.50429	0.3831	0.4743	0.42718	0.39464
MAIRINQUE	0.61664	0.89322	0.69731	0.63642	0.98591	0.74441
MAIRIPORA	0.55146	0.63326	0.53335	0.47403	0.44365	0.38436
MANDURI	0.4251	0.32544	0.3	0.47341	0.4109	0.40218
MARABA PAULISTA	0.58357	0.88021	0.6111	0.44807	0.38301	0.34161
MARACAI	0.7045	135.258	0.92986	0.41069	0.29665	0.28712
MARIAPOLIS	0.56111	0.68047	0.55641	0.56485	0.703	0.57064
MARILIA	0.54232	0.68663	0.52096	0.38281	0.25567	0.25155
MARINOPOLIS	0.58179	0.78893	0.6039	0.54421	0.57819	0.51949
MARTINOPOLIS	0.46567	0.40878	0.37168	0.54853	0.78176	0.53283
MATAO	0.42286	0.35648	0.3143	0.47573	0.4927	0.40328
MAUA	0.64164	113.953	0.76056	0.5563	0.83813	0.54989
MENDONCA	0.50918	0.49755	0.44053	0.4358	0.37468	0.3167
MERIDIANO	0.55806	0.78674	0.53873	0.55593	0.69316	0.54965
MIGUELOPOLIS	0.45112	0.42931	0.35358	0.47868	0.49722	0.3921
MINEIROS DO TIETE	0.60457	0.77815	0.65996	0.6052	0.80833	0.6759
MIRACATU	0.82679	223.994	149.762	0.44356	0.38007	0.34496
MIRA ESTRELA	0.57902	0.70227	0.58928	0.51508	0.56426	0.45832
MIRANDOPOLIS	0.50689	0.54452	0.44521	0.57435	0.68863	0.59335
MIRANTE DO PARANAPANEMA	0.46657	0.42608	0.37144	0.46928	0.41542	0.37795
MIRASSOL	0.4184	0.31051	0.29581	0.41187	0.29994	0.30417
MIRASSOLANDIA	0.52157	0.5634	0.48057	0.53957	0.61589	0.50759
MOCOCA	0.54343	0.58803	0.52943	0.57287	0.6695	0.60137
MOJI DAS CRUZES	0.47868	0.47796	0.39475	0.51037	0.6118	0.45656
MOGI GUACU	0.51327	0.52588	0.461	0.53862	0.59059	0.51105
MOJI-MIRIM	0.53914	0.53798	0.51044	0.62838	0.92313	0.72009
MOMBUCA	0.43332	0.33782	0.31143	0.43807	0.34334	0.33034
MONCOES	0.49923	0.4798	0.4989	0.53584	0.59385	0.52159
MONGAGUA	0.41473	0.30408	0.28887	0.53141	0.64535	0.49368
MONTE ALEGRE DO SUL	0.48766	0.55683	0.4121	0.50263	0.53421	0.43531
MONTE ALTO	0.51721	0.4886	0.47894	0.49976	0.47577	0.43286
MONTE APRAZIVEL	0.54241	0.56427	0.50956	0.59292	0.79911	0.62624
MONTE AZUL PAULISTA	0.47064	0.42635	0.37621	0.54533	0.89375	0.53055
MONTE CASTELO	0.57539	0.6505	0.58839	0.60144	0.8093	0.66206
MONTEIRO LOBATO	0.52785	0.60195	0.48915	0.51494	0.53132	0.46842
MONTE MOR	0.5284	0.61934	0.48486	0.55221	0.663	0.53326
MORRO AGUDO	0.48947	0.4632	0.41909	0.51767	0.72058	0.47683
MORUNGABA	0.48269	0.5523	0.40454	0.47868	0.55893	0.40557
MURUTINGA DO SUL	0.48784	0.73227	0.42228	0.54893	0.67922	0.54854
NARANDIBA	0.48156	0.44614	0.39718	0.52481	0.57443	0.47507
NATIVIDADE DA SERRA	0.59178	0.91108	0.64133	0.55289	0.69514	0.53866
NAZARE PAULISTA	0.50826	0.54965	0.44108	0.49186	0.49249	0.41636
NEVES PAULISTA	0.57621	0.72647	0.5896	0.51898	0.50649	0.47527
NHANDEARA	0.4992	0.54904	0.4265	0.46224	0.43961	0.3595
NIPOA	0.52476	0.62775	0.47528	0.47185	0.40978	0.38185
NOVA ALIANCA	0.52362	0.5742	0.46509	0.47947	0.49728	0.39074
NOVA EUROPA	0.51637	0.56543	0.45903	0.4983	0.48518	0.41778
NOVA GRANADA	0.43059	0.31572	0.31901	0.3716	0.23873	0.24116
NOVA GUATAPORANGA	0.46865	0.402	0.36251	0.42047	0.33067	0.31443
NOVA INDEPENDENCIA	0.522	0.63034	0.46867	0.44973	0.37939	0.34884
NOVA LUZITANIA	0.43327	0.38799	0.31868	0.45681	0.38599	0.36266
NOVA ODESSA	0.52017	0.57664	0.46701	0.48938	0.45506	0.41002

NOVO HORIZONTE	0.53151	0.55621	0.48649	0.51195	0.54647	0.45077
NUPORANGA	0.48617	0.43757	0.40855	0.55169	0.69258	0.53332
OCAUCU	0.43179	0.3056	0.32624	0.48029	0.43333	0.39647
OLEO	0.5109	0.51596	0.44668	0.58736	0.94394	0.61899
OLIMPIA	0.46339	0.44675	0.36954	0.43964	0.3311	0.34437
ONDA VERDE	0.4927	0.55216	0.41914	0.48635	0.43747	0.40894
ORIENTE	0.59621	101.975	0.65438	0.49566	0.52651	0.41641
ORINDIUA	0.51363	0.56813	0.45113	0.50292	0.48789	0.43811
ORLANDIA	0.46834	0.41622	0.38651	0.50661	0.45767	0.45767
OSASCO	0.50703	0.52841	0.44229	0.51788	0.56017	0.46137
OSCAR BRESSANE	0.57769	0.729	0.60326	0.52476	0.52482	0.47645
OSVALDO CRUZ	0.52915	0.58917	0.48462	0.53563	0.57544	0.5074
OURINHOS	0.55346	0.71248	0.53652	0.42253	0.32172	0.30782
OURO VERDE	0.5212	0.51454	0.46871	0.52037	0.51722	0.47114
PACAEMBU	0.58983	0.73167	0.61975	0.49349	0.47301	0.41551
PALESTINA	0.41381	0.50881	0.30997	0.40573	0.30667	0.28681
PALMARES PAULISTA	0.61065	0.93077	0.67537	0.48905	0.46294	0.41031
PALMEIRA D'OESTE	0.53829	0.598	0.50717	0.64901	1.317	0.7737
PALMITAL	0.52378	0.60285	0.47151	0.59304	0.90731	0.62733
PANORAMA	0.52084	0.5329	0.46647	0.57563	0.72491	0.59077
PARAGUACU PAULISTA	0.5905	0.75187	0.63601	0.55598	0.69294	0.55089
PARAIBUNA	0.47363	0.42035	0.3889	0.4839	0.52268	0.40413
PARAISO	0.56372	0.81723	0.55382	0.61176	1.060	0.67925
PARANAPANEMA	0.49398	0.47447	0.41456	0.46904	0.41042	0.37499
PARANAPUA	0.52699	0.59455	0.48099	0.69481	1.947	0.91641
PARAPUA	0.43489	0.35887	0.33025	0.48128	0.44258	0.39287
PARDINHO	0.59069	0.73893	0.63885	0.57071	0.67056	0.59402
PARIQUERA-ACU	0.49394	0.46337	0.4173	0.5392	0.68724	0.50991
PATROCINIO PAULISTA	0.46254	0.46623	0.36785	0.58759	0.83923	0.6147
PAULICEIA	0.52744	0.70081	0.49245	0.5441	0.81123	0.53412
PAULINIA	0.55501	0.63233	0.53128	0.5973	0.83866	0.63491
PAULO DE FARIA	0.52273	0.55038	0.48794	0.52747	0.58254	0.4845
PEDERNEIRAS	0.47124	0.41797	0.38246	0.45687	0.43459	0.36043
PEDRA BELA	0.54871	0.75654	0.5269	0.4712	0.43032	0.38283
PEDRANOPOLIS	0.49761	0.48028	0.42482	0.50635	0.50069	0.44495
PEDREGULHO	0.54131	0.85538	0.51674	0.4767	0.51909	0.39512
PEDREIRA	0.51119	0.54224	0.47839	0.55316	0.58888	0.57059
PEDRO DE TOLEDO	0.55189	0.66447	0.53337	0.55573	0.6832	0.53848
PENAPOLIS	0.54023	0.61599	0.51036	0.53448	0.55962	0.50611
PEREIRA BARRETO	0.57925	0.74897	0.61383	0.48426	0.41934	0.41005
PEREIRAS	0.56053	0.6604	0.56202	0.55759	0.5778	0.57941
PERUIBE	0.44218	0.3584	0.335	0.48156	0.53985	0.40936
PIACATU	0.48377	0.45281	0.41051	0.60646	0.92511	0.66619
PIEDADE	0.58241	0.84347	0.5978	0.6686	1.645	0.83919
PILAR DO SUL	0.57201	0.80072	0.59048	0.55156	0.61576	0.55774
PINDAMONHANGABA	0.45843	0.41766	0.35978	0.46388	0.46713	0.36916
PINDORAMA	0.55503	0.78322	0.53853	0.48428	0.474	0.40938
PINHALZINHO	0.52334	0.5282	0.46272	0.53836	0.56861	0.51887
PIQUEROBI	0.55265	0.67896	0.56784	0.50851	0.46251	0.46693
PIQUETE	0.52389	0.63156	0.48035	0.50298	0.49418	0.43468
PIRACAIA	0.51407	0.53351	0.46126	0.54341	0.59922	0.53025
PIRACICABA	0.57031	0.70004	0.57356	0.54465	0.66162	0.51907
PIRAJU	0.51571	0.47154	0.46813	0.49208	0.4231	0.43483
PIRAJUI	0.58566	0.87229	0.60105	0.44646	0.39079	0.33998
PIRANGI	0.49094	0.45641	0.41988	0.53339	0.61802	0.49799
PIRAPORA DO BOM JESUS	0.53052	0.60985	0.48422	0.53755	0.55079	0.51472
PIRAPOZINHO	0.56727	0.80562	0.57255	0.51584	0.49403	0.46995
PIRASSUNUNGA	0.66774	141.608	0.83684	0.52682	0.50496	0.49643

PIRATININGA	0.48601	0.57704	0.41315	0.49415	0.50623	0.42525
PITANGUEIRAS	0.44974	0.47614	0.34801	0.57836	1.082	0.60342
PLANALTO	0.47902	0.58968	0.39774	0.44891	0.4202	0.3521
PLATINA	0.43269	0.34543	0.32613	0.48223	0.42443	0.41887
POA	0.54379	0.5814	0.50626	0.50647	0.51005	0.44811
POLONI	0.50119	0.46174	0.43248	0.53301	0.59358	0.48929
POMPEIA	0.50881	0.47965	0.43587	0.54271	0.65137	0.52464
PONGAI	0.46722	0.44533	0.37958	0.62526	1.299	0.71719
PONTAL	0.4016	0.2774	0.26686	0.53534	0.56888	0.51199
PONTES GESTAL	0.52937	0.73917	0.48169	0.48265	0.46679	0.4013
POPULINA	0.54718	0.57225	0.52261	0.43535	0.34662	0.31673
PORANGABA	0.52165	0.63206	0.47275	0.4936	0.52162	0.41778
PORTO FELIZ	0.4932	0.52828	0.41773	0.51623	0.56918	0.46558
PORTO FERREIRA	0.48441	0.4843	0.41043	0.46323	0.39932	0.36617
POTIRENDABA	0.42667	0.38719	0.31472	0.46674	0.43777	0.38656
PRADOPOLIS	0.49861	0.5038	0.4402	0.55363	0.78415	0.56028
PRAIA GRANDE	0.54795	0.64292	0.51713	0.47359	0.4413	0.38035
PRESIDENTE ALVES	0.61273	106.739	0.67122	0.65388	1.506	0.80142
PRESIDENTE BERNARDES	0.60885	0.76525	0.66372	0.58116	0.80011	0.60232
PRESIDENTE EPITACIO	0.58342	0.79786	0.61205	0.59813	0.85331	0.6479
PRESIDENTE PRUDENTE	0.55646	0.62213	0.54119	0.59523	0.75167	0.6377
PRESIDENTE VENCESLAU	0.49288	0.46228	0.41419	0.50766	0.50891	0.45114
PROMISSAO	0.50764	0.52358	0.4487	0.53622	0.5907	0.50469
QUATA	0.5186	0.59035	0.46113	0.34546	0.21566	0.20161
QUEIROZ	0.5296	0.53164	0.51107	0.60322	0.7729	0.66811
QUELUZ	0.53264	0.52464	0.48853	0.50498	0.52268	0.43913
QUINTANA	0.47614	0.49141	0.38334	0.44446	0.38892	0.33975
RAFARD	0.5118	0.51963	0.4523	0.54485	0.60049	0.5246
RANCHARIA	0.51018	0.48649	0.45153	0.5289	0.61624	0.49037
REDENCAO DA SERRA	0.49745	0.54496	0.42341	0.52146	0.55573	0.47836
REGENTE FEIJO	0.51631	0.63801	0.46387	0.50238	0.47215	0.4322
REGINOPOLIS	0.63965	0.88914	0.75769	0.61678	0.87318	0.7113
REGISTRO	0.44777	0.40407	0.34399	0.43777	0.37589	0.33392
RESTINGA	0.55545	0.68047	0.53912	0.55833	0.69591	0.55659
RIBEIRA	0.52086	0.54689	0.47198	0.53257	0.65065	0.498
RIBEIRAO BONITO	0.51216	0.54391	0.46074	0.56402	0.6858	0.56246
RIBEIRAO BRANCO	0.38322	0.26177	0.25118	0.40136	0.2928	0.28325
RIBEIRAO CORRENTE	0.43298	0.35175	0.31029	0.42578	0.30955	0.31394
RIBEIRAO DO SUL	0.47831	0.44513	0.40343	0.50891	0.51193	0.463
RIBEIRAO PIRES	0.53865	0.60429	0.51134	0.5684	0.71167	0.5858
RIBEIRAO PRETO	0.54603	0.55633	0.5233	0.54631	0.65059	0.55042
RIVERSUL	0.49555	0.46549	0.41519	0.4727	0.42592	0.3942
RIFAINA	0.45051	0.43678	0.35333	0.46945	0.42929	0.38558
RINCAO	0.54064	0.5587	0.50513	0.51962	0.57241	0.47622
RINOPOLIS	0.50771	0.51042	0.45153	0.54581	0.64412	0.52962
RIO CLARO	0.51456	0.73512	0.46199	0.48439	0.44376	0.39774
RIO DAS PEDRAS	0.43628	0.38612	0.33542	0.42643	0.3141	0.31915
RIO GRANDE DA SERRA	0.51835	0.51278	0.45895	0.57544	0.7892	0.59264
RIOLANDIA	0.53169	0.55291	0.50376	0.52087	0.59765	0.47536
ROSEIRA	0.61726	106.205	0.67338	0.5326	0.62964	0.49774
RUBIACEA	0.5713	0.67564	0.57411	0.47295	0.42123	0.38719
RUBINEIA	0.43613	0.36643	0.32591	0.54885	0.62903	0.51867
SABINO	0.4634	0.4005	0.36239	0.41988	0.31106	0.33243
SAGRES	0.47322	0.4317	0.38153	0.48344	0.46847	0.40837
SALES	0.57843	0.77708	0.58233	0.5	0.54587	0.42948
SALES OLIVEIRA	0.5212	0.53854	0.47477	0.55538	0.64934	0.5434
SALESOPOLIS	0.44678	0.38422	0.34484	0.41684	0.31563	0.29424
SALMOURAO	0.49054	0.53777	0.41745	0.51764	0.56694	0.46833

SALTO	0.49042	0.51244	0.42081	0.47499	0.45463	0.39029
SALTO DE PIRAPORA	0.50589	0.53976	0.43975	0.55083	0.6871	0.52975
SALTO GRANDE	0.50302	0.49126	0.42704	0.48246	0.46231	0.4333
SANDOVALINA	0.4361	0.37032	0.32622	0.46882	0.41748	0.37122
SANTA ADELIA	0.55543	0.61514	0.53806	0.61302	0.83789	0.68406
SANTA ALBERTINA	0.41535	0.35467	0.2965	0.44303	0.39629	0.33976
SANTA BARBARA D'OESTE	0.62195	105.876	0.70311	0.50878	0.50222	0.44818
SANTA BRANCA	0.40512	0.27712	0.29562	0.45656	0.3991	0.38103
SANTA CLARA D'OESTE	0.63542	0.91594	0.73956	0.53243	0.5644	0.4857
SANTA CRUZ DA CONCEICAO	0.44692	0.38733	0.34401	0.53991	0.73398	0.51581
SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS	0.5276	0.5412	0.49137	0.5325	0.56747	0.49117
SANTA CRUZ DO RIO PARDO	0.38603	0.33087	0.28313	0.4954	0.64491	0.44118
SANTA ERNESTINA	0.50272	0.50305	0.441	0.57245	0.69821	0.57845
SANTA FE DO SUL	0.52313	0.98727	0.49195	0.42004	0.32944	0.29864
SANTA GERTRUDES	0.50526	0.59672	0.449	0.51842	0.5554	0.47696
SANTA ISABEL	0.54159	0.76062	0.52425	0.44563	0.39329	0.35097
SANTA LUCIA	0.40324	0.29577	0.27373	0.47393	0.4899	0.38175
SANTA MARIA DA SERRA	0.56635	0.74709	0.56345	0.51432	0.64572	0.47676
SANTA MERCEDES	0.37395	0.2357	0.24952	0.40581	0.34081	0.2865
SANTANA DA PONTE PENSA	0.72079	113.390	103.807	0.7004	1.009	1.024
SANTANA DE PARNAIBA	0.53015	0.55851	0.48834	0.50045	0.50133	0.4553
SANTA RITA D'OESTE	0.49724	0.50168	0.43019	0.53973	0.72971	0.51528
SANTA RITA DO PASSA QUATRO	0.50463	0.53247	0.44122	0.5921	1.108	0.63069
SANTA ROSA DE VITERBO	0.58322	0.69146	0.60361	0.54674	0.57511	0.53624
SANTO ANASTACIO	0.47788	0.4405	0.40307	0.518	0.5245	0.4872
SANTO ANDRE	0.55612	0.68085	0.54873	0.52438	0.52045	0.47348
SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	0.58012	0.93913	0.59271	0.56169	0.67475	0.55546
SANTO ANTONIO DE POSSE	0.55416	0.64927	0.55154	0.48321	0.51006	0.39761
SANTO ANTONIO DO JARDIM	0.69709	191.832	0.93088	0.60813	0.83546	0.65794
SANTO ANTONIO DO PINHAL	0.50896	0.48512	0.45465	0.46666	0.40497	0.37914
SANTO EXPEDITO	0.55914	0.75124	0.54291	0.51793	0.53551	0.47563
SANTOPOLIS DO AGUAPEI	0.52162	0.54507	0.48797	0.52732	0.54221	0.51108
SANTOS	0.57906	0.77014	0.59839	0.56957	0.75081	0.57551
SAO BENTO DO SAPUCAI	0.50416	0.48623	0.45773	0.53886	0.57377	0.53742
SAO BERNARDO DO CAMPO	0.47991	0.42497	0.40844	0.51003	0.5032	0.46535
SAO CAETANO DO SUL	0.51773	0.53385	0.46468	0.53092	0.55905	0.49959
SAO CARLOS	0.52165	0.50186	0.48601	0.45719	0.38853	0.3603
SAO FRANCISCO	0.53008	0.56448	0.49175	0.54883	0.62626	0.52851
SAO JOAO DA BOA VISTA	0.44874	0.3515	0.33579	0.58214	1.079	0.6144
SAO JOAO DAS DUAS PONTES	0.48442	0.49544	0.39584	0.44532	0.36878	0.33637
SAO JOAO DO PAU D'ALHO	0.54844	0.74954	0.52811	0.53046	0.58559	0.49233
SAO JOAQUIM DA BARRA	0.59608	101.290	0.63298	0.4601	0.39517	0.36263
SAO JOSE DA BELA VISTA	0.61552	0.7619	0.67695	0.6937	1.344	0.91594
SAO JOSE DO BARREIRO	0.55611	0.64992	0.54409	0.51166	0.47392	0.46626
SAO JOSE DO RIO PARDO	0.51268	0.52588	0.45504	0.56605	0.72902	0.57297
SAO JOSE DO RIO PRETO	0.54488	0.58518	0.53507	0.56955	0.66126	0.59607
SAO JOSE DOS CAMPOS	0.48971	0.44436	0.41715	0.53427	0.55988	0.50219
SAO LUIS DO PARAITINGA	0.54849	0.78618	0.53333	0.55105	0.70809	0.53366
SAO MANUEL	0.59334	0.79464	0.62914	0.54272	0.62528	0.52767
SAO MIGUEL ARCANJO	0.56237	0.63746	0.57201	0.60847	0.78141	0.69526
SAO PAULO	0.50647	0.50173	0.45255	0.51724	0.49921	0.46808
SAO PEDRO	0.45599	0.4021	0.34888	0.48096	0.42663	0.40047
SAO PEDRO DO TURVO	0.53838	0.55217	0.52991	0.60028	0.78187	0.652
SAO ROQUE	0.51696	0.5006	0.47383	0.55407	0.64595	0.54666
SAO SEBASTIAO	0.57326	0.7561	0.58538	0.52423	0.56373	0.47384
SAO SEBASTIAO DA GRAMA	0.56328	0.7463	0.56583	0.54885	0.5895	0.53274
SAO SIMAO	0.50818	0.54157	0.45466	0.5165	0.53849	0.47859

SAO VICENTE	0.50967	0.50923	0.44191	0.63487	1.013	0.72714
SARAPUI	0.57828	0.84169	0.58386	0.49508	0.49237	0.42494
SARUTAIA	0.64593	101.625	0.74793	0.40447	0.2837	0.27896
SEBASTIANOPOLIS DO SUL	0.41565	0.34364	0.30041	0.54006	0.80377	0.52077
SERRA AZUL	0.45677	0.45355	0.35588	0.43874	0.36618	0.33055
SERRANA	0.56132	0.64296	0.56912	0.54641	0.58278	0.52987
SERRA NEGRA	0.50791	0.58386	0.44555	0.52507	0.5824	0.48999
SERTAOZINHO	0.55188	0.60841	0.53813	0.55107	0.58907	0.53604
SETE BARRAS	0.67751	191.183	0.8708	0.50644	0.55151	0.45199
SEVERINIA	0.5664	0.60702	0.58124	0.59913	0.76317	0.6468
SILVEIRAS	0.50302	0.49186	0.44328	0.50147	0.49494	0.44192
SOCORRO	0.51746	0.55267	0.4741	0.55646	0.67273	0.55604
SOROCABA	0.54319	0.66665	0.51402	0.59398	1.030	0.6244
SUD MENNUCCI	0.43115	0.38827	0.32274	0.45665	0.41626	0.36644
SUMARE	0.51149	0.59907	0.46135	0.54925	0.77777	0.54572
SUZANO	0.57114	0.73835	0.56548	0.48587	0.50802	0.4081
TABAPUA	0.50671	0.50213	0.44079	0.54631	0.82031	0.52051
TABATINGA	0.45887	0.39816	0.36961	0.534	0.75757	0.51122
TABOAO DA SERRA	0.4348	0.38951	0.32397	0.53434	0.71393	0.50529
TACIBA	0.54561	0.65679	0.51508	0.51189	0.58529	0.45599
TAGUAI	0.45267	0.42856	0.34841	0.55103	0.88265	0.53874
TAIACU	0.50945	0.58539	0.44797	0.51974	0.57801	0.46142
TAIUVA	0.46762	0.4265	0.37074	0.47324	0.43088	0.38858
TAMBAU	0.51502	0.5191	0.45759	0.51276	0.51017	0.45926
TANABI	0.47479	0.40944	0.3889	0.5562	0.64185	0.54135
TAPIRAI	0.40065	0.28684	0.27771	0.51862	0.60135	0.45869
TAPIRATIBA	0.51953	0.59994	0.46985	0.54488	0.6095	0.5278
TAQUARITINGA	0.71867	197.087	0.98638	0.56328	0.70559	0.56288
TAQUARITUBA	0.47904	0.4383	0.39734	0.45668	0.3983	0.35638
TARABAI	0.50157	0.47771	0.43872	0.52291	0.53601	0.47831
TATUI	0.5518	0.62782	0.54965	0.57867	0.8958	0.61863
TAUBATE	0.45994	0.56635	0.35992	0.65282	1.546	0.7779
TEJUPA	0.59987	0.9049	0.65143	0.68073	1.655	0.88916
TEODORO SAMPAIO	0.54963	0.78911	0.52759	0.47193	0.46422	0.37546
TERRA ROXA	0.47927	0.43647	0.40321	0.52464	0.56049	0.47885
TIETE	0.53181	0.61774	0.49255	0.49989	0.55777	0.42607
TIMBURI	0.47021	0.44148	0.37982	0.47271	0.44178	0.38511
TORRINHA	0.53243	0.5271	0.51012	0.54923	0.58729	0.55865
TREMEMBE	0.4572	0.39273	0.35757	0.51604	0.58637	0.46163
TRES FRONTEIRAS	0.59016	0.78145	0.62222	0.56863	0.69809	0.57132
TUPA	0.53927	0.57291	0.50778	0.55002	0.60708	0.52926
TUPI PAULISTA	0.44469	0.37656	0.32995	0.48612	0.49382	0.39598
TURIUBA	0.48992	0.45822	0.41688	0.44467	0.3662	0.33617
TURMALINA	0.53204	0.56188	0.50514	0.57016	0.72065	0.58233
UBATUBA	0.43955	0.3771	0.31888	0.46962	0.4301	0.37843
UBIRAJARA	0.48542	0.44318	0.40598	0.46894	0.40265	0.38392
UCHOA	0.40491	0.30262	0.26734	0.38976	0.26436	0.26791
UNIAO PAULISTA	0.48334	0.45243	0.39904	0.51333	0.53289	0.45838
URANIA	0.42286	0.3029	0.2991	0.50244	0.52514	0.43699
URU	0.55006	0.68441	0.52852	0.54087	0.64815	0.51293
URUPES	0.4862	0.53285	0.41641	0.4808	0.49309	0.3921
VALENTIM GENTIL	0.49346	0.5122	0.42567	0.55812	0.65411	0.55236
VALINHOS	0.55489	0.72832	0.53375	0.53897	0.71078	0.50631
VALPARAISO	0.48554	0.57012	0.41129	0.47619	0.48693	0.38582
VARGEM GRANDE DO SUL	0.47999	0.42156	0.40495	0.51294	0.60329	0.45619
VARGEM GRANDE PAULISTA	0.37839	0.25586	0.24628	0.42432	0.34744	0.3176
VARZEA PAULISTA	0.52464	0.53944	0.47305	0.53199	0.62386	0.49309
VERA CRUZ	0.48313	0.45922	0.40413	0.56226	0.62469	0.5622

VINHEDO	0.47995	0.49845	0.39263	0.4925	0.49657	0.42624
VIRADOURO	0.46017	0.44031	0.35942	0.59718	0.9826	0.63068
VISTA ALEGRE DO ALTO	0.4455	0.40479	0.34752	0.47594	0.48229	0.39867
VOTORANTIM	0.53288	0.56552	0.49479	0.55514	0.84886	0.54436
VOTUPORANGA	0.51357	0.51935	0.45879	0.50101	0.48428	0.43343

APÊNDICE D – ÍNDICES DE DESIGUALDADE MUNICIPAIS 2000

Município	Gini	Theil T	Theil L
ADAMANTINA	0.54228	0.60324	0.51644
ADOLFO	0.37872	0.27878	0.23958
AGUAI	0.55523	0.70039	0.5356
AGUAS DA PRATA	0.56501	0.65276	0.56714
AGUAS DE LINDOIA	0.53502	0.56749	0.50908
AGUAS DE SANTA BARBARA	0.49794	0.45891	0.43728
AGUAS DE SAO PEDRO	0.56659	0.57691	0.62384
AGUDOS	0.53041	0.57749	0.50281
ALAMBARI	0.52859	0.62998	0.47905
ALFREDO MARCONDES	0.50973	0.47999	0.45966
ALTAIR	0.48291	0.55744	0.4032
ALTINOPOLIS	0.68215	191.923	0.87222
ALTO ALEGRE	0.45933	0.42907	0.36737
ALUMINIO	0.40957	0.2991	0.30852
ALVARES FLORENCE	0.56815	0.77587	0.56502
ALVARES MACHADO	0.53088	0.70733	0.49461
ALVARO DE CARVALHO	0.41837	0.33114	0.29478
ALVINLANDIA	0.49981	0.47921	0.42499
AMERICANA	0.50382	0.52027	0.43961
AMERICO BRASILIENSE	0.4497	0.4137	0.35767
AMERICO DE CAMPOS	0.48681	0.48	0.39396
AMPARO	0.53675	0.62066	0.5058
ANALANDIA	0.51592	0.51166	0.45996
ANDRADINA	0.59493	0.86012	0.63899
ANGATUBA	0.57308	0.8407	0.58214
ANHEMBI	0.57253	0.70615	0.5779
ANHUMAS	0.47644	0.45094	0.40019
APARECIDA	0.54559	0.62534	0.52628
APARECIDA D'OESTE	0.53032	0.68883	0.49229
APIAI	0.5768	0.64003	0.62155
ARACARIGUAMA	0.54534	0.71219	0.5235
ARACATUBA	0.61832	112.514	0.69596
ARACOIABA DA SERRA	0.54195	0.61316	0.51096
ARAMINA	0.49004	0.49359	0.41694
ARANDU	0.44898	0.36671	0.34462
ARAPEI	0.47308	0.43175	0.38456
ARARAQUARA	0.5279	0.55164	0.5014
ARARAS	0.49737	0.49232	0.43529
ARCO-IRIS	0.40388	0.3412	0.28551
AREALVA	0.49447	0.52156	0.42868
AREIAS	0.61885	0.93264	0.69239
AREIOPOLIS	0.46722	0.50683	0.37527
ARIRANHA	0.40593	0.32864	0.28132
ARTUR NOGUEIRA	0.4775	0.41345	0.39748
ARUJA	0.58169	0.74027	0.61001
ASPASIA	0.52749	0.5604	0.48613
ASSIS	0.54769	0.64718	0.5315

ATIBAIA	0.58172	0.68161	0.6078
AURIFLAMA	0.59881	117.093	0.64348
AVAI	0.51103	0.53082	0.45415
AVANHANDAVA	0.52191	0.61527	0.47756
AVARE	0.54477	0.61053	0.53565
BADY BASSITT	0.44629	0.39991	0.34217
BALBINOS	0.44424	0.38141	0.33143
BALSAMO	0.54355	0.7828	0.52129
BANANAL	0.61369	0.80658	0.68077
BARAO DE ANTONINA	0.53549	0.61505	0.49201
BARBOSA	0.53055	0.73171	0.49657
BARIRI	0.50075	0.50997	0.4274
BARRA BONITA	0.49409	0.47657	0.41856
BARRA DO CHAPEU	0.52803	0.53473	0.51773
BARRA DO TURVO	0.52981	0.52371	0.52729
BARRETOS	0.56982	0.77799	0.57542
BARRINHA	0.48003	0.53804	0.40584
BARUERI	0.67249	136.113	0.84198
BASTOS	0.50682	0.52809	0.44172
BATATAIS	0.53637	0.64788	0.50273
BAURU	0.57027	0.72521	0.59174
BEBEDOURO	0.57661	0.74195	0.59427
BENTO DE ABREU	0.37236	0.25353	0.23672
BERNARDINO DE CAMPOS	0.52146	0.547	0.47008
BERTIOGA	0.5121	0.52281	0.46583
BILAC	0.48348	0.43656	0.40109
BIRIGUI	0.5383	0.81036	0.50611
BIRITIBA-MIRIM	0.51221	0.50566	0.46115
BOA ESPERANCA DO SUL	0.60581	111.423	0.65782
BOCAINA	0.46204	0.44158	0.35984
BOFETE	0.59732	0.95338	0.63419
BOITUVA	0.5216	0.53828	0.47749
BOM JESUS DOS PERDOES	0.50679	0.58487	0.45767
BOM SUCESSO DE ITARARE	0.53883	0.671	0.50909
BORA	0.51345	0.55062	0.43872
BORACEIA	0.49507	0.57156	0.41794
BORBOREMA	0.5422	0.77834	0.51387
BOREBI	0.38309	0.36072	0.26947
BOTUCATU	0.54178	0.5689	0.53283
BRAGANCA PAULISTA	0.53912	0.58364	0.51474
BRAUNA	0.45207	0.37733	0.33656
BREJO ALEGRE	0.41618	0.33377	0.29706
BRODOWSKI	0.41315	0.29414	0.29812
BROTAS	0.56088	0.7405	0.55357
BURI	0.51249	0.51749	0.45983
BURITAMA	0.5363	0.73635	0.51099
BURITIZAL	0.46167	0.45668	0.36861
CABRALIA PAULISTA	0.42345	0.32647	0.30411
CABREUVA	0.49269	0.50673	0.42048
CACAPAVA	0.52689	0.53314	0.50381
CACHOEIRA PAULISTA	0.53523	0.53058	0.51884
CACONDE	0.57363	0.83032	0.58105
CAFELANDIA	0.54402	0.61492	0.51196
CAIABU	0.42852	0.34332	0.30771
CAIEIRAS	0.49003	0.45499	0.42741
CAIUA	0.46003	0.40499	0.40198

CAJAMAR	0.54014	0.67508	0.52211
CAJATI	0.52426	0.5208	0.48457
CAJOBI	0.52634	0.59751	0.48416
CAJURU	0.5212	0.50535	0.46515
CAMPINA DO MONTE ALEGRE	0.4928	0.46592	0.42235
CAMPINAS	0.57718	0.65706	0.62105
CAMPO LIMPO PAULISTA	0.4976	0.49267	0.44498
CAMPOS DO JORDAO	0.59561	0.90296	0.63017
CAMPOS NOVOS PAULISTA	0.58739	0.98955	0.63546
CANANEIA	0.57382	0.65516	0.59612
CANAS	0.40375	0.31319	0.27806
CANDIDO MOTA	0.52035	0.545	0.47513
CANDIDO RODRIGUES	0.42602	0.35743	0.30129
CANITAR	0.3833	0.25441	0.24274
CAPAO BONITO	0.57201	0.67659	0.59045
CAPELA DO ALTO	0.49164	0.56558	0.41859
CAPIVARI	0.49795	0.46366	0.42923
CARAGUATATUBA	0.54631	0.57004	0.53847
CARAPICUIBA	0.45537	0.40495	0.36512
CARDOSO	0.53637	0.5709	0.51282
CASA BRANCA	0.55648	0.63383	0.55133
CASSIA DOS COQUEIROS	0.58569	0.72392	0.61015
CASTILHO	0.52586	0.59096	0.48114
CATANDUVA	0.53519	0.57621	0.5036
CATIGUA	0.44464	0.4476	0.33951
CEDRAL	0.48454	0.49492	0.40562
CERQUEIRA CESAR	0.52169	0.56076	0.47472
CERQUILHO	0.51188	0.50752	0.4513
CESARIO LANGE	0.47477	0.4731	0.38852
CHARQUEADA	0.4772	0.52016	0.39362
CHAVANTES	0.50766	0.36893	0.31208
CLEMENTINA	0.42974	0.65386	0.54862
COLINA	0.55877	0.79627	0.5882
COLOMBIA	0.57746	0.56077	0.47588
CONCHAL	0.52522	0.64664	0.5526
CONCHAS	0.56033	0.44758	0.40486
CORDEIROPOLIS	0.48009	0.50659	0.46801
COROADOS	0.51084	0.61434	0.47422
CORONEL MACEDO	0.51893	0.55167	0.45848
CORUMBATAI	0.51143	0.42049	0.40098
COSMOPOLIS	0.47229	0.47492	0.41977
COSMORAMA	0.48708	0.89196	0.66134
COTIA	0.6038	0.48814	0.43164
CRAVINHOS	0.49923	0.61105	0.50917
CRISTAIS PAULISTA	0.54328	118.631	0.73652
CRUZALIA	0.63514	0.71363	0.56929
CRUZEIRO	0.56309	0.42517	0.39544
CUBATAO	0.47385	0.53274	0.48258
CUNHA	0.52172	0.58207	0.50825
DESCALVADO	0.53814	0.41839	0.38323
DIADEMA	0.46612	0.3849	0.33626
DIRCE REIS	0.44924	0.46301	0.40955
DIVINOLANDIA	0.49185	0.41674	0.37016
DOBRADA	0.45887	0.50488	0.44353
DOIS CORREGOS	0.5059	0.46646	0.40144
DOLCINOPOLIS	0.4909	0.51612	0.39915

DOURADO	0.48034	0.79954	0.56881
DRACENA	0.56812	0.4725	0.43391
DUARTINA	0.50292	0.51186	0.45228
DUMONT	0.50984	0.58599	0.48681
ECHAPORA	0.52629	0.71014	0.62583
ELDORADO	0.58315	0.68703	0.4793
ELIAS FAUSTO	0.52404	0.33227	0.28606
ELISIARIO	0.40155	0.33513	0.36298
EMBAUBA	0.43971	0.42861	0.37649
EMBU	0.46395	0.65735	0.50823
EMBU-GUACU	0.53292	275.496	181.658
EMILIANOPOLIS	0.86997	0.56554	0.4857
ENGENHEIRO COELHO	0.52758	0.43406	0.40249
ESPIRITO SANTO DO PINHAL	0.48172	0.48514	0.36778
ESPIRITO SANTO DO TURVO	0.45653	0.42746	0.38626
ESTIVA GERBI	0.41522	0.5408	0.48657
ESTRELA DO NORTE	0.52033	0.40798	0.41243
ESTRELA D'OESTE	0.47552	0.66672	0.52163
EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	0.47225	0.7202	0.5522
FARTURA	0.54621	0.48857	0.44352
FERNANDO PRESTES	0.49816	100.147	0.74891
FERNANDOPOLIS	0.55847	0.41117	0.37525
FERNAO	0.64285	0.39154	0.37304
FERRAZ DE VASCONCELOS	0.45692	0.41734	0.40854
FLORA RICA	0.4555	0.56909	0.47375
FLOREAL	0.48358	0.2744	0.28479
FLORIDA PAULISTA	0.52196	0.57091	0.46383
FLORINIA	0.40259	0.38476	0.35802
FRANCA	0.51903	0.4065	0.37208
FRANCISCO MORATO	0.45009	0.28404	0.27847
FRANCO DA ROCHA	0.45972	0.67588	0.54521
GABRIEL MONTEIRO	0.39351	0.55816	0.49168
GALIA	0.54976	0.63729	0.51314
GARCA	0.53319	0.55778	0.42254
GASTAO VIDIGAL	0.53984	0.71849	0.55131
GAVIAO PEIXOTO	0.49629	0.54244	0.52082
GENERAL SALGADO	0.55759	0.54837	0.47926
GETULINA	0.5391	0.53616	0.40914
GLICERIO	0.52787	0.67906	0.52503
GUAICARA	0.48134	0.5402	0.44875
GUAIMBE	0.5497	0.78951	0.51948
GUAIRA	0.50746	116.335	0.8455
GUAPIACU	0.54613	0.55453	0.46339
GUAPIARA	0.66619	0.49765	0.44645
GUARA	0.51859	0.4734	0.42235
GUARACAI	0.51142	0.51942	0.47873
GUARACI	0.49338	0.75218	0.59734
GUARANI D'OESTE	0.51271	0.54455	0.45235
GUARANTA	0.57971	0.77232	0.65649
GUARARAPES	0.51079	0.70991	0.60408
GUARAREMA	0.6015	0.51789	0.44127
GUARATINGUETA	0.57768	0.58025	0.44697
GUAREI	0.50424	0.58703	0.50673
GUARIBA	0.50506	0.59901	0.49826
GUARUJA	0.53198	0.45077	0.41918
GUARULHOS	0.52772	0.34862	0.29302

GUATAPARA	0.48389	0.49387	0.44565
GUZOLANDIA	0.40383	0.6974	0.5944
HERCULANDIA	0.50079	0.40042	0.35435
HOLAMBRA	0.58298	0.37707	0.34926
HORTOLANDIA	0.44845	0.48892	0.40179
IACANGA	0.4511	0.41457	0.39472
IACRI	0.4803	0.34667	0.30983
IARAS	0.47659	0.81485	0.53915
IBATE	0.42516	0.78727	0.6184
IBIRA	0.55422	0.53645	0.44892
IBIRAREMA	0.59141	0.62108	0.49394
IBITINGA	0.5097	0.55169	0.48533
IBIUNA	0.52964	0.57137	0.51687
ICEM	0.52456	0.37596	0.33081
IEPE	0.54314	0.55851	0.4533
IGARACU DO TIETE	0.4321	0.61433	0.50827
IGARAPAVA	0.50983	0.68236	0.63709
IGARATA	0.54069	0.81652	0.62168
IGUAPE	0.5895	0.63957	0.56812
ILHA COMPRIDA	0.56142	0.40173	0.39424
ILHA SOLTEIRA	0.47477	0.71371	0.56328
ILHABELA	0.58657	0.53487	0.47872
INDAIATUBA	0.56147	0.84365	0.58693
INDIANA	0.52537	0.43686	0.37913
INDIAPORA	0.57381	0.45129	0.40027
INUBIA PAULISTA	0.46375	0.46111	0.41476
IPAUCU	0.48124	0.53281	0.4888
IPERO	0.48369	0.44874	0.3951
IPEUNA	0.52819	0.87312	0.67663
IPIGUA	0.47721	0.77233	0.53276
IPORANGA	0.60174	0.53911	0.41976
IPUA	0.55374	0.50884	0.41726
IRACEMAPOLIS	0.49075	0.5971	0.51811
IRAPUA	0.48828	130.653	0.81643
IRAPURU	0.54056	0.53496	0.44748
ITABERA	0.65684	0.39589	0.36856
ITAI	0.50222	0.31749	0.29184
ITAJOBI	0.46603	0.56387	0.52673
ITAJU	0.41481	0.72338	0.66925
ITANHAEM	0.53518	0.63806	0.49644
ITAOCA	0.58085	0.61004	0.54927
ITAPECERICA DA SERRA	0.52818	0.86577	0.66801
ITAPETININGA	0.55363	0.46944	0.41372
ITAPEVA	0.60461	0.56529	0.47685
ITAPEVI	0.48492	0.81556	0.63235
ITAPIRA	0.52325	0.63109	0.51832
ITAPIRAPUA PAULISTA	0.58944	0.71088	0.62387
ITAPOLIS	0.5413	0.34568	0.31909
ITAPORANGA	0.58252	0.34743	0.35641
ITAPUI	0.43302	0.41723	0.37733
ITAPURA	0.44193	0.79237	0.66071
ITAQUAQUECETUBA	0.46137	0.72401	0.64732
ITARARE	0.59967	0.57543	0.49067
ITARIRI	0.59225	0.4399	0.39242
ITATIBA	0.5286	0.55801	0.49937
ITATINGA	0.48055	0.5547	0.42608

ITIRAPINA	0.53133	0.54117	0.4723
ITIRAPUA	0.49897	0.66306	0.56693
ITOBÍ	0.52048	0.55521	0.4744
ITU	0.56265	0.97951	0.68017
ITUPEVA	0.52354	0.36352	0.34209
ITUVERAVA	0.6144	0.54219	0.48321
JABORANDI	0.44602	0.566	0.4929
JABOTICABAL	0.52393	0.44535	0.3955
JACAREÍ	0.52424	0.6344	0.62546
JACI	0.47731	0.86798	0.56935
JACUPIRANGA	0.58169	0.50992	0.44355
JAGUARIUNA	0.56655	0.52716	0.49741
JALES	0.5067	0.50817	0.44006
JAMBEIRO	0.53054	0.69232	0.51593
JANDIRA	0.49989	0.60318	0.55255
JARDINOPOLIS	0.5444	0.52838	0.43365
JARINU	0.55579	0.76197	0.50579
JAU	0.50187	0.47112	0.4303
JERIQUARA	0.53784	0.49293	0.4097
JOANOPOLIS	0.50073	0.91438	0.59909
JOAO RAMALHO	0.49291	0.6436	0.54283
JOSE BONIFACIO	0.5844	0.28869	0.2716
JULIO MESQUITA	0.55464	0.63306	0.53047
JUMIRIM	0.39962	0.6355	0.51494
JUNDIAI	0.54284	0.78742	0.59399
JUNQUEIROPOLIS	0.53747	0.49859	0.44969
JUQUIA	0.57395	0.46654	0.43325
JUQUITIBA	0.50881	0.67458	0.49536
LAGOINHA	0.49795	104.825	0.5854
LARANJAL PAULISTA	0.52901	0.57859	0.47452
LAVINIA	0.57319	0.58646	0.49292
LAVRINHAS	0.52401	0.89521	0.53785
LEME	0.53026	0.56948	0.48632
LENCOIS PAULISTA	0.54995	0.42792	0.3786
LIMEIRA	0.52417	0.83667	0.59345
LINDOIA	0.47301	0.5741	0.55782
LINS	0.5741	0.37971	0.34115
LORENA	0.55092	0.45782	0.39063
LOURDES	0.45428	0.5612	0.49532
LOUVEIRA	0.47613	0.31022	0.27721
LUCELIA	0.53418	0.69618	0.5082
LUCIANOPOLIS	0.39849	0.4138	0.36248
LUIS ANTONIO	0.53158	0.40855	0.35579
LUIZIANIA	0.46152	0.50251	0.44842
LUPERCIO	0.46223	0.42632	0.38072
LUTECIA	0.50801	0.53038	0.43766
MACATUBA	0.47231	0.40537	0.3552
MACAUBAL	0.50732	0.49057	0.4376
MACEDONIA	0.4552	0.47325	0.42682
MAGDA	0.50538	0.98591	0.74441
MAIRINQUE	0.49573	0.44365	0.38436
MAIRIPORA	0.63642	0.4109	0.40218
MANDURI	0.47403	0.38301	0.34161
MARABA PAULISTA	0.47341	0.29099	0.27773
MARACAI	0.44807	0.29665	0.28712
MARAPOAMA	0.40241	0.703	0.57064

MARIAPOLIS	0.41069	0.25567	0.25155
MARILIA	0.56485	0.57819	0.51949
MARINOPOLIS	0.38281	0.78176	0.53283
MARTINOPOLIS	0.54421	0.4927	0.40328
MATAO	0.54853	0.83813	0.54989
MAUA	0.47573	0.37468	0.3167
MENDONCA	0.5563	0.3958	0.3365
MERIDIANO	0.4358	0.69316	0.54965
MESOPOLIS	0.44748	0.49722	0.3921
MIGUELOPOLIS	0.55593	0.80833	0.6759
MINEIROS DO TIETE	0.47868	0.38007	0.34496
MIRA ESTRELA	0.44356	0.56426	0.45832
MIRACATU	0.6052	0.68863	0.59335
MIRANDOPOLIS	0.51508	0.41542	0.37795
MIRANTE DO PARANAPANEMA	0.57435	0.29994	0.30417
MIRASSOL	0.46928	0.61589	0.50759
MIRASSOLANDIA	0.41187	0.6695	0.60137
MOCOCA	0.53957	0.62021	0.46267
MOGI GUACU	0.51346	0.59059	0.51105
MOJI-MIRIM	0.53862	0.92313	0.72009
MOJI DAS CRUZES	0.57287	0.34334	0.33034
MOMBUCA	0.62838	0.59385	0.52159
MONCOES	0.43807	0.64535	0.49368
MONGAGUA	0.53584	0.53421	0.43531
MONTE ALEGRE DO SUL	0.53141	0.47577	0.43286
MONTE ALTO	0.50263	0.79911	0.62624
MONTE APRAZIVEL	0.49976	0.89375	0.53055
MONTE AZUL PAULISTA	0.59292	0.8093	0.66206
MONTE CASTELO	0.54533	0.53132	0.46842
MONTE MOR	0.51494	0.663	0.53326
MONTEIRO LOBATO	0.60144	0.72058	0.47683
MORRO AGUDO	0.55221	0.37232	0.36745
MORUNGABA	0.51767	0.55893	0.40557
MOTUCA	0.45133	0.59797	0.49721
MURUTINGA DO SUL	0.47868	0.67922	0.54854
NANTES	0.53755	0.57443	0.47507
NARANDIBA	0.54893	0.69514	0.53866
NATIVIDADE DA SERRA	0.52481	0.49249	0.41636
NAZARE PAULISTA	0.55289	0.50649	0.47527
NEVES PAULISTA	0.49186	0.43961	0.3595
NHANDEARA	0.51898	0.40978	0.38185
NIPOA	0.46224	106.534	0.65333
NOVA ALIANCA	0.47185	0.56786	0.4332
NOVA CAMPINA	0.6037	0.29928	0.30041
NOVA CANAA PAULISTA	0.49513	0.49728	0.39074
NOVA CASTILHO	0.41599	0.48518	0.41778
NOVA EUROPA	0.47947	0.23873	0.24116
NOVA GRANADA	0.4983	0.33067	0.31443
NOVA GUATAPORANGA	0.3716	0.32949	0.32268
NOVA INDEPENDENCIA	0.42047	0.37939	0.34884
NOVA LUZITANIA	0.44973	0.38599	0.36266
NOVA ODESSA	0.45681	0.45506	0.41002
NOVAIS	0.42772	0.54647	0.45077
NOVO HORIZONTE	0.48938	0.69258	0.53332
NUPORANGA	0.51195	0.43333	0.39647
OCAUCU	0.55169	0.94394	0.61899

OLEO	0.48029	0.3311	0.34437
OLIMPIA	0.58736	0.43747	0.40894
ONDA VERDE	0.43964	0.52651	0.41641
ORIENTE	0.48635	0.48789	0.43811
ORINDIUVA	0.49566	0.49033	0.45767
ORLANDIA	0.50292	0.56017	0.46137
OSASCO	0.50661	0.52482	0.47645
OSCAR BRESSANE	0.51788	0.57544	0.5074
OSVALDO CRUZ	0.52476	0.69294	0.54886
OURINHOS	0.53563	0.32172	0.30782
OURO VERDE	0.42253	0.51722	0.47114
OUROESTE	0.55595	0.47301	0.41551
PACAEMBU	0.52037	0.30667	0.28681
PALESTINA	0.49349	0.46294	0.41031
PALMARES PAULISTA	0.40573	131.708	0.7737
PALMEIRA D'OESTE	0.48905	0.90731	0.62733
PALMITAL	0.64901	0.72491	0.59077
PANORAMA	0.59304	0.69294	0.55089
PARAGUACU PAULISTA	0.57563	0.52268	0.40413
PARAIBUNA	0.55598	106.045	0.67925
PARAISO	0.4839	0.40672	0.38338
PARANAPANEMA	0.61176	194.725	0.91641
PARANAPUA	0.47102	0.44258	0.39287
PARAPUA	0.69481	0.67056	0.59402
PARDINHO	0.48128	0.19868	0.19765
PARIQUERA-ACU	0.57071	0.68724	0.50991
PARISI	0.34497	0.83923	0.6147
PATROCINIO PAULISTA	0.5392	0.81123	0.53412
PAULICEIA	0.58759	0.6051	0.47273
PAULINIA	0.5441	0.83866	0.63491
PAULISTANIA	0.52563	0.58254	0.4845
PAULO DE FARIA	0.5973	0.43459	0.36043
PEDERNEIRAS	0.52747	0.43032	0.38283
PEDRA BELA	0.45687	0.50069	0.44495
PEDRANOPOLIS	0.4712	0.51909	0.39512
PEDREGULHO	0.50635	0.5115	0.48891
PEDREIRA	0.4767	0.58888	0.57059
PEDRINHAS PAULISTA	0.52759	0.6832	0.53848
PEDRO DE TOLEDO	0.55316	0.55607	0.50836
PENAPOLIS	0.55573	0.47471	0.44542
PEREIRA BARRETO	0.53519	0.5778	0.57941
PEREIRAS	0.50671	0.53985	0.40936
PERUIBE	0.55759	0.92511	0.66619
PIACATU	0.48156	164.509	0.83919
PIEDADE	0.60646	0.61576	0.55774
PILAR DO SUL	0.6686	0.46713	0.36916
PINDAMONHANGABA	0.55156	0.474	0.40938
PINDORAMA	0.46388	0.56861	0.51887
PINHALZINHO	0.48428	0.46251	0.46693
PIQUEROBI	0.53836	0.49418	0.43468
PIQUETE	0.50851	0.59986	0.53158
PIRACAIA	0.50298	0.66162	0.51907
PIRACICABA	0.54391	0.4231	0.43483
PIRAJU	0.54465	0.39079	0.33998
PIRAJUI	0.49208	0.61802	0.49799
PIRANGI	0.44646	0.55079	0.51472

PIRAPORA DO BOM JESUS	0.53339	0.49403	0.46995
PIRAPOZINHO	0.53755	0.50496	0.49643
PIRASSUNUNGA	0.51584	0.49216	0.42504
PIRATININGA	0.52682	134.700	0.76434
PITANGUEIRAS	0.49351	0.4202	0.3521
PLANALTO	0.64219	0.42443	0.41887
PLATINA	0.44891	0.51005	0.44811
POA	0.48223	0.59358	0.48929
POLONI	0.50647	0.65137	0.52464
POMPEIA	0.53301	129.909	0.71719
PONGAI	0.54271	0.51091	0.3513
PONTAL	0.62526	0.56888	0.51199
PONTALINDA	0.44435	0.46679	0.4013
PONTES GESTAL	0.53534	0.35917	0.32659
POPULINA	0.48265	0.52162	0.41778
PORANGABA	0.44309	0.56918	0.46558
PORTO FELIZ	0.4936	0.6066	0.42153
PORTO FERREIRA	0.51623	0.39932	0.36617
POTIM	0.48526	0.23053	0.2349
POTIRENDABA	0.46323	0.43777	0.38656
PRACINHA	0.36616	0.78415	0.56028
PRADOPOLIS	0.46674	158.195	0.80957
PRAIA GRANDE	0.55363	0.4413	0.38035
PRATANIA	0.66224	0.44855	0.43568
PRESIDENTE ALVES	0.47359	0.80011	0.60232
PRESIDENTE BERNARDES	0.49604	0.85331	0.6479
PRESIDENTE EPITACIO	0.58116	0.75167	0.6377
PRESIDENTE PRUDENTE	0.59813	0.50891	0.45114
PRESIDENTE VENCESLAU	0.59523	0.40939	0.3644
PROMISSAO	0.50766	0.5907	0.50469
QUADRA	0.46087	0.21566	0.20161
QUATA	0.53622	0.7729	0.66811
QUEIROZ	0.34546	0.52268	0.43913
QUELUZ	0.60322	0.38892	0.33975
QUINTANA	0.50498	0.60049	0.5246
RAFARD	0.44446	0.61624	0.49037
RANCHARIA	0.54485	0.55573	0.47836
REDENCAO DA SERRA	0.5289	0.47215	0.4322
REGENTE FEIJO	0.52146	0.87318	0.7113
REGINOPOLIS	0.50238	0.37589	0.33392
REGISTRO	0.61678	0.59681	0.49378
RESTINGA	0.43777	0.65065	0.498
RIBEIRA	0.53045	0.6858	0.56246
RIBEIRAO BONITO	0.53257	0.2928	0.28325
RIBEIRAO BRANCO	0.56402	0.30955	0.31394
RIBEIRAO CORRENTE	0.40136	0.26265	0.26988
RIBEIRAO DO SUL	0.42578	200.342	101.113
RIBEIRAO DOS INDIOS	0.39618	0.51193	0.463
RIBEIRAO GRANDE	0.72203	0.7106	0.5846
RIBEIRAO PIRES	0.50891	0.65059	0.55042
RIBEIRAO PRETO	0.56798	0.42592	0.3942
RIFAINA	0.4727	0.42929	0.38558
RINCAO	0.46945	0.57241	0.47622
RINOPOLIS	0.51962	0.64412	0.52962
RIO CLARO	0.54581	0.44376	0.39774
RIO DAS PEDRAS	0.48439	0.3141	0.31915

RIO GRANDE DA SERRA	0.42643	0.7892	0.59264
RIOLANDIA	0.57544	0.87581	0.67505
RIVERSUL	0.54631	0.59765	0.47536
ROSANA	0.60148	0.62964	0.49774
ROSEIRA	0.52087	0.42123	0.38719
RUBIACEA	0.5326	0.62903	0.51867
RUBINEIA	0.47295	0.31106	0.33243
SABINO	0.54885	0.46847	0.40837
SAGRES	0.41988	0.54587	0.42948
SALES	0.48344	0.64934	0.5434
SALES OLIVEIRA	0.5	0.31563	0.29424
SALESOPOLIS	0.55538	0.54982	0.44731
SALMOURAO	0.41684	0.56694	0.46833
SALTINHO	0.50428	0.45463	0.39029
SALTO	0.51764	0.6871	0.52975
SALTO DE PIRAPORA	0.47499	0.46231	0.4333
SALTO GRANDE	0.55083	0.41748	0.37122
SANDOVALINA	0.48246	0.83789	0.68406
SANTA ADELIA	0.46882	0.39629	0.33976
SANTA ALBERTINA	0.61302	0.50222	0.44818
SANTA BARBARA D'OESTE	0.44303	0.3991	0.38103
SANTA BRANCA	0.50878	0.5644	0.4857
SANTA CLARA D'OESTE	0.45656	0.60049	0.48489
SANTA CRUZ DA CONCEICAO	0.53243	0.73398	0.51581
SANTA CRUZ DA ESPERANCA	0.53194	0.56492	0.49359
SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS	0.53991	0.64491	0.44118
SANTA CRUZ DO RIO PARDO	0.5337	0.69821	0.57845
SANTA ERNESTINA	0.4954	0.32944	0.29864
SANTA FE DO SUL	0.57245	0.5554	0.47696
SANTA GERTRUDES	0.42004	0.39329	0.35097
SANTA ISABEL	0.51842	0.4899	0.38175
SANTA LUCIA	0.44563	0.64572	0.47676
SANTA MARIA DA SERRA	0.47393	0.34081	0.2865
SANTA MERCEDES	0.51432	100.929	102.482
SANTA RITA DO PASSA QUATRO	0.53973	0.50133	0.4553
SANTA RITA D'OESTE	0.50045	0.72971	0.51528
SANTA ROSA DE VITERBO	0.5921	110.823	0.63069
SANTA SALETE	0.457	0.37816	0.35867
SANTANA DA PONTE PENSA	0.40581	0.57931	0.5482
SANTANA DE PARNAIBA	0.7004	0.5245	0.4872
SANTO ANASTACIO	0.55096	0.52045	0.47348
SANTO ANDRE	0.518	0.67352	0.54227
SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	0.52438	0.29912	0.2591
SANTO ANTONIO DE POSSE	0.55375	0.51006	0.39761
SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	0.38982	0.83546	0.65794
SANTO ANTONIO DO JARDIM	0.48321	0.40497	0.37914
SANTO ANTONIO DO PINHAL	0.60813	0.42203	0.35023
SANTO EXPEDITO	0.46666	0.54221	0.51108
SANTOPOLIS DO AGUAPEI	0.45397	0.75081	0.57551
SANTOS	0.52732	0.57377	0.53742
SAO BENTO DO SAPUCAI	0.56957	0.5032	0.46535
SAO BERNARDO DO CAMPO	0.53886	0.55905	0.49959
SAO CAETANO DO SUL	0.51003	0.39035	0.37355
SAO CARLOS	0.53092	0.62626	0.52851
SAO FRANCISCO	0.46091	107.921	0.6144
SAO JOAO DA BOA VISTA	0.54883	125.307	0.87904

SAO JOAO DAS DUAS PONTES	0.58214	0.36878	0.33637
SAO JOAO DE IRACEMA	0.68871	0.58559	0.49233
SAO JOAO DO PAU D'ALHO	0.44532	0.39517	0.36263
SAO JOAQUIM DA BARRA	0.53046	134.486	0.91594
SAO JOSE DA BELA VISTA	0.4601	0.47392	0.46626
SAO JOSE DO BARREIRO	0.6937	0.72875	0.57268
SAO JOSE DO RIO PARDO	0.51166	0.66126	0.59607
SAO JOSE DO RIO PRETO	0.56593	0.6319	0.54449
SAO JOSE DOS CAMPOS	0.56955	0.55988	0.50219
SAO LOURENCO DA SERRA	0.55367	0.60861	0.50382
SAO LUIS DO PARAINGA	0.53427	0.62528	0.52767
SAO MANUEL	0.53672	0.78141	0.69526
SAO MIGUEL ARCANJO	0.54272	0.49921	0.46808
SAO PAULO	0.60847	0.42663	0.40047
SAO PEDRO	0.51724	0.77904	0.66052
SAO PEDRO DO TURVO	0.48096	0.64595	0.54666
SAO ROQUE	0.60277	0.56373	0.47384
SAO SEBASTIAO	0.55407	0.5895	0.53274
SAO SEBASTIAO DA GRAMA	0.52423	0.53849	0.47859
SAO SIMAO	0.54885	101.304	0.72714
SAO VICENTE	0.5165	0.49237	0.42494
SARAPUI	0.63487	0.2837	0.27896
SARUTAIA	0.49508	0.80377	0.52077
SEBASTIANOPOLIS DO SUL	0.40447	0.36618	0.33055
SERRA AZUL	0.54006	0.58278	0.52987
SERRA NEGRA	0.54641	0.5824	0.48999
SERRANA	0.43874	0.58907	0.53604
SERTAOZINHO	0.52507	0.55151	0.45199
SETE BARRAS	0.55107	0.76317	0.6468
SEVERINIA	0.50644	0.49494	0.44192
SILVEIRAS	0.59913	0.67273	0.55604
SOCORRO	0.50147	103.080	0.6244
SOROCABA	0.55646	0.42343	0.37202
SUD MENNUCCI	0.59398	0.77777	0.54572
SUMARE	0.4605	0.5555	0.44646
SUZANAPOLIS	0.49784	0.52367	0.41255
SUZANO	0.54925	0.82031	0.52051
TABAPUA	0.49095	0.75757	0.51122
TABATINGA	0.54631	0.71393	0.50529
TABOAO DA SERRA	0.534	0.58529	0.45599
TACIBA	0.53434	0.88265	0.53874
TAGUAI	0.51189	0.57801	0.46142
TAIACU	0.55103	0.43088	0.38858
TAIUVA	0.51974	0.51017	0.45926
TAMBAU	0.47324	0.64185	0.54135
TANABI	0.51276	0.60135	0.45869
TAPIRAI	0.5562	0.67078	0.42169
TAPIRATIBA	0.51862	0.6095	0.5278
TAQUARAL	0.49113	0.70559	0.56288
TAQUARITINGA	0.54488	107.736	0.74547
TAQUARITUBA	0.56328	0.3983	0.35638
TAQUARIVAI	0.63493	0.55503	0.41494
TARABAI	0.45668	0.53499	0.47783
TARUMA	0.49401	0.8958	0.61863
TATUI	0.52261	154.610	0.7779
TAUBATE	0.57867	248.056	122.456

TEJUPA	0.65282	0.46422	0.37546
TEODORO SAMPAIO	0.77422	0.56428	0.48459
TERRA ROXA	0.47193	0.55777	0.42607
TIETE	0.5272	0.24921	0.24997
TIMBURI	0.49989	0.44178	0.38511
TORRE DE PEDRA	0.38308	0.4666	0.43436
TORRINHA	0.47271	0.58729	0.55865
TRABIJU	0.49436	0.57718	0.4571
TREMEMBE	0.54923	0.46086	0.3951
TRES FRONTEIRAS	0.51457	0.69368	0.56852
TUIUTI	0.48148	0.60708	0.52926
TUPA	0.56739	0.54739	0.41898
TUPI PAULISTA	0.55002	0.3662	0.33617
TURIUBA	0.49972	0.40943	0.32882
TURMALINA	0.44467	0.72065	0.58233
UBARANA	0.44206	0.4301	0.37843
UBATUBA	0.57016	0.40265	0.38392
UBIRAJARA	0.46962	0.26436	0.26791
UCHOA	0.46894	0.54275	0.46173
UNIAO PAULISTA	0.38976	0.52514	0.43699
URANIA	0.51541	0.64815	0.51293
URU	0.50244	0.49309	0.3921
URUPES	0.54087	0.65411	0.55236
VALENTIM GENTIL	0.4808	0.71078	0.50631
VALINHOS	0.55812	0.52821	0.41212
VALPARAISO	0.53897	0.48693	0.38582
VARGEM	0.49094	0.60329	0.45619
VARGEM GRANDE DO SUL	0.47619	0.34744	0.3176
VARGEM GRANDE PAULISTA	0.51294	0.62386	0.49309
VARZEA PAULISTA	0.42432	0.62469	0.5622
VERA CRUZ	0.53199	0.49657	0.42624
VINHEDO	0.56226	0.9826	0.63068
VIRADOURO	0.4925	0.50143	0.36304
VISTA ALEGRE DO ALTO	0.59718	0.48229	0.39867
VITORIA BRASIL	0.45938	0.85235	0.54762
VOTORANTIM	0.47594	0.263	0.2497
VOTUPORANGA	0.55648	0.49082	0.45043
ZACARIAS	0.39143	0.33418	0.29686

APÊNDICE E – ÍNDICES DE DESIGUALDADE MICRORREGIONAIS 1991 – 2000

		1991			2000	
Microrregião	Gini	Theil T	Theil L	Gini	Theil T	Theil L
Jales	0.54741	0.66588	0.52766	0.5318	0.59159	0.49312
Fernandópolis	0.5819	0.79919	0.60238	0.5539	0.70812	0.5414
Votuporanga	0.54857	0.62705	0.52966	0.55528	0.80042	0.54603
São José do Rio Preto	0.52938	0.5658	0.49149	0.56615	0.74093	0.56995
Catanduva	0.52901	0.70317	0.48653	0.52462	0.56829	0.48
Auriflama	0.53914	0.58044	0.50746	0.55704	0.8327	0.54797
Nhandeara	0.541	0.61874	0.51025	0.50137	0.49129	0.43387
Novo Horizonte	0.51778	0.58178	0.46627	0.49513	0.48723	0.42237
Barretos	0.55145	0.65006	0.52961	0.57267	0.77597	0.58228
São Joaquim da Barra	0.53712	0.66114	0.49902	0.52788	0.58646	0.48663
Ituverava	0.52552	0.62068	0.47686	0.5653	0.78698	0.56417
Franca	0.50147	0.5646	0.44162	0.52251	0.57984	0.47276
Jaboticabal	0.51541	0.58722	0.46006	0.53965	0.628	0.51211
Ribeirão Preto	0.54007	0.62404	0.51176	0.56877	0.73141	0.58196
Batatais	0.54856	0.6287	0.5322	0.56698	0.88789	0.56803
Andradina	0.55374	0.6403	0.53703	0.55462	0.69022	0.54576
Araçatuba	0.56612	0.70696	0.56372	0.60908	107.694	0.66955
Birigui	0.52518	0.5917	0.47989	0.54065	0.73392	0.51189
Lins	0.5533	0.63793	0.54111	0.56277	0.75367	0.56507
Bauru	0.54994	0.63992	0.53979	0.57158	0.74283	0.58991
Jaú	0.48737	0.51771	0.41378	0.50245	0.51999	0.4358
Avaré	0.56364	0.72134	0.56351	0.54707	0.64176	0.53398
Botucatu	0.53672	0.60407	0.51267	0.55412	0.62485	0.54989
Araraquara	0.50948	0.5438	0.45409	0.5399	0.62753	0.51672
São Carlos	0.52152	0.55173	0.47215	0.5337	0.5723	0.50304
Rio Claro	0.51048	0.52025	0.45697	0.54794	0.64963	0.53341
Limeira	0.49057	0.52569	0.41645	0.51651	0.54723	0.4698
Piracicaba	0.51328	0.53701	0.45901	0.54055	0.59206	0.51961
Pirassununga	0.53357	0.67701	0.4976	0.53155	0.58295	0.49539
São João da Boa Vista	0.53512	0.59696	0.50362	0.53176	0.58091	0.49408
Mojí-Mirim	0.50173	0.52473	0.43479	0.52356	0.58921	0.48019
Campinas	0.53269	0.57963	0.49974	0.56486	0.66189	0.57385
Amparo	0.52365	0.56072	0.48455	0.53461	0.59315	0.50322
Dracena	0.55372	0.64852	0.53786	0.56492	0.76629	0.56454
Adamantina	0.56878	0.70866	0.57187	0.54956	0.71005	0.53238
Presidente Prudente	0.58788	0.79741	0.61821	0.60513	0.90951	0.66897
Tupã	0.61268	0.88403	0.67445	0.55712	0.67222	0.54499
Marília	0.58036	0.75795	0.60264	0.56244	0.68964	0.56216
Assis	0.54774	0.64782	0.52577	0.56407	0.73595	0.565
Ourinhos	0.5418	0.60763	0.51342	0.53692	0.60006	0.50504
Itapeva	0.61469	0.97147	0.68727	0.59736	0.84207	0.6498
Itapetininga	0.54903	0.66529	0.53313	0.55617	0.63696	0.55118
Tatui	0.5173	0.5412	0.46821	0.52128	0.54814	0.47414
Capão Bonito	0.5629	0.66516	0.56114	0.60292	0.8591	0.66821
Piedade	0.56094	0.7492	0.55782	0.5827	0.91455	0.61026
Sorocaba	0.51652	0.55695	0.47105	0.55108	0.65767	0.54018
Jundiaí	0.49358	0.49399	0.4296	0.53919	0.62506	0.51946
Bragança Paulista	0.53854	0.60199	0.51473	0.5531	0.6272	0.54216
Campos do Jordão	0.5577	0.73216	0.55655	0.5993	0.892	0.64356
São José dos Campos	0.55715	0.66825	0.56189	0.56488	0.69964	0.58452
Guaratinguetá	0.61042	0.97746	0.68586	0.56377	0.66401	0.57377
Bananal	0.61371	0.85475	0.67909	0.6225	0.91576	0.70226
Paraibuna/Paraitinga	0.56116	0.68562	0.55666	0.54381	0.61404	0.52406
Caraguatatuba	0.54545	0.6206	0.53313	0.55964	0.65738	0.56181
Registro	0.58553	0.74579	0.61588	0.59087	0.74853	0.63976
Itanhaém	0.54224	0.6032	0.53644	0.54907	0.58928	0.5561
Osasco	0.50139	0.54041	0.44221	0.55587	0.72657	0.55273
Franco da Rocha	0.48796	0.55503	0.4183	0.52623	0.62698	0.49292
Guarulhos	0.49252	0.4923	0.42708	0.5306	0.60548	0.50374
Itapeceira da Serra	0.52389	0.65307	0.48863	0.54162	0.71389	0.52223
São Paulo	0.55464	0.62151	0.55358	0.60039	0.76136	0.6719
Mojí das Cruzes	0.5134	0.55773	0.46505	0.54348	0.64389	0.53033
Santos	0.53356	0.58366	0.50905	0.55622	0.63811	0.56621